



Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezasseis horas e 40 minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

A Sra. Vereadora Ana Paulina Rosa Vitorino (PS) esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), por também terem pedido substituição Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz (PS) e Sandra Marina Lopes Frota (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 4.

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivado em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 5 e 6.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

### Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Projeto de ata da reunião extraordinária da Câmara de 09 de dezembro de 2021**
  - 2. Deliberação n.º 1310/2022 – Proposta n.º 11/2022 – GAP – Aceitação de doação de apoio da APSS à divulgação da Cultura Marinha**
  - 3. Deliberação n.º 1311/2022 – Proposta n.º 02/2022 – GADSEA – Candidatura do Município de Setúbal ao Galardão ECOXXI 2022**
  - 4. Deliberação n.º 1312/2022 – Proposta n.º 1/2022 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Sadoport - Terminal Marítimo do Sado SA”**
  - 5. Deliberação n.º 1313/2022 – Proposta n.º 965/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Reversão do lote de terreno n.º 147 do loteamento municipal do Bairro do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal**

6. **Deliberação n.º 1314/2022 – Proposta n.º 966/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Carvalho, n.º 11 – 2.º B, em Setúbal**
7. **Deliberação n.º 1315/2022 – Proposta n.º 967/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 9 – 2.º D, em Setúbal**
8. **Deliberação n.º 1316/2022 – Proposta n.º 968/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Brancanes, n.º 21 (antigo n.º 43) – C/V Esq., em Setúbal**
9. **Deliberação n.º 1317/2022 – Proposta n.º 969/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olival da Varzinha, n.º 42 – 2.º Esq., em Setúbal**
10. **Deliberação n.º 1318/2022 – Proposta n.º 970/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Poçoilos - Arruamento de acesso ao apeadeiro do caminho de ferro de Algeruz, em Setúbal**
11. **Deliberação n.º 1319/2022 – Proposta n.º 971/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta do Hilário e do Centeio, Beco do Sino Pequeno, n.ºs 2 e 2-A, 3 e 3-A, em Setúbal**
12. **Deliberação n.º 1320/2022 – Proposta n.º 972/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Senhor Jesus dos Aflitos, n.º 27, em Setúbal**
13. **Deliberação n.º 1321/2022 – Proposta n.º 973/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Manuel Nunes de Almeida, n.º 32 – 8.º D, em Setúbal**
14. **Deliberação n.º 1322/2022 – Proposta n.º 974/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei Agostinho da Cruz, n.º 55, em Azeitão**
15. **Deliberação n.º 1323/2022 – Proposta n.º 975/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 – 5.º Esq., em Setúbal**
16. **Deliberação n.º 1324/2022 – Proposta n.º 976/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Celestino Alves, n.º 10 – 6.º Dto., em Setúbal**
17. **Deliberação n.º 1325/2022 – Proposta n.º 977/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Sociedade Arqueológica Lusitânia, Lote 12 – 5.º D, em Setúbal**
18. **Deliberação n.º 1326/2022 – Proposta n.º 978/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Jaime Cortesão, n.º 42 – 2.º Dto., em Setúbal**
19. **Deliberação n.º 1327/2022 – Proposta n.º 979/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Graça, n.º 176 - R/C, em Setúbal**
20. **Deliberação n.º 1328/2022 – Proposta n.º 980/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Engenheiro Paulo Barros, n.º 7 -1.º A, em Setúbal**
21. **Deliberação n.º 1329/2022 – Proposta n.º 981/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua São Joaquim – Quinta das Amoreiras, n.º 25, em Setúbal**
22. **Deliberação n.º 1330/2022 – Proposta n.º 982/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Manuel Seabra Carqueijeiro, n.º 3, em Setúbal**

23. **Deliberação n.º 1331/2022 – Proposta n.º 983/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 5 de Outubro, n.ºs 39-41, em Setúbal**
24. **Deliberação n.º 1332/2022 – Proposta n.º 984/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Vontade, n.ºs 27 e 29, em Setúbal**
25. **Deliberação n.º 1333/2022 – Proposta n.º 985/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 4, em Setúbal**
26. **Deliberação n.º 1334/2022 – Proposta n.º 986/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernando Lopes Graça, Lote 108, em Azeitão**
27. **Deliberação n.º 1335/2022 – Proposta n.º 987/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Engenheiro Ferreira Dias, n.º 6 - R/C Esq., em Setúbal**
28. **Deliberação n.º 1336/2022 – Proposta n.º 988/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jerónimo Osório de Castro, n.º 2 - R/C Frt., em Setúbal**
29. **Deliberação n.º 1337/2022 – Proposta n.º 989/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Poeta Bocage, n.º 12 – 3.º Esq., em Azeitão**
30. **Deliberação n.º 1338/2022 – Proposta n.º 990/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jerónimo Osório de Castro, n.º 2 - R/C Frt., em Setúbal**
31. **Deliberação n.º 1339/2022 – Proposta n.º 991/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada de Palmela, n.º 38 – 1.º Esq., em Setúbal**
32. **Deliberação n.º 1340/2022 – Proposta n.º 992/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Amélia Rey Colaço, Lote 36, em Azeitão**
33. **Deliberação n.º 1341/2022 – Proposta n.º 993/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Diogo Cão, n.º 18 – 3.º Dto. Frt., em Setúbal**
34. **Deliberação n.º 1342/2022 – Proposta n.º 994/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Capitão Tenente Carvalho Araújo, n.ºs 54, 56 e 58, em Setúbal**
35. **Deliberação n.º 1343/2022 – Proposta n.º 995/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Julião Rocha, n.º 18, em Setúbal**
36. **Deliberação n.º 1344/2022 – Proposta n.º 996/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.º 12 – 1.º Esq., em Setúbal**
37. **Deliberação n.º 1345/2022 – Proposta n.º 997/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Carlos da Costa Frescata, n.º 8 – 4.º D, em Setúbal**
38. **Deliberação n.º 1346/2022 – Proposta n.º 998/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Raul Rego, n.º 4, em Azeitão**
39. **Deliberação n.º 1347/2022 – Proposta n.º 999/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Oliveira Martins, n.º 6 – 4.º Esq., em Setúbal**
40. **Deliberação n.º 1348/2022 – Proposta n.º 1000/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Esperança, n.º 139 – 5.º Esq., em Setúbal**

41. *Deliberação n.º 1349/2022 – Proposta n.º 1001/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Afonso Braz de Albuquerque, n.º 26, em Azeitão*
42. *Deliberação n.º 1350/2022 – Proposta n.º 1002/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Luz, n.º 7 – 3.º A, em Setúbal*
43. *Deliberação n.º 1351/2022 – Proposta n.º 1003/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Monte da Vinha, Aldeia de Irmãos, em Azeitão*
44. *Deliberação n.º 1352/2022 – Proposta n.º 1004/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta José Maria da Silva, n.º 6 – 2.º Dto., em Setúbal*
45. *Deliberação n.º 1353/2022 – Proposta n.º 1005/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Groot Pombo, n.º 4 – 8.º D, em Setúbal*
46. *Deliberação n.º 1354/2022 – Proposta n.º 1006/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Ilha da Madeira, n.º 4 – 5.º E, em Setúbal*
47. *Deliberação n.º 1355/2022 – Proposta n.º 1007/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gonçalves Zarco, n.º 4 – 8.º Frt., em Setúbal*
48. *Deliberação n.º 1356/2022 – Proposta n.º 1008/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Hermínia Silva, n.º 11 – 3.º Dto., em Setúbal*
49. *Deliberação n.º 1357/2022 – Proposta n.º 1009/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 1 – 3.º Esq., em Setúbal*
50. *Deliberação n.º 1358/2022 – Proposta n.º 1010/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Fé, n.º 17 – 1.º Esq., em Setúbal*
51. *Deliberação n.º 1359/2022 – Proposta n.º 1011/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 9 – 3.º C, em Setúbal*
52. *Deliberação n.º 1360/2022 – Proposta n.º 1012/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 22 de dezembro, n.º 21 E - Loja 25, em Setúbal*
53. *Deliberação n.º 1361/2022 – Proposta n.º 1013/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Monte Belo, n.º 12 – 3.º Esq., em Setúbal*
54. *Deliberação n.º 1362/2022 – Proposta n.º 1014/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Dr. António Rodrigues Manito, n.ºs 97, 97-A e 97-B, em Setúbal*
55. *Deliberação n.º 1363/2022 – Proposta n.º 1015/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Álvaro Luz, n.º 15 - R/C, em Setúbal*
56. *Deliberação n.º 1364/2022 – Proposta n.º 1016/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Dr. António Rodrigues Manito, n.ºs 97, 97A e 97B, em Setúbal*
57. *Deliberação n.º 1365/2022 – Proposta n.º 1017/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Celestino Alves, n.º 2 – 4.º C, em Setúbal*
58. *Deliberação n.º 1366/2022 – Proposta n.º 1018/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua São Sebastião, n.º 4, em Setúbal*

59. **Deliberação n.º 1367/2022 – Proposta n.º 1019/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tomaz Ribeiro, n.ºs 34 e 36, em Setúbal**
60. **Deliberação n.º 1368/2022 – Proposta n.º 1020/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada dos Ciprestes, n.º 29 - Frt., em Setúbal**
61. **Deliberação n.º 1369/2022 – Proposta n.º 1021/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada do Alentejo, n.º 6, tornejando para a Rua Fernão Lopes, n.º 19, em Setúbal**
62. **Deliberação n.º 1370/2022 – Proposta n.º 1022/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Álvaro Luz, n.º 22, em Setúbal**
63. **Deliberação n.º 1371/2022 – Proposta n.º 1023/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Manuel Maria Portela, n.º 51, tornejando para a Rua Gama Braga, n.º 1, em Setúbal**
64. **Deliberação n.º 1372/2022 – Proposta n.º 1024/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Aristídes de Sousa Mendes, n.º 4 – 6.º Dto., em Setúbal**
65. **Deliberação n.º 1373/2022 – Proposta n.º 1025/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Doutor José Romão dos Santos Ferro, n.º 29 – 3.º D, em Setúbal**
66. **Deliberação n.º 1374/2022 – Proposta n.º 1026/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos 4 Caminhos, n.º 9 – 3.º B, em Setúbal**
67. **Deliberação n.º 1375/2022 – Proposta n.º 1027/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Carlos da Costa Frescata, n.º 4 – 4.º B, em Setúbal**
68. **Deliberação n.º 1376/2022 – Proposta n.º 1028/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Manuel Nunes de Almeida, n.º 32 – 8.º D, em Setúbal**
69. **Deliberação n.º 1377/2022 – Proposta n.º 1029/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Mestre Lima de Freitas, n.º 27 – 4.º Esq., em Setúbal**
70. **Deliberação n.º 1378/2022 – Proposta n.º 1030/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Salgueiros, Bairro da Liberdade, n.º 27, em Setúbal**
71. **Deliberação n.º 1379/2022 – Proposta n.º 1031/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 75 – 10.º C, em Setúbal**
72. **Deliberação n.º 1380/2022 – Proposta n.º 1032/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Carmo, n.ºs 18 e 18A – 3.º Esq., em Setúbal**
73. **Deliberação n.º 1381/2022 – Proposta n.º 1033/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.º 32 – 5.º Esq., em Setúbal**
74. **Deliberação n.º 1382/2022 – Proposta n.º 1034/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua General Daniel de Sousa, n.º 97, em Setúbal**
75. **Deliberação n.º 1383/2022 – Proposta n.º 1035/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Sítio das Casas Amarelas, Lote 157 – Vale de Mulatas, em Setúbal**

76. **Deliberação n.º 1384/2022 – Proposta n.º 1036/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei Mariano Veloso, n.ºs 5 e 5A (antigo Lote 163), em Azeitão**
77. **Deliberação n.º 1385/2022 – Proposta n.º 1037/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei Mariano Veloso, n.ºs 3 e 3A (antigo Lote 163), em Azeitão**
78. **Deliberação n.º 1386/2022 – Proposta n.º 1038/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça Professora Virgínia Rau, n.º 5 – R/C A, em Setúbal**
79. **Deliberação n.º 1387/2022 – Proposta n.º 1039/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento Gonçalves, n.º 3 – 7.º Dto., em Setúbal**
80. **Deliberação n.º 1388/2022 – Proposta n.º 1040/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Padre José Maria Nunes da Silva, n.º 111 – 2.º D, em Setúbal**
81. **Deliberação n.º 1389/2022 – Proposta n.º 1041/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha Reis, n.º 2 – 1.º Dto., em Azeitão**
82. **Deliberação n.º 1390/2022 – Proposta n.º 1042/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Silva Porto, n.º 13 – 1.º Esq., em Setúbal**
83. **Deliberação n.º 1391/2022 – Proposta n.º 1043/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua D. Ana de Castro Osório, n.º 4, em Setúbal**
84. **Deliberação n.º 1392/2022 – Proposta n.º 1044/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Cabo Verde, n.º 27 A – 6.º C, em Setúbal**
85. **Deliberação n.º 1393/2022 – Proposta n.º 1045/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa do Abacaxi, n.º 6, em Azeitão**
86. **Deliberação n.º 1394/2022 – Proposta n.º 1046/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Roberto Ivens, n.º 10 – 3.º Dto., em Setúbal**
87. **Deliberação n.º 1395/2022 – Proposta n.º 1047/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 42 – 3.º Dto., em Setúbal**
88. **Deliberação n.º 1396/2022 – Proposta n.º 1048/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Luísa Todi, n.ºs 291 a 297, tornejando para a Rua do Gaz, n.ºs 1 a 9 e Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.ºs 2 a 10 – 1.º Dto., em Setúbal**
89. **Deliberação n.º 1397/2022 – Proposta n.º 1049/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.º 130 – 5.º Esq., em Setúbal**
90. **Deliberação n.º 1398/2022 – Proposta n.º 1050/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada do Alentejo, n.º 6 – 12.º Frt., em Setúbal**
91. **Deliberação n.º 1399/2022 – Proposta n.º 1051/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Joaquim Campos, Lote 1 – Bloco H, R/C Frt., em Setúbal**
92. **Deliberação n.º 1400/2022 – Proposta n.º 1052/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ariovisto José Valério, n.º 27C – R/C, em Setúbal**

93. **Deliberação n.º 1401/2022 – Proposta n.º 1053/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada de Palmela, n.º 196, em Setúbal**
94. **Deliberação n.º 1402/2022 – Proposta n.º 1054/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 49 – 6.º Dto., em Setúbal**
95. **Deliberação n.º 1403/2022 – Proposta n.º 1055/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Joaquina Guerreiro, n.º 2 – 3.º Dto., em Setúbal**
96. **Deliberação n.º 1404/2022 – Proposta n.º 1056/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Aníbal José, n.º 5 – R/C Dto., em Setúbal**
97. **Deliberação n.º 1405/2022 – Proposta n.º 1057/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 3 – 7.º C, em Setúbal**
98. **Deliberação n.º 1406/2022 – Proposta n.º 1058/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 22 – 5.º A, em Setúbal**
99. **Deliberação n.º 1407/2022 – Proposta n.º 1059/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Juventude Azeitonense, Lote 140 – 1.º Dto., em Azeitão**
100. **Deliberação n.º 1408/2022 – Proposta n.º 1060/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Florex – Quinta dos Cactos, em Azeitão**
101. **Deliberação n.º 1409/2022 – Proposta n.º 1061/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale de Judeus - Gâmbia, em Setúbal**
102. **Deliberação n.º 1410/2022 – Proposta n.º 1062/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo Valentim Adolfo João, n.º 1 e Rua Mário Sacramento, n.º 44 – 2.º A, em Setúbal**
103. **Deliberação n.º 1411/2022 – Proposta n.º 1063/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Cândido Godinho, n.º 14, em Azeitão**
104. **Deliberação n.º 1412/2022 – Proposta n.º 1064/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida São Francisco Xavier, Lote 1 – 1.º, em Setúbal**
105. **Deliberação n.º 1413/2022 – Proposta n.º 1065/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luís Gonzaga do Nascimento, n.º 16 – 3.º Esq., em Setúbal**
106. **Deliberação n.º 1414/2022 – Proposta n.º 1066/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Fé, Lote 27 – 5.º REC., em Setúbal**
107. **Deliberação n.º 1415/2022 – Proposta n.º 1067/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mariano de Carvalho, n.º 29 – 2.º B, em Setúbal**
108. **Deliberação n.º 1416/2022 – Proposta n.º 1068/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. José Leite Vasconcelos, n.º 11 – 3.º, em Setúbal**
109. **Deliberação n.º 1417/2022 – Proposta n.º 1069/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, Lote 95, em Setúbal**

110. *Deliberação n.º 1418/2022 – Proposta n.º 1070/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Henrique Constantino, Lote 60 – 1.º Dto., em Setúbal*
111. *Deliberação n.º 1419/2022 – Proposta n.º 1071/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Henrique Constantino, Lote 60 – R/C Esq., em Setúbal*
112. *Deliberação n.º 1420/2022 – Proposta n.º 1072/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Concelho, n.ºs 8 e 10, em Setúbal*
113. *Deliberação n.º 1421/2022 – Proposta n.º 1073/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Quinta da Amizade, n.ºs 32 e 32-A – R/C Esq., em Setúbal*
114. *Deliberação n.º 1422/2022 – Proposta n.º 1074/2022 – DAF/DICONT/DICOR – Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao exercício de 2021*
115. *Deliberação n.º 1423/2022 – Proposta n.º 1075/2022 – DAF/DICONT – 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 3.ª ao Orçamento da Despesa, 2.ª Alteração do Plano de Atividades Municipais e 2.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos*
116. *Deliberação n.º 1424/2022 – Proposta n.º 1076/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Supera Setúbal Unipessoal, Lda. – Hipoteca do Direito de Concessão*
117. *Deliberação n.º 1425/2022 – Proposta n.º 02/2022 – DCTUR/DITUR – Renovação de protocolo e de atribuição de apoio financeiro para o projeto na área do Turismo Acessível nas praias de Albarquel e Figueirinha – Projeto “Praias de Setúbal para Todos”*
118. *Deliberação n.º 1426/2022 – Proposta n.º 37/2022 – DCDJ/DISOC – Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal e a Cáritas Diocesana de Setúbal*
119. *Deliberação n.º 1427/2022 – Proposta n.º 38/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação de Setúbal de Dança Desportiva (ASDD)*
120. *Deliberação n.º 1428/2022 – Proposta n.º 39/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Setúbal Voz*
121. *Deliberação n.º 1429/2022 – Proposta n.º 238/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de obras de edificação e obras de demolição em área não abrangida por operação de loteamento urbano*
122. *Deliberação n.º 1430/2022 – Proposta n.º 239/2022 – DURB/DIGU – Licença para legalização de alterações de fachada da fração autónoma G do prédio em P.H.*
123. *Deliberação n.º 1431/2022 – Proposta n.º 240/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria e concessão da autorização de utilização*
124. *Deliberação n.º 1432/2022 – Proposta n.º 241/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção*
125. *Deliberação n.º 1433/2022 – Proposta n.º 242/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura e concessão da licença, com dispensa de emissão de alvará de construção, por se tratar de uma legalização*
126. *Deliberação n.º 1434/2022 – Proposta n.º 243/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura e concessão da licença, com dispensa de emissão de alvará de construção, por se tratar de uma legalização*
127. *Deliberação n.º 1435/2022 – Proposta n.º 244/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra*
128. *Deliberação n.º 1436/2022 – Proposta n.º 245/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de alteração e ampliação de moradia e construção de pérgula destinada a abrigo automóvel*

129. **Deliberação n.º 1437/2022 – Proposta n.º 246/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção para obras de alteração de edifício de habitação**
130. **Deliberação n.º 1438/2022 – Proposta n.º 247/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura – obras de construção**
131. **Deliberação n.º 1439/2022 – Proposta n.º 248/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de vedação e portões**
132. **Deliberação n.º 1440/2022 – Proposta n.º 249/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de instalação de painéis fotovoltaicos em cobertura**
133. **Deliberação n.º 1441/2022 – Proposta n.º 250/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção**
134. **Deliberação n.º 1442/2022 – Proposta n.º 251/2022 – DURB/DIGU – Legalização de moradia e concessão da licença de construção para alteração de muro de vedação confinante com a via pública**
135. **Deliberação n.º 1443/2022 – Proposta n.º 252/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura – obras de alteração e construção de uma piscina**
136. **Deliberação n.º 1444/2022 – Proposta n.º 253/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura – obras de alteração**
137. **Deliberação n.º 1445/2022 – Proposta n.º 254/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e faseamento das obras de edificação: construção de duas edificações e piscina**
138. **Deliberação n.º 1446/2022 – Proposta n.º 255/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura: Obras de reconstrução e alteração em área abrangida por servidão administrativa**
139. **Deliberação n.º 1447/2022 – Proposta n.º 256/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de moradia**
140. **Deliberação n.º 1448/2022 – Proposta n.º 257/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra**
141. **Deliberação n.º 1449/2022 – Proposta n.º 258/2022 – DURB/DIGU – Caducidade do procedimento e concessão da licença especial para obras inacabadas**
142. **Deliberação n.º 1450/2022 – Proposta n.º 259/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de moradia**
143. **Deliberação n.º 1451/2022 – Proposta n.º 260/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria realizado ao abrigo do art.º 90.º do RJUE**
144. **Deliberação n.º 1452/2022 – Proposta n.º 261/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reconstrução, alteração de edifício habitacional**
145. **Deliberação n.º 1453/2022 – Proposta n.º 262/2022 – DURB/GAPRU – Caducidade do alvará de construção n.º 94/20**
146. **Deliberação n.º 1454/2022 – Proposta n.º 263/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração e ampliação**
147. **Deliberação n.º 1455/2022 – Proposta n.º 264/2022 – DURB/DIMOT – Acordo de mutação dominial da estrada EN10-4 entre o km 15,255 e o km 21,072**
148. **Deliberação n.º 1456/2022 – Proposta n.º 265/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra**
149. **Deliberação n.º 1457/2022 – Proposta n.º 266/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra**
150. **Deliberação n.º 1458/2022 – Proposta n.º 267/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar, abrigo automóvel, piscina e muro de vedação**

- 151. *Deliberação n.º 1459/2022 – Proposta n.º 1/2022 – GAVPS/GAVPSD – Aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude no Município de Setúbal*
  - 152. *Deliberação n.º 1460/2022 – Proposta n.º 10/2022 – DRH/DIGAT – Designação de chefe de equipa multidisciplinar*
  - 153. *Deliberação n.º 1461/2022 – Proposta n.º 11/2022 – DRH/DIGAT – Designação de chefe de equipa multidisciplinar*
  - 154. *Deliberação n.º 1462/2022 – Proposta n.º 06/2022 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído – DASU/GAGIP – Março de 2022*
  - 155. *Deliberação n.º 1463/2022 – Proposta n.º 12/2022 – DEB/DIGEPE – Protocolo de colaboração no âmbito da componente de apoio à família no 1.º ciclo do Ensino Básico na Escola Básica de Vila Nogueira de Azeitão*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

## A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Gabinete da Presidência (GAP), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.º 8;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito dos departamentos de Recursos Humanos (DRH), Ambiente e Serviços Urbanos (DASU) e Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 9 a 11;
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Obras Municipais (DOM), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12;
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.

### 2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que os vereadores do Partido Socialista tinham levantado uma questão junto do gabinete do Sr. Presidente e que, mesmo antes da reunião começar, tinham tido oportunidade de falar, mas talvez o Sr. Presidente não tivesse percebido isso, no sentido de, no período de antes da ordem trabalhos, poderem começar pelos votos de pesar.

Os vereadores do Partido Socialista traziam dois votos de pesar à reunião da Câmara e aquilo que pediam era uma questão de deferência, uma vez que estavam familiares na sala, de poderem começar por esses votos de pesar e, depois então, lidos os votos de pesar, e feito um minuto de silêncio, avançarem, então, para as outras questões, para não fazerem os familiares estarem muito mais tempo na reunião da Câmara.

Portanto, era isso que colocavam à consideração do Sr. Presidente, se era possível, por uma questão de deferência, antes de iniciarem o debate – certamente teriam muitas questões a levantar -, apresentar os votos de pesar que ali traziam, atendendo a que estavam familiares presentes.

**Sr. Presidente** – Disse que tinha entendido, porque tinham um procedimento na ordem de trabalhos, que era na parte da leitura da documentação que iniciassem essa parte pelos votos de pesar. Tinha sido isso que tinha entendido. Da sua parte, não via inconveniente, não sabia se os senhores vereadores viam algum inconveniente.

Não havendo, passariam, então, à leitura dos votos de pesar, mas, depois, voltariam à parte inicial. O primeiro voto de pesar que tinham tinha sido apresentado pelos senhores vereadores do Partido Socialista e era relativo ao falecimento do Sr. José Conceição.

**Sra. Vereadora Ana Vitorino** – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de José Conceição, conforme documento anexo registado sob o n.º 14:

*“Voto de pesar  
Falecimento de José Conceição*

*Vêm os vereadores do Partido Socialista propor um voto de pesar a José Conceição, ex. atleta e que exercia atualmente a função de técnico da modalidade de Bicross.*

*José Conceição nasceu em Setúbal, em 26 de junho de 1973, e foi neste concelho que cedo começou a praticar a modalidade de Bicross, ainda nos primórdios da modalidade em Portugal.*

*Após terminar a sua carreira de atleta, iniciou um longo percurso enquanto treinador, onde se destacou ao ser responsável pela formação desportiva de vários atletas que atingiram um elevado rendimento desportivo, não só nas provas portuguesas, mas também em provas internacionais.*

*Durante muitos anos o seu percurso desportivo passou pelo Núcleo de Bicross de Setúbal, clube este que ajudou a fundar e, mais recentemente, era responsável pela modalidade no Águias de São Gabriel, ambos os clubes do Concelho de Setúbal.*

*José Conceição, com a sua capacidade de liderança, com o seu carisma incontornável, com a sua disponibilidade para ajudar os outros, e a sua capacidade para motivar jovens a praticar desporto, contribuiu para que o concelho de Setúbal tenha pedalado ainda mais na modalidade do Bicross e no desporto em geral.*

*A vereação do Partido Socialista endereça à família e amigos, e a toda a família do Bicross, sentidas condolências e solicita que seja dado conhecimento deste voto à família e à Federação Portuguesa de Ciclismo.”*

**Sr. Presidente** – Disse que queria, também, em nome da bancada da CDU, associar-se ao voto de pesar, endereçando à família, naturalmente, os pêsames e também ao clube.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que, obviamente, também se associavam ao voto de pesar, nos mesmos termos em que o Sr. Presidente tinha mencionado.

**Sr. Presidente** – Disse que tinham outro voto de pesar, pelo falecimento de António Manuel Maldonado Gonelha, apresentado pelos vereadores do Partido Socialista.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que começava por agradecer a deferência quanto aos votos de pesar.

Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de António Manuel Maldonado Gonelha, conforme documento anexo registado sob o n.º 15:

*“Voto de Pesar  
Falecimento de António Manuel Maldonado Gonelha*

*António Manuel Maldonado Gonelha, eletricitista de profissão, nasceu em Lisboa em 09 de junho de 1935.*

*Ao longo de toda a sua vida, Maldonado Gonelha destacou-se como um exemplo de coragem e de determinação nas lutas políticas em que se envolveu.*

*Possuía o curso industrial de eletricidade e o curso de especialização em radiotécnica. Possuía o 4.º ano do curso de Matemáticas Superiores da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.*

*Integrou o Sindicato Nacional dos Eletricistas do Distrito de Lisboa, de que foi presidente da assembleia geral. Pertenceu também à Federação Nacional dos Sindicatos dos Eletricistas, tendo sido designado para a Câmara Corporativa como vogal do conselho geral desta federação sindical, na XI Legislatura (1973-74), integrado na 1.ª subsecção - energia e combustível, de que foi secretário, da V secção - Indústria.*

*A seguir à Revolução de 25 de Abril de 1974, foi subsecretário de Estado do Trabalho do VI Governo Provisório (1975-76), presidido por José Pinheiro de Azevedo, secretário de Estado do Trabalho do I Governo Constitucional (1976-77), ministro do Trabalho dos I e II Governos Constitucionais (1977-78) e ministro da Saúde do IX Governo Constitucional (1983-85), todos presididos por Mário Soares.*

*Foi eleito deputado, pelo PS, à Assembleia da República na I Legislatura (1976), pelo círculo de Setúbal, tendo suspenso o mandato para exercer funções governativas; na II Legislatura (1980), pelo círculo de Leiria; na III Legislatura (1983) e na IV Legislatura (1985), sempre pelo círculo de Setúbal, tendo nesta última suspenso o mandato para exercer funções governativas.*

*Teve um papel preponderante na construção da UGT.*

*Pertenceu aos conselhos de administração da EDP, Montepio Geral, Lusitânia Companhia de Seguros, Lusitânia Vida e da Caixa Geral de Depósitos, como vice-presidente da administração liderada por Carlos Santos Ferreira.*

*Presidiu também à Fundação Caixa Geral de Depósitos.*

*Desempenhou funções como Presidente da Federação Distrital do PS Setúbal, cargo que exerceu e através do qual prestigiou o distrito e o interesse das populações.*

*Em 2009 foi o mandatário da candidatura autárquica do PS à Câmara Municipal de Setúbal cujo slogan era "Paixão por Setúbal".*

*Na perspetiva de Maldonado Gonelha, as palavras "cidadania, confiança e orgulho", evidenciadas no manifesto eleitoral, foram uma base de identificação que o levaram a aceitar o convite, salientando que a "Paixão por Setúbal faz ainda mais sentido quando se assume enquanto projeto solidário".*

*Deixou-nos no dia 13 de abril de 2022, aos 86 anos, um político, um Homem reconhecido, cuja Vida foi marcada por palavras como o respeito e teve como grande propósito da sua Vida a luta pelo fortalecimento da democracia portuguesa.*

*A Câmara Municipal de Setúbal, reunida a 20 de Abril de 2022, aprova um voto de pesar pela morte de Maldonado Gonelha e apresenta sentidas condolências à sua família, amigos e ao Partido Socialista e a todos os que sentem profundamente a sua ausência e que este voto de pesar seja acompanhado de um minuto de silêncio."*

**Sr. Presidente** – Disse que queria, também, manifestar pesar, em nome da bancada da CDU, e endereçar à família sentidos pêsames.

Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Eunice Muñoz, conforme documento anexo registado sob o n.º 16:

*"Voto de Pesar  
Eunice Muñoz*

*A Câmara Municipal de Setúbal manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento da atriz Eunice Muñoz no passado dia 15 de abril, no Hospital de Santa Cruz, em Carnaxide.*

*Com origens numa família de atores, Eunice Muñoz estreou-se, aos cinco anos, no teatro desmontável da família, a Trupe Carmo, cantando a cantiga Uma Porta e Uma Janela.*



*Em 1941, com 13 anos, estreou-se no Teatro Nacional D. Maria II, na peça Vendaval, de Virgínia Vitorino, com a Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro.  
Termina o Conservatório com 18 valores e populariza-se no palco do Teatro Variedades, com Vasco Santana e Mirita Casimiro na peça Chuva de Filhos, de Margaret Mayo.  
Em 1946 dá-se a sua estreia no cinema, aparecendo no filme de Leitão de Barros, Camões. Por esta interpretação, ganha o prémio do Secretariado Nacional de Informação para a melhor atriz cinematográfica do ano.  
Já na década de sessenta do século XX passa para a comédia, na Companhia de Teatro Alegre, ao Parque Mayer, ao lado de nomes como António Silva e Henrique Santana.  
Em 1970 cria, com José de Castro, a Companhia Somos Dois, com a qual faz longa digressão por Angola e Moçambique. Nesse mesmo ano, estreia-se na encenação com A Voz Humana, de Jean Cocteau.  
Em 1991, celebram-se os seus cinquenta anos de teatro com uma exposição no Museu Nacional do Teatro. Eunice Muñoz foi, então, condecorada, no palco do Teatro Nacional, pelo Presidente da República, Mário Soares.  
Em abril de 2021, ao comemorar oitenta anos de carreira, retira-se da carreira artística com a peça A Margem do Tempo, acompanhada pela neta Lídia Muñoz.  
A Câmara Municipal de Setúbal endereça à família enlutada sentidos pêsames.”*

**Sr. Presidente** – Pediu que se fizesse e fez-se um minuto de silêncio em memória daqueles cidadãos.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que queria também mencionar que, obviamente, também se associavam aos dois últimos votos de pesar, por não terem tido oportunidade de se manifestar pouco antes.

Trazia duas questões ou duas matérias. Uma delas era de grande sensibilidade e, por isso, iria tentar expressar-se da forma mais eficiente possível, atendendo a essa especificidade. Sabiam o que se estava a passar na Europa naquele momento, com a grave crise, que não era só o facto de um país soberano ter invadido outro país soberano, mas tudo o que resultava dessa violência dessa guerra.

Os vereadores do PSD tinham conhecimento de que já teriam chegado a Setúbal aproximadamente mil pessoas vindas da Ucrânia, refugiados, portanto, verdadeiros refugiados e que tinham sido acolhidos pelos serviços da Câmara, no sentido de os ajudar não só a tratar da documentação e, também, pelo que sabia, em alguns casos, de alojamento, o que lhes parecia meritório, mas também lhes parecia importante, tendo em conta o que tinham vindo a saber, que a única associação de ucranianos que estava ativa em Setúbal, que tinha uma delegação de Setúbal, eram os Anjos da Misericórdia, que deveriam ter um papel no acolhimento dessas mesmas pessoas, uma vez que eram nacionais do mesmo país.

Diria que até era uma questão de sensibilidade, que lhe parecia mais ou menos óbvia, não tinha nada a ver com partidos políticos, nem devia ter que ver com questões de sensibilidade política, porque tinham tomado conhecimento que, no fundo, essas pessoas tinham sido recebidas por intérpretes de nacionalidade russa. Pensava que era mais ou menos óbvio aquilo que estava a dizer e fazia um repto, para que pudessem os serviços da Câmara ser acompanhados por pessoas que já se tinham disponibilizado gratuitamente, pessoas de nacionalidade ucraniana da referida associação Anjos da Misericórdia, no sentido de melhor acolher, como tinha sido feito também pela Câmara e havia que o dizer, as pessoas que vinham fugidas daquela guerra.

Pensava que tinha sido bastante claro na forma como se tinha expressado relativamente a esse tema, porque era um tema sempre sensível e, naturalmente, era, por vezes, complicado, para pessoas que vinham fugidas de uma guerra, encontrarem nacionais, mesmo que as pessoas nada tivessem que ver com isso, como era óbvio, com nacionais, no fundo, do país invasor. Isso era, de alguma forma, constrangedor para essas pessoas e não seria, talvez, a melhor forma de lidar com o tema.

Deixava esse repto ao Sr. Presidente e aos senhores Vereadores da CDU, que tinham, no fundo, um papel executivo que a oposição não tinha, para terem em atenção aquele apelo, que já tinha sido feito por essa associação, pelo que sabia, no dia 8 de abril.

Queria também deixar uma nota sobre outro assunto. Verificava-se que já um pouco por toda a cidade estavam a ser fixados os parquímetros para aquilo que era a execução do contrato de concessão que tinha sido adjudicado e celebrado pela Câmara de Setúbal no final do mandato anterior.

Queria ali deixar pública nota, em ata e não só, também em viva voz, até porque também tinham a possibilidade de ter assistência remota, por vídeo-visionamento, que não tinha sido, de modo nenhum, algo que o PSD [não] tivesse alertado por diversas vezes, o impacto de uma concessão por 40 anos, que, basicamente, cobria, praticamente, toda a área do centro e não só do centro da cidade de Setúbal e que iria trazer, obviamente, mais um encargo e um grande peso sobre aquilo que era a cidade e sobre a própria mobilidade dentro da cidade.

Queria deixar essa nota, uma vez que detetava que havia alguma surpresa por parte de alguns cidadãos, de alguns setubalenses talvez mais desatentos, menos bem informados, sobre o facto desses parquímetros estarem a ser fixados, que tinha tido que ver com uma decisão da CDU, em maioria absoluta no mandato anterior, com a qual tinham batalhado e defendido exatamente o contrário, não fosse essa mancha de cobertura de parquímetros exatamente para evitar aquilo que iria acontecer, que era sermos, mais uma vez, taxados por algo a que deveríamos ter acesso de alguma forma livremente, sem pôr em causa, obviamente, aquilo que era a regulação do trânsito.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que se dirigia ao Sr. Presidente com o respeito pessoal e institucional que habitualmente lhe era reconhecido, mas, também, com o reconhecimento que fazia do papel que o Sr. Presidente tinha tido, nomeadamente no mandato anterior, naquilo que, na altura, se entendia ser a dignificação do órgão Assembleia Municipal e, também, daquele que era o papel dos deputados, nomeadamente os deputados da oposição. Uns tempos atrás tinham sido confrontados com algumas ideias sobre alterações à constituição dos órgãos autárquicos, aos órgãos do Poder Local democrático, que, felizmente, não tinham vingado, porque, na altura, aquele órgão onde eram executivos com funções de vereação, com pelouros atribuídos ou sem pelouros atribuídos, havia quem achasse que deveria ser constituído da mesma forma que o Governo de Portugal. Felizmente não tinha vingado a ideia, porque, no seu entendimento pessoal e no de algumas pessoas que o acompanhavam, aquela tem sido uma boa forma de fazer valer a democracia e o Poder Local democrático.

Aliás, tinha dois bons exemplos. Recentemente tinham sido desafiados a participar, quer ativamente quer, depois, com público, em duas iniciativas do Município, nomeadamente a 11.ª Maratona da Poesia e, também, no dia 9 de abril, na Igreja do Convento de Jesus, no Concerto de Homenagem a Adriano Correia de Oliveira. Queria ali expressar a sua satisfação pelas iniciativas, mas, também, a sua satisfação pela forma como se tinha sentido tratado enquanto membro do executivo, pois não tinha sentido qualquer discriminação, tinha-se sentido parte integrante.

No entanto, não deixava de apelar ao Sr. Presidente, para acautelarem sempre aquele que era o papel dos outros vereadores, no caso deles, que eram tidos como oposição, mas que, na realidade, faziam parte do executivo.

Recentemente, na sessão de boas-vindas, a 12 e a 13 de abril, aos trabalhadores das escolas básicas e secundárias, no âmbito daquela que era a transferência de competências, tinham podido reparar que tinha sido apresentado um “slide” em que se mostrava o executivo municipal, mas, apenas, aqueles que tinham funções com pelouro atribuído. Algumas pessoas que conhecia e que eram funcionários – ele era professor – tinham feito sentir alguma estranheza. Ele próprio estranhava, achava que não ficava mal, naquilo que era a salvaguarda, também, da democracia, assinalar que todos eles eram vereação, todos eles contribuíam para o funcionamento da autarquia e, naturalmente, para a afirmação do Poder Local democrático.

Também teria que, se lhe fosse permitido, deixar ali um apelo a que no Jornal do Município e nas páginas do Município pudesse, também, haver, às vezes, uma maior preocupação em não deixar de haver evidências daquilo que era o trabalho deles e o papel deles, o acompanhamento que faziam daquilo que era a afirmação de Setúbal no quadro nacional, enquanto Autarquia de Abril.

Uma questão que lançava, também, ao Sr. Presidente era que tinham tido informação de alguma estranheza de algumas pessoas que tinham acompanhado, no dia 19 de março, o lançamento do Livro do Centenário do São Domingos Futebol Clube, alguma estranheza pela ausência dos vereadores, naquele caso, do Partido Socialista. Na altura, o Presidente do São Domingos Futebol Clube teria dito que tinha enviado convite para o Gabinete de Apoio à Presidência um convite para os vereadores, naquele caso para eles. O que queria perguntar ao Sr. Presidente era se se confirmava que esse convite tinha sido enviado e, se tinha sido enviado, porque é que eles não tinham recebido o convite.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que gostaria de lançar um desafio ao Sr. Presidente, que tinha a ver com a zona do Jardim da Beira-Mar, da APSS, que se encontrava cada vez mais degradada e que tinha muito potencial, inclusivamente tinha duas concessões. Portanto, gostaria de lhe lançar o desafio de, junto da APSS, desafiá-los para conseguirem ter ali um espaço dinâmico e que pudesse servir, também, os setubalenses. Gostaria de lançar esse desafio, até porque o estado dos passeios também já estava bastante degradado. Portanto, achava que, de facto, seria um sítio em que deveriam investir.

Gostaria, também, de dizer que tinha tido a oportunidade de ver que o Município se tinha congratulado com o investimento que iria ser feito na unidade avançada de conversão de lítio da Galp e da Northvolt.

Congratulavam-se com esse investimento e a criação de postos de trabalho. No entanto, tinham uma preocupação com a questão da preservação do Estuário do Sado e gostaria de perceber se tinha havido algum estudo em termos de análise de impacto ambiental, pese, embora, se pudesse ler na comunicação social que a fábrica seria uma das mais sustentáveis da Europa.

Queria dar nota de que talvez também fizesse sentido promoverem uma articulação entre os investidores e o Instituto de Emprego e Formação Profissional e o Instituto Politécnico, no sentido de conseguirem garantir que esses postos de trabalho pudessem ser ocupados, na maioria, por pessoas do concelho.

Gostaria, também, de perguntar, uma vez que lhe era caro esse projeto, quais eram os resultados que estavam a ter do projeto-piloto "*Ponto de Transição*", se a população tinha aderido a esse projeto e se os resultados eram animadores.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a questão que trazia prendia-se com a extensão da área de estacionamento tarifado no centro da cidade que tinha sido implementada nas semanas anteriores e que tinha sido feita antes da entrada em serviço da Carris Metropolitana, que estava prevista, se não lhe falhava a memória, para junho.

Tal contribuía para que quem trabalhava na Baixa, fosse no setor privado ou fosse em serviços públicos com grande concentração de trabalhadores, como eram a Segurança Social, o Tribunal ou até mesmo os Paços do Concelho, deixasse de ter uma solução de estacionamento gratuito sem que, em contrapartida, estivessem criadas atempadamente as condições que assegurassem uma oferta extensiva de transporte público.

Estavam a falar de pessoas que, maioritariamente, não tinham alternativa realista à utilização de transporte próprio e que, por isso, faziam dele uso, para quem tarifação do estacionamento representava um encargo de, sensivelmente, 6 horas e 40 minutos por dia, ou seja, um encargo de, sensivelmente, 128 euros por mês, que comparava com o estacionamento gratuito que tinham tido até pouco tempo antes.

Era por isso que entendiam que aquele era o momento de rever e ajustar o Regulamento do Estacionamento Tarifado, criando a possibilidade de aquisição de uma avença mensal ou de um dístico de trabalhador, à semelhança do que acontecia com o dístico de residente, que

permitisse, simultaneamente, regular o estacionamento - o que era desejável -, mas, também, criar condições equilibradas de acesso à Baixa para todos aqueles que nela trabalhavam e que não tinham noutros meios de transporte uma alternativa que fosse realista ou que fosse exequível para aquilo que era a sua realidade.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que, respondendo às questões do estacionamento e do empreendimento da unidade de tratamento de lítio, relativamente ao estacionamento, como sabiam, era uma concessão que estava em vigor desde o ano anterior e o que se verificava era que ainda não estava em expansão o que estava previsto na concessão, porque tinham estado junto do concessionário a tentar que essa concessão só entrasse em vigor quando houvesse um novo serviço de transporte de passageiros, no fundo para perceber que, de facto, tinha que haver uma alternativa.

O que se tinha verificado tinha sido que na frente ribeirinha as condições de estacionamento estavam cada vez mais desreguladas e, portanto, tinha sido preciso tomar medidas a curto prazo e tinha sido isso que tinham feito. Decorria de uma série de iniciativas que tinham tido em várias frentes de trabalho, desde logo no reforço do transporte público ou de criar melhores condições de utilização do transporte público, primeiro com o Passe Metropolitano e, a partir do dia 1 de junho, com o novo serviço de transporte de passageiros.

Com as intervenções que tinham vindo a fazer nos últimos anos, de requalificação do espaço público, obviamente, que essa medida, de alguma forma, alterava aquilo que eram as nossas práticas e era perturbador daquilo que eram as práticas, na generalidade, de utilização do transporte individual, pois não era possível às cidades terem um estacionamento desorganizado e desregulado nas condições que tínhamos no centro da cidade, em particular na frente ribeirinha. Portanto, a frente ribeirinha tinha tido de avançar nas condições que estavam previstas no contrato de concessão, antecipando, de alguma forma, aquilo que era tarifação e todas as outras zonas aguardariam o serviço de transporte de passageiros.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a questão tinha a ver com o seguinte: Naturalmente que era necessário regular o estacionamento e que a tarifação do estacionamento era importante para que essa regulação fosse feita. A proposta não era uma proposta de isenção, era uma proposta de adaptação, até porque a concessão estava subordinada ao regulamento e não era o regulamento que se subordinava à concessão. Portanto, era uma proposta de criação de uma avença mensal, uma espécie de dístico de trabalhador, da mesma forma que existia para as empresas, uma espécie de dístico de trabalhador que permitisse que, efetivamente, quem trabalhava na Baixa e precisava de utilizar transporte próprio pudesse ter uma forma, diria que mais equilibrada, mais em conta, de estacionar de forma regular.

Se lhe era permitido mais um acréscimo de informação, até percebia o argumento da Sra. Vereadora Rita Carvalho no que se referia à zona ribeirinha, onde havia, efetivamente, uma pressão significativa, mas a pressão de estacionamento não se tinha alterado na Rua da Escola Técnica nem se tinha alterado na Avenida Alexandre Herculano - na metade da avenida que não era ainda tarifada - e os parcometros já lá estavam e estavam, tanto quanto julgava saber, em funcionamento. Portanto, o avanço na colocação de novos parcometros e naquilo que era a rede de estacionamento tarifado na cidade não podia ser justificado, naquele momento, exclusivamente, por aquilo que era a pressão na zona ribeirinha.

O estacionamento tarifado já tinha crescido para outras zonas da cidade onde a pressão não era significativamente superior naquele momento. Aliás, na verdade, nem era superior naquele momento face àquilo que era um ano antes, por uma justificação muito simples, porque o transporte de passageiros por autocarro tinha saído daquela zona e tinha passado para a zona da Várzea e, portanto, aquela zona que era muito procurada por quem apanhava o autocarro para Lisboa tinha deixado de ter tanta pressão como tinha, em termos de estacionamento.

No entanto, ainda não estavam em vigor as novas carreiras nem a Carris Metropolitana estava a trabalhar no concelho, só a partir do dia 1 de junho, mas o estacionamento tarifado já tinha sido alargado para zonas da cidade em que a pressão não era tão significativa como

era - e reconhecia que era - na zona ribeirinha e naquela zona da Baixa da cidade. Portanto, havia argumentos que ultrapassavam aquilo que era a explicação que a Vereadora Rita Carvalho lhes estava a apresentar.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que esse era o entendimento do senhor vereador. Aqueles processos eram muito complicados, muito difíceis, muito exigentes e punham em causa, como tinha dito, aquilo que era a nossa prática de utilização do transporte individual. Setúbal sofria da particularidade, em comparação com os outros concelhos da Área Metropolitana, de uma dependência de utilização do transporte individual em valores muito superiores aquilo que era a realidade dos outros concelhos.

Sabiam que também era fruto do desinvestimento público nos transportes públicos e, por isso, era um processo que estavam muito confiantes que iria melhorar o seu desempenho a partir de dia 1 de junho de 2022, mas, efetivamente, a dependência do transporte individual não era possível manter nas condições que tinha a cidade.

A concessão estava a fazer, praticamente, um ano e não estava a fazer a utilização daquilo que era a previsão do primeiro ano da concessão, precisamente porque, junto do concessionário, tinham estado a tentar que se fizesse essa medida compensadora de um novo serviço de transporte público.

Relativamente às questões que colocava, de uma eventual avença mensal, de um eventual dístico, estava a ser avaliado até porque tinham recebido, naturalmente, contatos de muitos particulares, entidades, serviços, empresas e comerciantes. Tinha falado com todos e estavam a avaliar, junto do concessionário, as condições para responder a essas solicitações, sabendo que, se calhar, nem todas iriam ser possíveis responder de forma afirmativa.

Efetivamente, isso implicava uma alteração ao nosso comportamento - ao nosso, de todos -, na utilização do transporte individual. Como tinha dito, havia situações que seriam acolhidas e ultrapassadas e haveria outras situações em que, efetivamente, não conseguiriam responder favoravelmente.

Mal comparado, todos os funcionários da Câmara tinham o mesmo problema. Eram todos colegas e todos os dias tinham. Aliás, aquando da mudança dos serviços para a Praça do Brasil tinha sido um problema acrescido relativamente aos serviços que estavam na Praça do Brasil, num outro edifício com menos pressão, e tinha sido colocado por todos os nossos funcionários. Tinha sido encontradas alternativas de localização, de parques nas chamadas zonas de rebatimento, que eram na avenida envolvente ao Parque Urbano da Várzea que, aliás, tinham essa função.

Estavam a encontrar alternativas junto de terrenos particulares, para que pudessem, também, ter essa função de resposta, serem considerados como parques de rebatimento, mas, efetivamente, a dependência e a utilização do transporte individual, como todos faziam naquele momento, não era possível manter, nem em Setúbal nem em nenhuma outra cidade.

Relativamente à unidade de tratamento de lítio, naquela fase tinha sido anunciada a instalação em Setúbal. Estavam em apreciação 33 concelhos do território nacional e aquele consórcio tinha decidido instalar-se em Setúbal, o que era uma muito boa notícia para todos. Estavam a trabalhar e já estavam a criar contactos com a equipa especializada que iria fazer o estudo de impacte ambiental onde seriam ponderadas todas essas questões. Seriam as diversas entidades envolvidas que iriam avaliar todas as questões que tinha colocado.

Uma nota relevante era que a produção dessa unidade seria feita com recurso às energias alternativas. Portanto, achava que havia um potencial de um bom sinal para o sucesso das questões ambientais e da produção das energias alternativas.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que só queria falar relativamente à questão que a Sra. Vereadora Sónia tinha colocado. Efetivamente, depois daquela reunião de Câmara em que a senhora Vereadora tinha colocado também o assunto por causa da comunicação, a Câmara tinha desenvolvido mais ações de comunicação, inclusivamente, no Facebook e na colocação de alguns “mupis” pela cidade. Tinha também prevista a colocação, no final da Avenida Antero de Quental, no “outdoor” que era da Câmara, para fazer o reforço, uma vez que o



projeto ainda iria durar mais 2 meses e tal e as pessoas ainda teriam a possibilidade de poder usufruir daquele projeto. Portanto, ainda valia a pena reforçar essa comunicação. Efetivamente, depois de fazerem o reforço da comunicação tinham sentido mais alguma adesão das pessoas.

De qualquer maneira, iria pedir à ENA para fazer um relatório do progresso, relativamente ao número de beneficiários até à data e ao tipo de intervenção que correspondia a cada um dos beneficiários, porque, como o projeto era abrangente e tratava de questões que tanto podiam ser de apoio a candidaturas como questões mais simples, que podiam ser do foro da organização do espaço em casa, para perceberem como é que poderiam fazer essa poupança energética. Se calhar, seria interessante poderem ter um relatório do progresso daqueles dois meses de funcionamento do projeto, que traria numa próxima reunião da Câmara, se fosse esse o entendimento.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que lhe parecia bem esse relatório do progresso, até para poderem perceber se havia outras freguesias onde pudessem, também, incidir mais na comunicação, para chamar as pessoas, para que todos pudessem, de facto, usufruir. Relativamente à unidade de lítio, gostariam, depois, de acompanhar os estudos de impacto ambiental e de ir tendo conhecimento do resultado dos mesmos.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que os vereadores do Partido Socialista voltavam a um tema que tinha sido recorrente, não só naquele mandato, mas nos mandatos que o tinham antecedido. Tinha a ver com a questão da precariedade laboral. Pensava que com a intervenção que iria fazer, em nome do Governo do Partido Socialista, a questão teria de ficar clara. Teria de ficar clara na Câmara Municipal, teria de ficar clara para todos os trabalhadores da Câmara Municipal e teria que ficar claro para todos os setubalenses.

Quem tinha criado aquela situação de precariedade laboral na Câmara Municipal de Setúbal tinham sido os senhores [da CDU]. Quem tinha criado a situação de falsos recibos verdes na Câmara Municipal de Setúbal não tinham sido os vereadores do Partido Socialista. Quem tinha optado por aquela situação de contratar trabalhadores no regime de prestação de serviços, vulgo falsos recibos verdes, para prestar verdadeiro trabalho – contrato de trabalho encapotado – tinham sido os senhores [da CDU].

O Sr. Presidente tinha dito, e tinha-o dito por mais do que uma vez, quando questionado, de forma aberta, sincera, que tinha sido uma opção da gestão CDU. E tinha dito mais, até para espanto deles, que tinha sido uma situação que os próprios trabalhadores assim tinham querido, que eram os trabalhadores que assim exigiam, essa situação de precariedade laboral.

O Sr. Presidente tinha dito, estava gravado. Naquele momento não era a mesma coisa que antigamente, as reuniões eram gravadas e ficavam para a posteridade e, portanto, não havia como dizer que não tinha sido dito aquilo que tinha sido dito. Aquilo que tinha sido ali assumido tinha sido que tinha sido uma opção de gestão da CDU, essa CDU, esse Partido Comunista que, a nível nacional, tanto criticava a contratação de trabalhadores em prestação de serviços, escamoteando aquilo que eram verdadeiros contratos de trabalho. Portanto, essa tinha sido uma situação criada pela gestão da CDU.

No meio dessas contratações, de contratos de trabalho em prestações de serviço, existiriam, certamente, situações que consubstanciavam, realmente, verdadeiras prestações de serviço, mas a maior parte, aquilo de que tinham conhecimento – e o Sr. Presidente também tinha conhecimento – era que a maior parte dessas contratações tinham sido contratações feitas escamoteando, tentando esconder aquilo que realmente se tinha pretendido contratar. Tinham contratado verdadeiros trabalhadores com uma remuneração certa, com uma prestação sinalagmática, com um horário certo, com uma hierarquia, um trabalho que respondia a uma hierarquia. Portanto, estavam na presença de verdadeiros trabalhadores da autarquia que estavam com falsos recibos verdes. Estavam numa situação de precariedade laboral porque os senhores [da CDU] tinham optado por seguir esse caminho.



Ao seguirem esse caminho, esses trabalhadores da autarquia não estavam nas mesmas condições que os trabalhadores da autarquia com contrato por termo indeterminado ou a termo certo. Não, esses trabalhadores não tinham, por exemplo, direito a subsídio de refeição, não tinham direito a subsídio de férias, não tinham direito a subsídio de Natal, não tinham direito a ter um seguro de acidentes de trabalho. Portanto, esses trabalhadores, verdadeiros trabalhadores da autarquia que estavam com falsos recibos verdes, com falsas prestações de serviços, não tinham, efetivamente, as mesmas condições e os mesmos direitos que os outros trabalhadores que, ao lado deles, prestavam esse serviço.

O Sr. Presidente não tinha sido capaz, nunca tinha sido capaz, nunca seria capaz de dizer que aquilo eram falsas prestações de serviços, que eram falsos recibos verdes, porque não iria dizer, nem a ele nem aos vereadores do Partido Socialista, nem aos trabalhadores da Câmara Municipal, nem aos setubalenses, que a contratação de trabalhadores para conduzirem viaturas pesadas, para executarem trabalhos de varredura nas ruas, de recolha de lixo, de resíduos sólidos urbanos, eram empresários em nome individual. O Sr. Presidente não teria a coragem de dizer ali, na Câmara, nem aos setubalenses, que aquilo que o Partido Comunista tanto denunciava - e bem - a nível nacional estava naquele momento a praticar ali. Naquele momento não, estava a praticar desde, pelo menos, 2016, porque isso seria a segunda questão da sua intervenção.

Efetivamente, essas situações de falsos recibos verdes vinham-se a alastrar na Câmara Municipal de Setúbal havia muitos anos e uma das razões, das justificações, que o Sr. Presidente ali tinha trazido alguns dias atrás tinha sido com a questão da pandemia, que o Covid tinha levado a que Câmara Municipal de Setúbal tivesse tido a necessidade de contratar esses trabalhadores.

Quería dizer ao Sr. Presidente que não era assim, que não tinha sido assim, porque essas contratações de prestações de serviços - falsas prestações de serviços, falsos recibos verdes - tinham vindo a ocorrer na Câmara Municipal de Setúbal, pelo menos, desde 2016. Portanto, estavam a falar de um tempo em que nenhum deles imaginava que iriam passar por uma das piores fases da nossa vida coletiva. Portanto, essa situação tinha sido criada pela gestão do Partido Comunista na Câmara Municipal de Setúbal. Era estranho, porque era o mesmo Partido Comunista que, a nível nacional, tanto criticava e tanto levantava a bandeira do combate à precariedade laboral, mas, depois, quando estavam na gestão, dava jeito. Era mais rápido, era mais célere e, como o Sr. Presidente tinha dito, criava outra margem de manobra que, optando por outro tipo de gestão, não daria ao executivo da Câmara Municipal.

Posto isso, cabia dizer o seguinte: Naquele momento, através do Sr. Presidente e da Sra. Vice-Presidente, a Câmara Municipal de Setúbal estava a chamar esses trabalhadores com falsos recibos verdes e que não viam a sua situação regularizada na Câmara Municipal. Esses trabalhadores estavam a ser chamados e lhes estava a ser comunicado que não lhes iria ser renovada essa prestação de serviços. Os trabalhadores tinham vindo a exercer as suas funções e faziam falta ao Município, mas estavam a ser chamados e estavam a ser mandados embora, criando ainda mais precariedade.

Por isso, queria dizer ao Sr. Presidente que essa responsabilidade também era dele e era do Partido Comunista. O facto de estarem a chamar os trabalhadores que, havia 3, 4, 5 ou 6 anos estavam com prestações de serviço e, naquele momento, estavam a ser chamados e estavam a ser enviados para - permitissem-lhe a expressão - *"o olho da rua"*, sem quaisquer direitos, essa responsabilidade era do Sr. Presidente, da Sra. Vice-Presidente e do Partido Comunista.

Essa responsabilidade não era dos vereadores do Partido Socialista. Os vereadores do Partido Socialista aquilo que tinham feito nas reuniões da Câmara, e que tinham feito no mandato anterior, tinha sido levantar a questão da precariedade laboral e dizer que estavam na linha da frente do combate à precariedade laboral, na denúncia dessas situações e na exigência de que essas situações fossem regularizadas.

Se esses trabalhadores, naquele momento, estavam a ser chamados e faziam falta ao Município, porque tinham vindo a prestar de forma regular esse trabalho, e se lhes estava a ser comunicado que o vínculo de prestação de serviços iria terminar sem que a sua situação

fosse regularizada, essa responsabilidade era do Sr. Presidente, era da Sra. Vice-Presidente e era do Partido Comunista Português.

Essa responsabilidade não era dos vereadores do Partido Socialista. Não havia nenhum contrato na Câmara Municipal de Setúbal que não fosse renovado por culpa dos vereadores do Partido Socialista. A responsabilidade dessa não renovação era do Sr. Presidente, da Sra. Vice-Presidente e dos vereadores do Partido Comunista Português.

Os vereadores do Partido Socialista reiteravam, na primeira linha da frente, o combate à precariedade laboral na Câmara Municipal de Setúbal e reafirmavam que o combate à precariedade laboral não se fazia mandando os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal para “o olho da rua”. Essas situações não se resolviam assim. Aliás, se perguntasse ao seu partido a nível nacional certamente que teriam essa resposta. Não era assim que se combatia a precariedade laboral.

Portanto, quanto a essa matéria, pensava que ficavam clarificados. Os vereadores do Partido Socialista estariam, como sempre, na linha da frente no combate à precariedade laboral e a toda e qualquer situação que passasse pelo combate à precariedade laboral, mandando os trabalhadores para casa, não renovando os seus contratos, não regularizando essas situações, isso era algo que deveria ser assacado à gestão CDU da Câmara Municipal de Setúbal.

Depois, tinha mais três temas para terminar a sua intervenção. Esses três temas tinham a ver com algo que já tinha sido ali levantado e que tinha a ver com a questão dos refugiados ucranianos que estavam a chegar à cidade e que estariam a ser recebidos no Mercado do Livramento, através de um serviço que estava contratualizado, acordado, protocolado entre a Câmara Municipal de Setúbal e uma associação, que levava a que esses mesmos refugiados ucranianos estivessem a ser recebidos por intérpretes de nacionalidade russa.

Não colocavam em causa o trabalho que estaria a ser desempenhado por essas pessoas. Certamente que estariam a fazer o seu melhor e a dar o seu melhor, mas, efetivamente - até por uma questão de sensibilidade, como tinha sido dito pelo senhor Vereador Paulo Calado -, uma vez que tinham sido contactados por vários ucranianos que lhes tinham dito que essa não era, realmente, a melhor forma, apelavam ao Sr. Presidente para que essa situação fosse revista.

Deixavam essa recomendação, porque, quem vinha de um cenário de guerra em que estavam a ser dia após dia confrontados com uma invasão criminosa da Ucrânia por parte da Rússia, com atos criminosos que chegavam a nossa casa todos os dias e que tinham sido vivenciados por essas pessoas, chegarem a Setúbal e serem, depois, confrontados com alguém que os estava a receber e que tinha essa nacionalidade, não obstante o excelente trabalho e os esforços que estivessem a ser feitos, efetivamente estava a criar problemas na máquina que a Câmara - e bem - tinha montado, no sentido de receber esses refugiados, mas criava alguns problemas e isso mesmo já tinha sido levantado pela Sra. Embaixadora da Ucrânia em Portugal. Portanto, reforçavam essa situação.

Quanto à questão do estacionamento já tinha sido muito dito que os vereadores do Partido Socialista tinham tido, desde o primeiro momento, uma posição. Não eram contra o estacionamento tarifado na cidade. Entendiam que era uma forma de regular o estacionamento e de melhorar a mobilidade no concelho, mas entendiam que existiam situações que não tinham sido consideradas.

Desde logo uma que deixava à análise e consideração do Sr. Presidente, que tinha a ver com os pescadores. Os pescadores, que saíam dos bairros às 3 ou 4 horas da manhã, para irem para a faina e que deixavam as suas viaturas estacionadas onde, naquele momento, era estacionamento tarifado e, quando regressavam, tinham as multas para pagar. Pensava que isso seria fácil de resolver e pensava que seria possível criar uma tarifa única para os pescadores, para que, naquela zona, eles continuassem a deixar as suas viaturas. Pensava que seriam situações que poderiam ser facilmente resolvidas.

Era claro que, como dizia a Sra. Vereadora Rita Carvalho, eram situações que estavam naquele momento no terreno, estavam a crescer e tinham de se ir adaptando, mas aquela era uma das questões que deixavam. Realmente, os pescadores, que estavam a sair às 3 e 4 da

manhã das suas casas, não tinham outra forma de vir, tinham de vir nas suas viaturas para ir para a faina e, depois, não tinham onde as deixar. Deixavam onde, naquele momento, existiam lugares tarifados e, portanto, havia que resolver e conseguiam, na Câmara, resolver essa situação. Portanto, era algo que deixavam ali, um alerta para que, efetivamente, se resolvesse e acreditavam que todos iriam resolver.

Terminava dizendo que, na anterior reunião da Câmara, tinha dito ao Sr. Presidente que aquele era o tempo de fazer as opções certas no orçamento municipal e era, também, o momento de fazer as opções certas na ação política municipal. O Vereador Vítor Ferreira tinha falado de algumas ações que não terão tido essa mesma ação certa na atividade municipal, mas deixava outra ao Sr. Presidente. Na altura da campanha eleitoral, enquanto Candidato à Câmara Municipal tinha criado uma página de Facebook e o Sr. Presidente também. Enquanto candidato André Martins, tinha criado uma página. O Vereador Fernando Negrão, enquanto candidato pelo PSD, também tinha criado uma página. Todos tinham criado uma página de Facebook. Aliás, as redes sociais, naquele momento, dominavam muito a vida deles e todos eles tinham criado uma página. Era normal que assim tivesse sido. Uns tinham dinamizado mais, outros menos. As páginas tinham sido dinamizadas e, naquele momento, as páginas continuavam a existir. O Sr. Presidente tinha a sua página, ele tinha a dele, o Vereador Fernando Negrão teria a sua. Aliás, pensava que todos os vereadores – pensava ele -, acreditava que tivessem uma página de Facebook.

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal estava a dizer que não tinha. Muito bem, não andava nessas modernices e fazia muito bem, estava no seu direito, mas, efetivamente, ficaria fora daquela discussão. Mas todos, ali, teriam a sua página de Facebook.

Aquilo que não tinham todos era aquilo que o Sr. Presidente tinha tido e que, realmente, acabava por ser um “jackpot”, era a página do Município, a página que era de todos, que era paga por todos, a página que era da Câmara Municipal de Setúbal, fazer divulgação da sua página. Portanto, a Câmara Municipal de Setúbal, a página da Câmara Municipal de Setúbal, a página do Município de Setúbal, a página que era de todos, fazia a divulgação da página do Sr. Presidente: *“Acompanhe a página do Presidente.”*

Gostariam que essa mesma página do Município fizesse essa divulgação, dizendo: *“Acompanhe as páginas dos vereadores na Câmara Municipal de Setúbal Fernando José, Vítor Ferreira, Patrícia Paz, Ana Vitorino, Joel Marques.”* Portanto, que fizesse, também, essa divulgação, para acompanhar as páginas deles. Achava que o Sr. Presidente andava esquecido de algo que era muito importante, era que a página do Município era do Município, não era uma página do Partido Comunista Português, nem da CDU. Era uma página de todos os setubalenses da Câmara Municipal e todos eles faziam parte daquela Câmara Municipal.

O executivo municipal era constituído por um Presidente – o Sr. Presidente, que era Presidente da Câmara Municipal - e por 10 vereadores, que faziam parte daquele órgão e, portanto, todos eles mereciam o mesmo tratamento, quer fosse na página do Município, quer fosse no jornal que estava, naquele momento, a ser distribuído mensalmente e que chegava a casa de todos os setubalenses, mas que tinha só uma versão da história. Tinha só a versão que o Sr. Presidente queria contar e que o Partido Comunista queria contar. Isso não podia ser assim, porque o jornal da Câmara Municipal de Setúbal e a página do Município deviam representar todas as forças que compunham aquele executivo.

Terminava lamentando e reforçando aquilo que tinha sido dito – parecia que a Sra. Vice-Presidente estaria incomodada com a sua intervenção e ia fazendo alguns comentários paralelos, talvez porque tinha dito, um tempo atrás...

**Sr. Presidente** – Disse que agradecia que o senhor vereador adiantasse um pouco o passo, porque, de facto, não sabia quantos minutos, mas já tinha ultrapassado aquilo que o regimento estabelecia. Mas, já que gostava tanto de falar, dava-lhe esse prazer. Por um dia na semana ou de 15 em 15 dias tinha esse privilégio. Que fizesse o favor de terminar.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que terminava imediatamente. Era sempre um prazer vir às reuniões da Câmara e representar os setubalenses. Aquilo que tinha a dizer era que

aquilo que exigiam era, efetivamente, o mesmo tratamento que era dado aos vereadores que estavam a tempo inteiro. Portanto, reforçava dizendo que tinha sido uma vergonha - e utilizava a palavra vergonha duas vezes - aquilo que tinha acontecido na apresentação do executivo municipal aos trabalhadores que naquele momento eram trabalhadores da Câmara Municipal e que tinham vindo das escolas dos nossos agrupamentos de escolas para a Câmara Municipal. Aquilo que tinha sido feito pelo Sr. Presidente, pelo seu gabinete, pelos vereadores do Partido Comunista Português na Câmara Municipal de Setúbal tinha sido uma vergonha, porque tinham apresentado aos trabalhadores da nossa comunidade escolar o executivo municipal como sendo só composto pelo Sr. Presidente e por alguns vereadores. Ora, isso não era uma forma de dignificar a nossa democracia. O executivo municipal era composto por aqueles vereadores que estavam a tempo inteiro na Câmara Municipal - e que, por isso, recebiam uma remuneração por estarem a tempo inteiro - e pelos outros vereadores, que não recebiam uma remuneração por estarem ali a tempo inteiro, mas que vinham cá, com todo o gosto, de 15 em 15 dias, para levantar essas questões, que percebia que fossem incómodas para o Sr. Presidente, que fossem incómodas para a Sra. Vice-presidente e, até, para o Sr. Vereador Pedro Pina, que, enquanto ele ia falando, ia rindo e achando piada àquelas situações.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que a sua intervenção era na sequência do pedido anterior para falar. Tinha ainda a ver com a questão dos parquímetros, porque não podia deixar de refletir e de mencionar aquilo que, para ele, se tinha passado durante aqueles 20 anos.

A verdade era que pensava que tudo se tinha feito para que se acabasse com o estacionamento livre na cidade. E o melhor exemplo disso tinha sido o que se tinha passado com o Programa Polis na Avenida Luísa Todi. Achava que era muito claro o que se tinha passado e o Sr. Presidente também sabia isso muito bem, porque tinha sido um dos responsáveis pela execução daquele programa e por essa intervenção em particular, de tal forma que as pessoas se viam obrigadas a estacionar em faixas de rodagem, coisa que já acontecia antes do Polis mas de outra forma.

Por diversas vezes eles tinham mencionado isso ali - eles, o PSD -, porque se tinha acabado com cerca de 300 lugares de estacionamento numa das mais nobres avenidas do país, que era onde as pessoas afluíam. A verdade era que, com a adjudicação do contrato de concessão - que, pasme-se!, tinha 40 anos, porque, de acordo com a fundamentação do programa do concurso, o eventual ganhador só teria o retorno de 38 anos depois da execução contratual -, uma das obrigações que tinha era a construção de um parque subterrâneo na Avenida Luísa Todi.

Portanto, eles, que até tinham sido contra aquele contrato, pensavam que deviam deixar ali claro que exigiam, então, que esse parque subterrâneo fosse feito o quanto antes, independentemente das questões de estar, ou não, à espera que, no fundo, fosse substituído o operador dos transportes públicos. O parque subterrâneo tinha de ser feito. Aliás, era uma das obrigações. Relembra, aliás, que eram 3 parques e que, durante o próprio procedimento, tinha sido alterado para 2, com a justificação de que o parque da Praça de Touros seria para outros fins. Isso tinha ficado em ata e, depois, tinha-se vindo a verificar que era para uns fins e, afinal, era para outros.

Mas, enfim, a questão era para quando essa intervenção, porque ela era fundamental para quem nos visitava, para quem trabalhava na cidade e para dar resposta àquilo que já ali tinha sido mencionado pelos senhores vereadores do Partido Socialista, mas achava que era uma preocupação de todos, que era as pessoas que precisavam de, intensivamente, utilizar essa área do centro da cidade, poderem ter uma espécie de avença, algo que lhes permitisse estarem descansados a trabalhar e não preocupados em ir lá pôr mais uma moeda no parquímetro.

Isso era inconcebível, isso era falta de planeamento. Pedia imensa desculpa, mas tinham planeado tão bem durante esses 20 anos o que se tinha passado que até tínhamos passeios com riscas brancas para estacionar carros na Avenida Rodrigues Manito, por exemplo, e

também lá haveriam de chegar os parquímetros, porque também era uma das áreas que estava prevista e, depois, não tinham planeado coisas óbvias, que existiam também nos outros sítios todos. Havia uma coisa que não existia em muitos sítios, que era o primeiro carro ter que pagar, também, ele próprio, uma subscrição anual, como era o caso dele, que eram 10 euros. Noutras cidades isso não existia, o primeiro carro estava isento.

Era preciso começar a dar resposta a essas sugestões. Já tinha passado bastante tempo. Os senhores [da CDU], no seu íntimo, não iriam dizer *“isso foi decidido no mandato anterior, até eram outras pessoas”*, porque as forças políticas eram as mesmas. Portanto, tinha que haver continuidade ou, então, tinha que se chegar à conclusão, como eles e o PS tinham alertado, que tinha sido um erro a forma como esse contrato tinha sido lançado, o tempo e o modo.

Pensava que era preciso dar respostas aos setubalenses e como eles, naquele momento, finalmente, tinham consciência, porque estavam a ver os parquímetros, porque, se calhar, não acreditavam que seria possível aquilo que tinha sido deliberado ali pela CDU, com os votos contra do PSD e do PS, mas acontecia. Estava a ser – que lhe desculpassem a expressão, não gostava muito - implementado, estava a ser desenvolvido e, portanto, tinham caído na real, na realidade. Portanto, tinham de dar soluções às pessoas, não era só arrecadar receita.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que queria só fazer uma nota relativamente àquele comentário. Como as questões faziam ricochete e eram repetidas inúmeras vezes, só queria lembrar o Sr. Vereador Paulo Calado que a obra da Avenida Luísa Todi, precisamente por ser uma zona nobre, tinha deixado de ser uma zona de estacionamento e tinha passado a ser uma zona de espaço público, da mesma forma que o Largo do Convento de Jesus, nessa reflexão que estava a fazer, naquele momento seria uma zona de estacionamento e não um largo de receção e de enquadramento de um monumento nacional.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que não iria ocupar muito tempo da reunião, mas queria realçar que o Sr. Vereador Fernando José dava muita importância às questões da comunicação. Já tinham percebido. Defendia essas questões através do seu Facebook. Essas questões eram, realmente, prioridades para o senhor Vereador, tanto mais que a estratégia passava por, naquela reunião da Câmara, repetir, por três vezes, aquilo que considerava ser as suas informações.

Relativamente às questões de que o senhor vereador falava, da precariedade, tinha-as repetido mesmo três vezes. Porque eram todos vereadores e tinham todos os mesmos direitos. Iria repetir três vezes as informações que também já tinha dado à Câmara Municipal, relativamente às entradas de pessoal e a procedimentos concursais.

Portanto, que ficasse registado em ata três vezes que o Município tinha lançado, em outubro de 2020, 38 procedimentos concursais, que resultaram na conclusão, em 2021, de 24 desses procedimentos. Tinha sido admitidos 132 trabalhadores com contratos por tempo indeterminado. O Município tinha lançado, em outubro de 2020, 38 procedimentos concursais, dos quais tinha resultado a conclusão de 24 em 2021. Tinha sido admitidos 132 trabalhadores com contrato por tempo indeterminado e, para o senhor vereador ficar com isso registado, tinham sido abertos 38 procedimentos concursais em 2020. Tinha concluído os 24 em 2021. Tinha admitido 132 trabalhadores. Encontravam-se ainda a decorrer 14 concursos, com previsão de entrada, em 2022, de mais 91 pessoas nos quadros da autarquia.

Naquele momento, tinham um universo de 2100 trabalhadores na Câmara Municipal. Tinha procedido à contratação de mais 220 trabalhadores em 4 dezenas de áreas funcionais distintas. Dos trabalhadores admitidos no ano anterior, 82 tinham contratos de prestação de serviço. Dos trabalhadores admitidos no ano passado, 82 tinham contratos de prestação de serviço. Como o senhor vereador sabia, os concursos eram públicos, mas 82 dessas pessoas tinham com a Câmara contratos de prestação de serviço.

Tinham trazido à Câmara Municipal a alteração dos lugares do Mapa de Pessoal. Tinham criado mais 4 dezenas de lugares, de postos de trabalho. Tinham trazido à anterior reunião da Câmara a abertura de procedimentos concursais para as mais diferentes áreas.

Cada vez que o senhor Vereador dissesse o seu argumento, que tinha toda a legitimidade, também diria o dela, porque aqueles é que eram os factos.

Relativamente àquilo que eram as condições de trabalho das pessoas no país, devia o PCP sempre chamar a atenção, sempre. A Câmara de Setúbal não era uma bolha, não funcionava como uma bolha. Aliás, no outro dia, com um colega vereador dela da área da Educação, tinha ficado a saber que, numa determinada câmara que tinha mudado de força política, essa câmara tinha deixado, por força da transferência de competências para as câmaras municipais - porque, certamente, tinha querido resolver problemas que tinha -, tinha deixado um passivo de mais de 200 trabalhadores a recibos verdes nas escolas de um certo município. E, naquele momento, cabia à outra força política que tinha ganho essa câmara tentar resolver o problema.

Não valia a pena fazerem ali a apologia de que o problema era da Câmara de Setúbal. Muito pelo contrário, tinham reuniões com sindicatos em que lhes diziam: *“Vereadora, isto é por todo o lado, isto é em toda a parte.”* E, mais grave, o problema era muito mais grave na Administração Central do que na Administração Local, porque a Administração Local tinha feito os seus PREVPAV, tinha aberto os concursos e tinha criado condições. A Administração Central, em muitos organismos, nem sequer tinha concluído os PREVPAV e nem sequer tinha desenvolvido esses concursos.

Portanto, percebia que o senhor vereador prezasse as questões da comunicação e que fizesse disso a sua bandeira, até ali, com um certo laivo de preocupação, da cara do que aparecia e do que não aparecia. Podia ter um certo laivo de culto de personalidade, não sabia. Iriam ver o que é que isso iria dar, mas aqueles factos eram os factos que estavam plasmados, até, na questão da prestação de contas e daquilo que tinha sido a apresentação do mapa de pessoal.

Pensava que essas informações estavam vinculadas e eram importantes para perceberem que nem sempre as questões da comunicação conseguiram ir para além daquilo que eram os factos e daquilo que era o nosso trabalho deles.

Quanto à questão das escolas e da apresentação, achava que podiam ter ali outras preocupações em relação à transferência de competências que não a receção e o acolhimento que o Município tinha feito àqueles trabalhadores. O Município acolhia todos os trabalhadores que entravam na Câmara, todos. Aquela sessão não tinha sido exceção em relação àquilo que acontecia a qualquer trabalhador que entrava na Câmara Municipal, com a diferença de estarmos a receber 536 trabalhadores. E que, da parte do ministério, nem uma palavra, mas, da parte da Câmara Municipal, sim, tinham sido acolhidos. Ficaria mais descansada se os senhores vereadores perguntassem: Como é que estava a correr a transferência de competências? Como é que estavam a ser feitos os pagamentos das verbas, as transferências das verbas para a Câmara Municipal? Como é que as escolas estavam a lidar com a situação? Como é que a câmara estava a lidar com a situação? Chegavam as verbas?

Diria ao senhor vereador que tinham um encargo de 400 mil euros para pagar naquele mês, em vencimentos do pessoal não docente. A IGF tinha-lhes transferido, naquele dia, 132 mil euros. Ou a IGF tinha uma torneira e aquilo iria cair às pinguinhas – iriam ver o que é que viria nos dias seguintes – ou estariam com um problema muito grave. Dessas questões é que a Câmara Municipal tinha que ter conhecimento e tinha que ter propostas para resolver, não era se tinham aparecido as fotografias de A, B, C ou D e, se tinham aparecido, em que contexto é que tinham aparecido. Tinha sido transmitido a todos os trabalhadores que a Câmara tinha 11 eleitos que faziam parte daquele órgão.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que havia duas ou três coisas que gostaria de colocar, acompanhando completamente as questões que tinha colocado a Sra. Vice-Presidente. Queria dizer que tinha ideia - talvez os mais antigos se lembrassem – que quando a CDU

ganhou a Câmara tinha tido que regularizar mais de 200, quase 300 trabalhadores a recibo verde que vinham do Partido Socialista. Era uma questão de ir ver a memória.

Mas, de qualquer modo, queria colocar dois ou três casos concretos que achava que podiam resolver aquele problema daquela gritaria à volta dos recibos verdes, situação que estava a ser muito bem resolvida, naquele momento, pela Câmara. A Câmara Municipal de Setúbal tinha um trabalho notável de criação de condições de trabalho aos seus trabalhadores. Era ver aquele edifício, era ver o Edifício dos Ciprestes, era ver o Edifício Sado e as obras que ainda estavam em curso, era ver todo o trabalho que era feito de apoio aos trabalhadores, no conjunto da Câmara.

Queria deixar ali duas ou três notas de exemplos concretos e interessantes. Primeiro exemplo: Tinham aberto concurso para pedreiros. Tinham concorrido vários trabalhadores. O nosso melhor pedreiro tinha chumbado nos psicotécnicos e não tinha aparecido mais nenhum pedreiro. Tinham mantido o pedreiro a recibo verde. Nós não tivemos o poder visível. Segundo o Partido Socialista, deviam ter despedido o pedreiro - isso era a estabilidade -, porque, senão, o Partido Socialista viria gritar que tinham recibos verdes a tempo permanente. Portanto, o Partido Socialista, com essa conversa, estava a impor que a Câmara de Setúbal despedisse as pessoas que não entravam nos concursos e que estavam a recibo verde. Essa situação era uma situação concreta, prática, não era uma invenção.

Depois, tinham trabalhadores, também operários em geral, que não tinham, sequer, habilitações para concorrer, mas eram excelentes operários e estavam a recibos verdes. Contratavam, não criavam o posto de trabalho, que era uma contratação a 14 meses, não tinham ninguém para fazer esse trabalho e a Câmara não fazia esse trabalho. Era essa a solução? Alguém teria que o dizer. Se essa era a solução, então o PS teria que vir sugerir à Câmara que despedisse aquele trabalhador que estava a recibo verde, porque ele não tinha forma de ser contratado. Nalguns casos, estavam a trabalhar com os trabalhadores para eles fazerem a formação suficiente para poderem concorrer. Estavam a apoiá-los nos estudos. Estavam a ver se eles conseguiam fazer o sistema de avaliação de competência. Estavam a fazer tudo para que eles se pudessem manter, pudessem concorrer e estabilizar a sua vida. Até esse momento, estariam da forma que podiam estar contratados e estavam a fazer um trabalho notável para a Câmara. Despediam-se esses trabalhadores?

Depois, tinham a situação dos concursos de todo o tipo em que concorriam as pessoas que estavam a recibo verde. Tinha-se aberto essa oportunidade. Por qualquer razão, não tinham ficado nos primeiros lugares e não tinham vaga. O que é que faziam? Mantinham-nos e o PS vinha gritar que tinham recibos verdes ou despediam-nos e o PS ficava satisfeito, porque já não tinham recibos verdes e criavam mais um desempregado? Portanto, era uma situação que achava que tinha que ser bem vista e com serenidade, não podia ser tratada com a demagogia com que estava ali a ser tratada pelo Partido Socialista.

Havia pouco tempo, tinham tido uma exigência de trabalho para a qual não tinham resposta: Concorrer ao PRR Habitação. Era necessário fazer visitas a todas as 4 mil casas dos bairros de habitação pública e falar com todas as famílias num período de 1 a 2 meses, para poderem fazer o contrato e concorrer ao PRR. O que é que a Câmara tinha feito? Tinha contratado duas pessoas a recibo verde para fazer esse trabalho. No fim da tarefa tinha acabado a tarefa. Se fossem pessoas muito valiosas poderiam mantê-los até abrir um concurso, mas o PS dizia: *"Não, não, não. Não podem ficar a recibo verde, porque o concurso vai levar um ano e tal e vão ficar um ano e tal a recibo verde. Portanto, têm que ir para a rua"*. Isso era criar boas condições às pessoas?

Era um problema sério, porque havia problemas de contratação para a administração pública bastante complexos, que atrasavam os processos de contratação e dificultavam os processos de contratação. Portanto, eram coisas pontuais que tinham que ser resolvidas, mas, imaginando que essas pessoas tinham saído contratadas por uma questão pontual, eram excelentes trabalhadores e que queriam colocá-los em funções permanentes, tinham duas hipóteses, ou despediam-nos e abriam um concurso e eles ficavam na rua ou mantinham-nos até haver um concurso a que eles pudessem concorrer.

Portanto, achava que a conversa fácil que estava ali em cima da mesa batia no muro da argumentação que tinha colocado a Sra. Vice-Presidente. De facto, o que estava a acontecer era uma regularização massiva de situações, era a contratação e estabilização dos trabalhadores e era a criação de condições de trabalho aos trabalhadores. Era isso que estava a ser feito.

Seria bom que não se fizesse chicana política com os trabalhadores da Câmara, nem com as pessoas que estavam em diferentes níveis laborais e que precisavam, como pão para a boca, do seu vínculo laboral, da sua manutenção laboral, com aquele objetivo central da Câmara, de regularizar todos e garantir que todos tinham uma estabilização. Isso era uma coisa fácil de perceber.

Em relação à comunidade ucraniana, queria dizer o seguinte: Cuidado com a conversa à volta dessa matéria, porque Setúbal era uma cidade acolhedora que tinha mais de 85 nacionalidades que conviviam umas com as outras desde sempre e convinha que se mantivesse assim e que não se trouxesse para dentro de Setúbal, para dentro das nossas comunidades, os comportamentos, as atitudes, as perspetivas, até, de uma senhora embaixadora que queria trazer a guerra da Ucrânia para dentro dos outros países. As nossas nacionalidades, as nossas comunidades, tinham tido um trabalho impressionante de cooperação e de convivência em conjunto. Setúbal tinha sido assim, seria estranho que não continuasse assim, mas era um problema que tinha ficado colocado e que seria, seguramente, analisado.

Uma outra questão que queria colocar era sobre o estacionamento. Era só uma breve nota. Em 2014 ou 2015 tinha sido chumbada a possibilidade do estacionamento tarifado, enfim, do concurso que tinha sido feito. Já teriam, naquele momento, o estacionamento subterrâneo na Luísa Todí, se isso não tivesse sido chumbado. Portanto, quem, naquele momento, dizia que não havia estacionamento enterrado na Luísa Todí e que era muito bom que houvesse e que tinha que se tratar urgentemente disso, 6 ou 7 anos atrás tinha impedido que isso tivesse acontecido e, naquele momento, vinha dizer que não havia. Isso era um comportamento de abutre em cima de uma desgraça que tinham provocado, com o devido respeito. Queria chamar a atenção para isso, porque era dizer assim: *“Não há estacionamento enterrado na Luísa Todí e tem que se tratar urgentemente, mas, há vários anos atrás, impedi que houvesse isso e, agora, estou a dizer que não há”*. Portanto, era uma situação um bocado complicada e que deviam ter em conta.

Queria deixar uma última nota, em relação aos trabalhadores e às competências. Não tinha sido por acaso que o Presidente da Câmara do Porto tinha pedido para sair da Associação Nacional de Municípios - pediu não, tinha decidido -, a Câmara já tinha decidido sair da Associação Nacional de Municípios, por um comportamento que se aproximava da traição, por parte da Associação Nacional de Municípios liderada pelo PS, em relação aos municípios. Era importante perceber que, naquele momento, a situação de trânsito de competências não era catastrófica mas era muito má e que as coisas que tinham ficado em aberto, decorrentes dessa transferência de competências, eram tremendas. Naquele momento, estavam a resolver - e voltavam aos trabalhadores - problemas concretos que deviam estar resolvidos antes da transferência, para não criar problemas aos trabalhadores e às câmaras. As câmaras estavam a ter que resolver em acelerado problemas que não tinham, sequer, tido em conta. E, mais, o Governo não queria nem saber: *“Isso já passou, agora resolvam”*. Achava que não era aceitável.

Os vereadores da Câmara todos, de todos os partidos, não deviam aceitar isso de bom grado, porque, mesmo com o comportamento da Associação de Municípios, a própria Presidente da Associação de Municípios já começava a dizer, também, que: *“Tudo bem, tem que avançar, mas há aqui problemas graves a resolver ainda”*. Portanto, não valia a pena, não valia tudo para defender o Governo.

Era preciso defender a população de Setúbal, era preciso defender as crianças de Setúbal, os professores de Setúbal, era preciso defender as condições de funcionamento das escolas e, também, no futuro, as condições de funcionamento dos centros de saúde. Isso é que era vital.

Achava que o olhar certo sobre as competências era: *“Qual é o impacto da forma que a como está a ser feito tem nas pessoas de Setúbal?”* e não no gozo do Governo em libertar-se de tarefas complicadas e ir para cima dos municípios. Achava que havia um desencontro entre o comportamento político e as funções, na medida em que lhe parecia que havia mais interesse em defender o Governo do que em defender as populações. Isso era grave em eleitos municipais, designadamente vereadores numa câmara municipal. O Sr. Presidente que lhe desculpasse o alongamento, mas era aquilo que tinha para dizer.

**Sr. Vereador Fernando José** – Pediu a palavra ao Sr. Presidente.

**Sr. Presidente** – Perguntou ao Sr. Vereador Fernando José para que efeito.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que era no sentido de responder. O senhor Vereador Carlos Rabaçal tinha tocado no Partido Socialista e nos vereadores do Partido Socialista por diversas vezes. Portanto, queria fazer uma intervenção no sentido...

**Sr. Presidente** – Perguntou se era para defender a honra.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que iria pedir para defender a honra não fosse o Sr. Presidente começar outra vez a gritar na reunião da Câmara. Portanto, iria, apenas, fazer uma intervenção.

**Sr. Presidente** – Disse que se era alguma declaração para ele ficar intimidado...

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que não, não ficava. Por amor de Deus, entre eles estava tudo esclarecido.

**Sr. Presidente** – Disse que se era alguma tentativa nesse sentido, o senhor vereador podia ficar descansado. Todos os senhores vereadores já tinham feito as suas intervenções.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que o Sr. Vereador Paulo Calado também estava a pedir para intervir e ele também estava a pedir para intervir.

**Sr. Presidente** – Disse que, certamente, o senhor vereador tinha dito aquilo que tinha a dizer.

Intervenção ininteligível.

**Sr. Presidente** – Disse que se o munícipe quisesse estar na bancada tinha que estar sossegadinho, porque estavam ali a conversar e, portanto, os senhores munícipes estavam ali para ouvir o que eles diziam.

Intervenção ininteligível.

**Sr. Presidente** – Disse que pedia desculpa, mas não podia.

Intervenção ininteligível.

**Sr. Presidente** – Disse que o munícipe fazia aquilo que entendesse. Era livre de fazer aquilo que quisesse, mas não ia para ali. Estava a interromper uma reunião da Câmara e não podia fazer isso. O munícipe que o desculpasse, mas não podia interromper uma reunião da Câmara. Dava a palavra ao Sr. Vereador Fernando José.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que, depois do Sr. Vereador Carlos Rabaçal ter feito uma intervenção...

**Sr. Presidente** – Disse que o senhor vereador tinha feito uma intervenção de cerca de 40 minutos. Era verdade, os ponteiros do relógio andavam. O senhor vereador podia pensar que não, mas os ponteiros do relógio andavam. Se ia fazer outra intervenção do mesmo género qualquer dia eles não podiam falar, só o senhor vereador é que chegava ali, estudava os assuntos que queria colocar à Câmara, dizia aquilo que achava muito bem e ninguém lhe podia dizer mais nada, porque estava sempre disposto a responder. Como o senhor vereador sabia, as reuniões também tinham os seus limites e naturalmente que cada um tinha o direito de fazer a exposição das suas questões, mas não também de abusar disso. O senhor vereador que fizesse o favor de dizer aquilo que tinha a dizer.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que, se fizesse uma intervenção 40 minutos, certamente que, depois, ficaria encantado com essa intervenção. Não tinha a ver com isso. Depois de o Sr. Vereador Carlos Rabaçal ter feito ali acusações desde o gozo do Governo até chamar abutres tinham que dizer qualquer coisa. Não iria ocupar mais do que dois minutos. Durante muitos anos, na sua atividade profissional, tinha desempenhado funções acompanhando processos de despedimento coletivo. Tinha estado no Ministério do Trabalho e, durante muitos e muitos anos, tinha feito o acompanhamento de despedimentos coletivos. Tinha, de um lado, a parte empregadora - e confessava que, muitas vezes, empregadores sem escrúpulos - e, do outro lado, representantes dos trabalhadores, os sindicatos, quer fosse a tendência UGT ou CGTP, sempre na defesa dos trabalhadores. Sempre tinha pugnado, sendo imparcial, por fazer essa defesa dos trabalhadores, mas, muitas vezes, tinha ouvido como justificação àquilo que era levantado por muitos dirigentes da CGTP-IN, também militantes do Partido Comunista, por quem tinha grande amizade e grande respeito, usarem parte dos argumentos que tinham sido ali utilizados pelo Vereador Carlos Rabaçal, dizendo esses empresários aos dirigentes sindicais que aquilo que estavam a dizer na defesa dos trabalhadores era conversa fácil. Tinha-lhe feito recordar esses tempos em que esses empresários - que estavam a despedir os trabalhadores, muitas vezes sem razão e sem fundamento - acusavam esses dirigentes de conversa fácil. Não era conversa fácil, como o Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha dito, aquilo que tinha acontecido na Câmara Municipal de Setúbal e o senhor vereador sabia. Poderia não ter a capacidade, a liberdade de o dizer naquele momento na reunião de Câmara, mas sabia que tinha havido um abuso, um excesso na contratação de trabalhadores precários. Haveria situações que certamente se justificariam, como tinha começado por dizer na sua intervenção inicial, mas tinha havido situações de abuso e, portanto, tinha havido situações de excesso. Tinha havido muitos trabalhadores que tinham sido contratados pela Câmara Municipal em falsos recibos verdes, em falsas prestações de serviços. Não escondia o esforço que tinha sido feito, nomeadamente...

**Sr. Presidente** – Disse que o Sr. Vereador Fernando José já estava a repetir aquilo pela 10.ª vez. Não acharia que isso era um abuso?

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que não, não era. Um abuso tinha sido a contratação de trabalhadores.

**Sr. Presidente** – Disse que aconselhava o senhor vereador a examinar a sua intervenção e a não repetir mais nenhuma vez aquilo que já tinha dito.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que agradecia ao Sr. Presidente e que terminava de imediato. Aquilo que queria reafirmar era que, efetivamente, eles reconheciam esse trabalho que tinha sido feito, na altura, pelo vereador dos recursos humanos, o Vereador Manuel Pisco, no sentido de regularizar essas situações, porque aquilo era uma situação que vinha de trás. O Vereador Manuel Pisco, enquanto vereador com o pelouro dos recursos humanos, tinha tentado regularizar algumas dessas situações.

Nem todos esses trabalhadores que tinham sido contratados em prestação de serviço, falsos recibos verdes, tinham sido ungidos à nascença. Tinham na sala, naquele momento, trabalhadores que tinham começado na Câmara Municipal com falsos recibos verdes e que estavam no quadro da Câmara Municipal, eram trabalhadores na Câmara Municipal e bem. Tinham ali exemplos disso, mas havia situações de trabalhadores que não tinham sido ungidos à nascença e continuavam, naquele momento, com prestações de serviço e que tinham sido chamados para se ir embora.

Tinha-lhes sido dito ali uma parte de verdade, a tal verdade que vinha nas redes sociais dominadas pelo executivo CDU a tempo inteiro e no jornal que só dizia uma parte da verdade. A Sra. Vice-Presidente tinha-lhes dito quantos trabalhadores tinham tido a sua situação regularizada. Portanto, perguntava à Sra. Vice-Presidente: Quantos trabalhadores em prestação de serviços é que não tinham visto a sua situação regularizada e estavam a ser chamados e a ser-lhes comunicado que os seus contratos de prestação de serviço iriam terminar? Não era por responsabilidade dos vereadores do Partido Socialista, porque não tinham sido os vereadores do Partido Socialista que tinham criado esta situação, essa situação tinha sido criada pelos senhores [da CDU] e não pelos vereadores do Partido Socialista.

**Sr. Presidente** – Disse ao Sr. Vereador Fernando José que tinham sido mais 15 minutos. Era assim, ia ocupando o tempo. Estudava esses assuntos em casa e a forma como é que haveria de chegar ali e apresentá-los e repetir, repetir, repetir, para ver se tinha vencimento. Não era assim, o seu trabalho estava enganado. Estava enganado com isso tudo, porque os trabalhadores da Câmara Municipal já os conheciam havia muitos anos e tinham-lhes merecido, ao longo dos anos, tudo aquilo que estava ao alcance deles, da gestão municipal da CDU. Tinham beneficiado das melhores condições de trabalho e da defesa dos seus direitos.

Muitas vezes, o que acontecia era que a legislação impedia que a Câmara Municipal, que as câmaras municipais, que o Poder Local, tivesse uma atuação mais direta, no sentido da defesa imediata, no sentido da defesa dos trabalhadores das câmaras municipais e das juntas de freguesia. Era isso que estava em causa.

Era por isso que dizia ao senhor vereador, e repetia, não da forma como o senhor vereador tinha dito mas da forma como ele dizia, que a gestão da CDU se tinha visto forçada a tomar decisões na contratação de trabalhadores por força da pandemia e que, se a Câmara Municipal não tivesse tomado essas decisões, naturalmente que não teria prestado os serviços que tinha prestado às populações e no sentido de alguns trabalhadores virem a ocupar os lugares, as funções de trabalhadores que estavam doentes. Tinha sido isso que tinha acontecido e era isso que dizia.

Mais, também tinha dito e continuava a dizer que isso tinha sido uma opção em defesa dos interesses dos trabalhadores da Câmara Municipal e das populações do concelho de Setúbal. Era isso que dizia. Mais, também por força da legislação que existia, havia trabalhadores - como alguns exemplos que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha referido - que não tinham condições, embora fossem ótimos profissionais e embora a Câmara Municipal precisasse desses trabalhadores qualificados, por força da legislação que existia não era possível contratar esses trabalhadores a não ser recorrendo aos recibos verdes.

Os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal mereciam-lhes todos o maior respeito, porque a maior parte da responsabilidade do trabalho que vinha sendo desenvolvido no concelho era dos trabalhadores da Câmara Municipal. Portanto, se as populações do concelho se sentiam aqui bem e se defendiam a continuação daquele trabalho de transformação daquilo que tinham encontrado quando chegaram à Câmara Municipal e ao território, em 2002, essas transformações têm sido feitas por força do empenhamento e da dedicação dos trabalhadores da Câmara Municipal.

Por isso, os trabalhadores da Câmara Municipal mereciam-lhes todos o maior respeito. O senhor vereador estudava as formas de fazer aquelas intervenções quando vinham à Câmara no período de antes da ordem do dia e, depois, como via que as coisas não estavam a passar

ou não estavam a passar como pretendia ou tinha imaginado, repetia, repetia, repetia, mas isso não levava a lado nenhum, era um erro. Era um erro, porque, quando se repetia muitas vezes a mesma coisa, as pessoas já não estavam disponíveis para ouvir e, depois, o senhor vereador dizia uma coisa que, de facto, era aquilo que pensava, era que o senhor não estava disposto a assumir responsabilidades de nada.

O senhor vereador ia ali só para criticar a gestão da CDU. Era só isso que lhe interessava, mais nada. Era isso que fazia e isso não era bom, porque era o senhor vereador que dizia que não estava disponível para assumir qualquer responsabilidade. Recusava-se a assumir responsabilidade, mas, depois, vinha dizer que também a sua intervenção devia estar na comunicação, etc e tal. Se o senhor vereador não queria assumir responsabilidades, se não tinha responsabilidades na gestão do Município, não tinha responsabilidades atribuídas, naturalmente que quem tinha essas responsabilidades, como já tinha referido na última reunião, tinha de transmitir o trabalho que desenvolvia, comunicá-lo aos munícipes do Município de Setúbal, para que esses munícipes pudessem, em função da informação que lhes era transmitida, participar na vida do Município.

Era esse o grande objetivo e o senhor vereador, ao opor-se a isso, estava a ir por caminhos que não eram os melhores, porque a participação das populações na vida pública era, de facto, o melhor caminho para termos uma sociedade democrática e mais justa. O fundamental da questão era isso. O senhor vereador continuava a insistir na forma como tinha estabelecido o seu discurso, mas havia outros vereadores que tinham colocado outras questões que achava muito interessantes e relativamente às quais, naturalmente, iria responder.

Quanto à questão do estacionamento, tinha-lhe parecido que alguns dos senhores vereadores do Partido Socialista não tinham nada contra o estacionamento tarifado e contra aquele modelo, que não era bom. O modelo do estacionamento tarifado não era nenhum modelo bom, não gostava dele, mas, se fossem por essas cidades por esse mundo fora, o que verificavam era que nessas cidades a gestão do espaço público era feita com o estacionamento tarifado. Não valia a pena estar a dar o nome de nenhuma cidade, todas seguiam esse caminho.

Aliás, tinham encontrado aqui essa iniciativa. Quando chegaram, em 2002, já o Partido Socialista, em 1996, se a memória não lhe falhava, tinha feito uma concessão do estacionamento tarifado. Em 1996 a cidade de Setúbal, provavelmente, não necessitava de estacionamento tarifado. Fossem lá saber porque é que, na altura, a gestão do Partido Socialista tinha estabelecido o estacionamento tarifado, mas também não era o momento para discutir isso. O que estava ali em causa era que tinham a responsabilidade, os vereadores que tinham responsabilidades atribuídas tinham essa responsabilidade de fazer a melhor gestão possível do espaço público. E estava provado que, embora ninguém gostasse do estacionamento tarifado, que o estacionamento tarifado era a única forma que se conhecia que melhor permitia a gestão do espaço público.

Era certo, também, que todos tinham de se ir adaptando a essas novas exigências de viver nas cidades. Aquilo que também estavam a fazer era encontrar as melhores soluções e as soluções que penalizassem menos os setubalenses, que garantissem que quem vinha a Setúbal viesse mais vezes, para dinamizar a atividade económica, e que se sentisse bem em Setúbal. O que tinham verificado era que, apesar da pandemia, cada vez mais pessoas vinham a Setúbal. Vinham a Setúbal porque a cidade oferecia qualidade de vida e bem-estar e tinha, de facto, uma oferta de gastronomia extraordinária, por exemplo. Portanto, era essa dinâmica, essa vida da cidade, que eles defendiam e que promoviam, embora o Sr. Vereador Paulo Calado tivesse vindo recordar a história do Polis.

O Polis tinha sido, naturalmente, uma história muito difícil de ultrapassar, como o senhor vereador sabia, que a CDU tinha conseguido ultrapassar e achava que tinha ultrapassado muito bem, porque tinham aquilo a que era corrente chamar um mini Polis. Era um negócio que tinha sido estabelecido na altura, por causa de uns conflitos que havia na sociedade setubalense. Era um mini Polis que tinha que se autofinanciar. Ora, a sociedade setubalense e a cidade de Setúbal não estavam preparadas para esse projeto Polis. Isso podia acontecer

noutro sítio qualquer, mas a sociedade setubalense e a cidade de Setúbal não estavam preparadas para esse mini Polis.

Por isso é que tinham tido [que o adaptar], com o apoio de algumas entidades responsáveis, também, pela gestão do território, que tinham verificado que, de facto, aquele modelo não se adaptava à cidade. Aquilo que tinha sido possível adaptar tinham feito e, depois, tinham feito muito mais. Aliás, era possível verificar como é que tinha sido transformada que uma grande parte da frente ribeirinha da cidade, tinha sido, aproveitando, naturalmente, aquilo que se tinha podido aproveitar do Polis e mais aquilo que tinha sido o planeamento, a projeção e a visão da gestão da CDU, que tinha a sua marca na frente ribeirinha como em toda a cidade, desde então até àquele momento.

O Sr. Vereador Paulo Calado tinha vindo recordar esse tempo, porque, de facto, tinham sido tempos difíceis. Tinha sido necessário dar resposta a situações para as quais também nem a gestão da Câmara Municipal estava preparada. O único projeto que tinha sido construído e vinha do mandato anterior era o que era mais criticável, pela opção que tinha sido feita, mas isso também a cidade e os setubalenses sabiam avaliar isso e sabiam considerar que, apesar de tudo, tinha sido uma obra feita, era uma obra que existia na cidade e que, naturalmente, era respeitada.

A questão do estacionamento, como já tinha referido, era aquilo que poderiam dizer um mal menor, porque a gestão do espaço público era, de facto, o grande objetivo que tinham e não conheciam uma solução melhor do que essa, do que o estacionamento tarifado. Como dizia, estavam, também, a aprender e a adaptar-se a essa nova situação. Ouviam as pessoas e, portanto, estavam, também, a tomar medidas no sentido de vir a dar melhor resposta a algumas preocupações que alguns setubalenses lhes tinham colocado. Tinham alguns parques de estacionamento que não eram no centro da cidade, que já existiam, que as pessoas conheciam, onde podia ser feito o estacionamento e, depois, apanhar o transporte público para a zona ribeirinha. Iam criar outros parques de estacionamento desses, para que as pessoas que vinham de fora da cidade ou das zonas mais limítrofes pudessem utilizar e, depois, pudessem apanhar o transporte público para se deslocar para onde fosse necessário dirigirem-se.

Para isso também existiam naquele momento condições nos transportes públicos que não existiam em 2018, por exemplo, porque só tinha entrado em vigor em 2019 o Passe Navegante, que considerava uma das medidas mais revolucionárias que tinham acontecido na Área Metropolitana de Lisboa depois do 25 de Abril, em que os orçamentos familiares das famílias mais frágeis, do ponto de vista orçamental, tinham tido, mensalmente, benefícios da ordem dos 150, 200, 250, 300 por euros por mês, o que era bastante significativo. Esse passe já existia e podia ser adquirido para os transportes no concelho de Setúbal por 30 euros e para os transportes públicos metropolitanos, em todos os transportes públicos metropolitanos e na Área Metropolitana de Lisboa, por um valor de 40 euros. Naturalmente que era dinheiro, naturalmente que a todos custava pagar, mas era preciso saber que isso tinha custos muito significativos para os orçamentos municipais e, também, para o orçamento da Câmara Municipal de Setúbal. Era um esforço muito grande que a Câmara estava a fazer, no sentido de garantir que essa possibilidade de utilização do transporte público seria reforçada significativamente em Setúbal, já a partir do dia um de junho.

Portanto, iam fazendo esse caminho da gestão do espaço público com a uma criação de melhores condições e qualidade de vida para quem aqui vivia e para quem nos visitava, com o objetivo da dinamização da atividade económica na nossa cidade, que estava associada a todas essas medidas. Os setubalenses podiam estar confiantes de que estavam atentos a essas situações e procurariam, dentro daquilo que era as suas responsabilidades e as suas capacidades, ir dando resposta a esses problemas.

Relativamente à exigência que o Sr. Vereador Paulo Calado tinha feito, da criação urgente do parque de estacionamento enterrado, era preciso não criar a ideia, porque não era verdadeira, de que o parque de estacionamento enterrado não tinha estacionamento cobrado. O parque de estacionamento enterrado teria estacionamento cobrado e por valores superiores àqueles que eram cobrados à superfície. Portanto, não era de criar a ideia de que

essa exigência viria resolver o problema dos setubalenses. Essa seria, até, uma medida que permitiria, naturalmente, a quem pudesse e pretendesse utilizar o parque de estacionamento subterrâneo poder fazê-lo, mas isso teria custos superiores, de acordo com o regulamento que tinha sido aprovado na Câmara e na Assembleia Municipal. Só queria que não ficasse a ideia de que o parque de estacionamento enterrado - que, naturalmente, era um compromisso que estava estabelecido e que iria avançar brevemente - resolveria o problema do estacionamento tarifado.

Quanto ao Sr. Vereador Vítor Ferreira, já tinham tido oportunidade, muitas vezes, de encontrar soluções, na perspetiva da participação democrática e do respeito mútuo pelas diferentes opiniões e pelas diferentes forças políticas. Na Câmara Municipal e naquele mandato esses valores mantinham-se, até com maior firmeza. Portanto, não sabia a que é que se referia quando se tinha referido à questão da apresentação do filme “Glórias do Vitória”. Pedia desculpa se não fosse esse o filme, porque não tinha conhecimento do que é que se tinha passado.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que se tinha referido ao lançamento do Livro do Centenário do São Domingos Futebol Clube. Segundo a informação que tinham tido, o Presidente da Direção teria respondido, a quem lhe tinha perguntado sobre a ausência dos vereadores socialistas, que tinha dirigido o convite para a vereação através do Gabinete de Apoio à Presidência, ao GAP.

Tinha questionado e estava a pedir a ajuda do Sr. Presidente no sentido de esclarecerem se, efetivamente, esse convite tinha chegado e, tendo chegado, porque é que não tinha chegado a eles, como seria natural.

Era uma questão a que, com certeza, o Sr. Presidente não conseguiria responder naquele momento, mas gostariam, depois, de obter resposta.

Se o Sr. Presidente lhe permitisse, queria agradecer, muito rapidamente, à Sra. Vice-Presidente o facto de se ter associado um bocadinho à sua preocupação, dizendo que eram todos vereadores e tinham todos os mesmos direitos. Concordava inteiramente com ela e subscrevia e queria, também, dizer que, ao contrário do que pudessem pensar, a bancada do PS queria fazer parte da solução e já em outros momentos tinham tido ocasião de reunir antes das reuniões para prepararem alguns dossiers e poderem ter alguma possibilidade de votar no sentido da solução.

Quanto a essas questões que a senhora vereadora tinha levantado, relacionadas com as preocupações relevantes que a transferência de competências lhes trazia, queria dizer que a bancada do PS estava disponível para as discutir e para as acompanhar e, na medida do possível, ajudar à solução.

Não era porque tinha feito referência a não terem aparecido, não terem sido referidos num “slide” que não se interessavam por essas preocupações. Interessavam-se por essas situações de uma forma que era responsável. Era para isso que ali estavam.

Portanto, queria só dizer à Sra. Vice-Presidente que, na medida do possível, se desejasse reunir com eles para conseguir aferir algum procedimento, para poderem ajudar à solução, estavam ali para isso. Tinham sido para isso que tinham votado neles. Pedia desculpa por se ter alongado.

**Sr. Presidente** – Disse ao senhor vereador que, naturalmente, não se podia responsabilizar por aquilo que dizia qualquer munícipe. Não se podia responsabilizar por aquilo que diziam, mas o que lhe podia garantir era que, quando vinham convites dirigidos a quem quer que fosse na Câmara Municipal - e, em particular, quando vinham para o Gabinete da Presidência -, naturalmente que eram endereçados às pessoas a quem eram dirigidos. Isso era o que lhe podia garantir, mas não podia responsabilizar-se nem sequer comentar relativamente ao que esta ou aquela pessoa dissesse, fosse dirigente disto ou daquilo. Não era essa a sua forma de estar.

Queria dizer ao Sr. Vereador Vítor Ferreira, com todo o respeito e consideração que, como sabia, ao longo de anos justificava. O senhor vereador vinha dizer que estava disponível para

discutir, para avaliar a situação que estava criada com a transferência de competências, mas que se pusesse na posição de quem tinha visto, ainda no mês anterior, a sua bancada – exatamente - votar contra a prorrogação da transferência de competências na área da Saúde. Como o senhor vereador sabia, muitos municípios do Partido Socialista tinham-se recusado a assinar o auto de transferência na área da Saúde e, portanto, quando a bancada do Partido Socialista na Câmara Municipal, aquando da vinda da proposta nos termos legais, num quadro legal, porque o Governo tinha reconhecido que não estavam criadas as condições para fazer essa transferência e quando o Governo reconhecia isso e na Câmara Municipal o Partido Socialista, a bancada do Partido Socialista, tinha votado contra essa prorrogação, o que é que o senhor vereador achava que eles deviam pensar sobre a disponibilidade do Partido Socialista para colaborar, discutir e ajudar a resolver problemas nesse domínio?

Pedia muita desculpa, mas o senhor vereador que se pusesse no lugar deles, para que percebesse o que é que estava em causa. Naturalmente que a posição de cada um cada um sabia, mas a bancada do Partido Socialista tinha tomado essa posição e, portanto, naturalmente que tinham registado essa posição, que era uma posição que, do ponto de vista deles, era política, não estava a falar de mais nada.

Portanto, quando havia uma bancada na Câmara Municipal que tomava uma posição, como o Partido Socialista tinha tomado relativamente a essa matéria da transferência de competências na área da Saúde, quando o próprio Governo, o Governo deles, o Governo do Partido Socialista, tinha reconhecido que não havia condições, que não estavam criadas as condições para que as câmaras municipais aceitassem essas transferências, a bancada do Partido Socialista, ali, tinha votado contra essa prorrogação. Não sabia como é que poderia responder de outra maneira ao senhor vereador.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que, se o Sr. Presidente lhe desse licença, gostaria de dizer que tinham diferenças ideológicas e, às vezes, tinham leituras diferentes da realidade. O facto de eles terem votado de uma maneira não significava que, vencendo este ou aquele caminho, não pudessem, depois, tentar colaborar no sentido daquilo que fosse a melhor solução, porque o que o Sr. Presidente lhe estava a querer dizer era que, como eles tinham votado de determinada maneira em determinada altura, eram excluídos, automaticamente, da solução. Isso tinha um nome e não se chamava democracia.

**Sr. Presidente** – Disse que o senhor vereador sabia perfeitamente o que ele queria dizer. O que queria dizer era que não estavam a tratar de uma questão ideológica, estavam a tratar de coisas concretas, que tinham consequências concretas sobre a população e sobre a saúde da população do Município de Setúbal. Isso não eram questões ideológicas, eram questões muito sérias, eram questões muito concretas e que tinham consequências muito claras e muito fortes sobre a saúde dos setubalenses e dos azeitonenses. Era disso que estavam a falar.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que era mais uma razão para, tendo eles votado desta ou daquela maneira, vencendo esta ou aquela posição, poderem todos, como parte daquela casa, depois, fazer um caminho no sentido da melhor solução. Era uma visão que ele tinha e que a bancada também tinha, queria também dizer isso. Agora, iriam divergir muitas vezes, mas isso não significava que, fazendo caminho, não pudessem trabalhar em conjunto. Se não, não sabia muito bem para que é que ali estariam todos, tendo todos o mesmo direito de intervir, no sentido de servir melhor Setúbal.

**Sr. Presidente** – Disse que, como o Sr. Vereador Vítor Ferreira sabia, essa questão de poderem ter todos opiniões diferentes e poderem todos convergir sempre nas soluções era uma posição que tinha na sua vida particular e, também, na sua vida política. Portanto, não era essa a questão.

Ainda para mais, o Sr. Vereador Fernando José tinha acabado, nas suas repetições das intervenções, na intervenção que tinha feito, de dizer que não assumia quaisquer

responsabilidades na gestão, referindo-se, naquele caso, aos trabalhadores. O Sr. Vereador Fernando José já tinha repetido isso várias vezes e ele também, na resposta, porque as questões iam-se repetindo ao longo do tempo. Assumiam todas essas responsabilidades, mas assumiam-nas com toda a consciência de que essa tinha sido a forma de resolverem problemas dos trabalhadores da Câmara de Setúbal e dos cidadãos do Município ao longo dos últimos 2 anos, em que, infelizmente, todos tinham sofrido as consequências da pandemia, e que também os problemas da contratação pública lhes levantavam problemas graves na gestão e na capacidade de resposta àquilo que as suas responsabilidades.

Estava a referir-se, em particular, aos trabalhadores que tinham, fundamentalmente, formação profissional, que eram muito bons profissionais, mas eles, no quadro da atual lei da contratação pública, não conseguiam garantir o seu trabalho e o seu contributo para a boa gestão do Município, a não ser recorrendo a esse tipo de contratações que o senhor vereador tanto ali contestava, como já lhe tinha sido repetido mais de não-sei-quantas vezes.

Finalmente, quanto à Sra. Vereadora Sónia Martins, relativamente à questão do Jardim da Beira-Mar, cuja responsabilidade de gestão era da APSS, estavam a decorrer negociações entre a APSS e a Câmara Municipal, no sentido de a gestão passar para a Câmara Municipal. Naturalmente que, num processo de negociações, havia sempre posições que, à partida, eram mais, se calhar, separadas, mas que, depois, iam avançando e iam-se aproximando. Portanto, esperava que dentro de pouco tempo tivéssemos um entendimento - protocolado, naturalmente -, no sentido de a Câmara Municipal passar, também, a gerir aquele espaço da nossa cidade, que, de facto, merecia ter um tratamento igual a tantos outros que a cidade tinha.

Relativamente à questão do investimento dos 700 milhões de euros, nunca era de mais referir que, naturalmente, se congratulavam e estavam muito orgulhosos por, entre dezenas de municípios, ter sido escolhido Setúbal para fazer esse investimento. Naturalmente que era uma opção de um grupo empresarial, justificada, naturalmente, pelas boas condições dos transportes portuário, rodoviário e ferroviário e, também, pela cidade de Setúbal, que era uma referência, porque também tinham sido consideradas as suas características, do ponto de vista social e do ponto de vista cultural. Tudo isso tinha sido avaliado num relatório feito por vários peritos com quem tinham dialogado ao longo de vários meses e que, portanto, tinham feito essa opção.

Relativamente às questões ambientais, o que lhes tinha sido garantido, à partida, era que seriam salvaguardadas todas as questões ambientais e, como se sabia, para implantar uma atividade dessas era necessário fazer a avaliação do impacto ambiental. Portanto, os estudos de impacto ambiental iriam decorrer e tinham, naturalmente, avaliação pública e discussão pública. Portanto, todos haveriam de ter a oportunidade de participar nesses processos.

Quando fosse caso disso, também teria muito gosto - ou através da Sra. Vereadora Rita Carvalho, que acompanhava diretamente esse processo -, naturalmente, em trazer informação sobre o desenvolvimento desse projeto. Deixava só uma fresta dessa janela, dizendo que esperavam que esse projeto viesse, no seu investimento, a multiplicar-se por muitas mais centenas de milhões de euros. Naturalmente que era um processo, porque estavam a falar, apenas, na instalação de uma refinaria de lítio, mas os objetivos que estavam fixados, à partida, nesse investimento, eram que, numa 2.ª fase, houvesse a instalação de uma fábrica de produção de baterias de lítio, e, numa 3.ª fase, a própria reciclagem das baterias. Portanto, era um ciclo completo, e que, naturalmente, significava, como ele dizia, investimentos de muitas mais centenas de milhões de euros.

Naturalmente que isso também significava que, se isso viesse a acontecer como eles esperavam, que todas as condições fossem criadas para que esse processo viesse a ser desenvolvido e que Setúbal e toda a região viessem a beneficiar significativamente com esses investimentos. Naturalmente que zelariam para que tudo isso pudesse acontecer e que pudesse acontecer com a criação de postos de trabalho, como já tinha sido referido, 200 postos de trabalho diretos altamente qualificados e 3 mil postos indiretos, sendo que a previsão para o desenvolvimento desse projeto, como tinha referido, era de se atingir 7 mil postos de trabalho indiretos. Portanto, era nisso que eles apostavam, mas havia algumas

questões em que também faziam questão e que, nos diálogos com os responsáveis, foram sendo transmitidos. Era que as questões sociais, a contratação de trabalhadores qualificados oriundos do Município ou da região de Setúbal, para eles, eram questões fundamentais. Isso era uma garantia e, aliás, tinham outros exemplos de outras empresas que se tinham sediado aqui, também baseadas em tecnologia, e que tinham beneficiado dos licenciados, em particular do Politécnico de Setúbal, como se sabia. Portanto, era uma aposta, porque isso beneficiava as próprias empresas e, portanto, essas eram questões que, para eles, eram muito caras.

Havia outra questão, que era a questão ambiental. Os impactes ambientais, para eles, eram, naturalmente, uma peça de toque de grande sensibilidade, *"tout court"*. De qualquer forma, era preciso, à partida, terem a ideia de que esse investimento e essa instalação estava a ser feita num parque industrial que tinha todas as infraestruturas para que pudesse minorar quaisquer impactos maiores – sobretudo, menores - que pudesse essa atividade vir a ter. Isso era um caminho que iriam acompanhar, mas, desde logo, era importante, também, acentuar ali o orgulho deles em terem sido e Setúbal ter sido escolhida para esse investimento.

Relativamente à questão da receção e apoio aos refugiados, de que tinha falado o Sr. Vereador Paulo Calado, como era sabido, era uma parceria com várias instituições e que tinha estado a ter resultados. Faria chegar a informação que ali tinha deixado sem fazer mais considerações, até pela forma como tinha colocado a questão e a sensibilidade da questão. De qualquer forma, era importante deixar bem claro que eles contavam sempre com as instituições e com as organizações, no sentido de elas poderem participar e ajudar nos objetivos mais nobres. Era isso que faziam e era isso que continuariam sempre a fazer, porque, independentemente de quem eram as pessoas, o que lhes interessava era o trabalho que desenvolviam e o trabalho que desenvolviam, da avaliação que faziam ao longo de muitos anos, era de que eram pessoas dedicadas e eram organizações representativas. Mas, tendo em conta, também, aquilo que o senhor vereador tinha dito, transmitiria a nota que ali tinha deixado, relativamente a outras organizações que pudessem vir a colaborar nesse processo.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que tinha ouvido com muita atenção a intervenção do Sr. Presidente e, nos termos do artigo 36.º do Regimento, pedia uma intervenção de 3 minutos, para um protesto sobre algumas declarações que o Sr. Presidente tinha feito durante a sua intervenção, nas quais o tinha referenciado.

**Sr. Presidente** – Disse que podia fazer o protesto.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que agradecia e que em momento algum, enquanto vereador na Câmara Municipal - e já lá iam vários anos, três mandatos -, tinha deixado de assumir as suas responsabilidades. Estava ali para assumir as suas responsabilidades. Aquilo que não fazia nem nunca faria seria assumir as responsabilidades da CDU. A questão da precariedade laboral não era uma responsabilidade dos vereadores do Partido Socialista, não era uma responsabilidade da sua bancada, não era uma responsabilidade sua. Tinha sido isso que tinha dito.

Não tinha dito que não estava em condições de assumir responsabilidades na Câmara Municipal, muito pelo contrário. Estava cada vez mais disponível para assumir responsabilidades na Câmara Municipal. Assim tinha sido quando aprovaram o código de conduta de combate ao assédio no local de trabalho, assim tinha sido quando aprovaram a transmissão *"online"* das reuniões da Câmara, assim tinha sido quando aprovaram a redução do IMI e assim seria quando continuassem a aprovar compromissos que o Partido Socialista tinha assumido durante a sua candidatura.

Terminava dizendo ao Sr. Presidente que não valia a pena justificar com a pandemia a contratação de trabalhadores precários, de falsos recibos verdes, na Câmara Municipal de Setúbal. Os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 tinham sido os anos em que a Câmara Municipal de Setúbal tinha contratado mais trabalhadores precários. Portanto, que não viesse

justificar com o ano de 2020 e de 2021, em que tinham vivido a fase mais difícil da vida coletiva, com a contratação de trabalhadores precários.

Como o Sr. Presidente sabia, porque tinha esses dados, aliás, dados que já por mais de uma vez eles tinham solicitado e que lhes eram sonogados, porque não lhes eram enviados. Havia mais de 6 meses que esses dados tinham sido solicitados e continuavam sem ser entregues aos vereadores do Partido Socialista. O Sr. Presidente sabia-o perfeitamente, porque fazia parte daquela casa havia muitos e muitos anos, que tinha sido precisamente nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019, muito antes da pandemia e sem sequer ainda sonharem com ela – terem pesadelos, melhor dizendo, com ela - que os trabalhadores precários tinham sido contratados.

Portanto, terminava dizendo ao Sr. Presidente, que da parte do Vereador Fernando José, da parte dos vereadores do Partido Socialista, estavam disponíveis para assumir todas as responsabilidades. Iriam continuar nesse caminho de defesa de Setúbal e dos setubalenses, de afirmar Setúbal como capital de distrito, mas nunca estariam disponíveis para assumir aquilo que eram as responsabilidades da CDU.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que, muito rapidamente, queria deixar duas notas muito breves. A primeira era para dizer que, tendo terminado o período da Páscoa, acreditava que pensavam que, se calhar, algumas amêndoas tivessem adocicado a linguagem bélica sempre utilizada por parte do Sr. Vereador Fernando José, mas tinham concluído que o problema era mais complexo e que não, nem amêndoas de Páscoa, nem ovos podiam adocicar uma linguagem da bancada do Partido Socialista na pessoa do senhor vereador, porque, de facto, a frustração era dupla.

A frustração era dupla, porque não só o senhor vereador não tinha conseguido ser Presidente da Câmara Municipal de Setúbal como não tinha conseguido ser Secretário de Estado do Trabalho e, portanto, percebiam a dificuldade.

**Sr. Vereador Fernando José** – Perguntou ao Sr. Presidente para que efeitos era aquela intervenção. Fazia uma interpelação à mesa: Aquela intervenção do senhor vereador era para efeitos de quê? Para efeitos de ofensa pessoal? Era isso?

O Sr. Presidente tinha-lhe perguntado para que efeitos era a sua intervenção e ele perguntava para que efeitos era aquela intervenção.

**Sr. Presidente** – Perguntou ao senhor vereador se, aquando da sua intervenção, alguém o tinha interrompido. Quem dirigia os trabalhos era o Presidente da Câmara. O Sr. Vereador Pedro Pina podia prosseguir.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que o efeito seria porque era a primeira vez que usava da palavra ao longo daquelas quase 2 horas de reunião e seria muito breve. Portanto, se lhe dava licença, iria continuar.

Havia duas duplas frustrações, não ter sido Presidente da Câmara Municipal, ter perdido as eleições, e não ter sido Secretário de Estado do Trabalho, pelo que o Governo do Partido Socialista tinha perdido um grande Secretário de Estado do Trabalho, face à forma inequívoca como defendia todos os trabalhadores, mas, deixando esse introito, iria às questões de interesse.

Percebia o Sr. Vereador Vítor Ferreira e tinha-o, também, nessa condição de uma pessoa interessada e de diálogo, mas queria só dar-lhe a seguinte nota: A matéria que dizia respeito à transferência de competências não tinha só a ver com o voto que a bancada do Partido Socialista tinha tido relativamente à prorrogação, era muito anterior. Ainda aguardava da parte do Sr. Vereador Fernando José a realização de uma reunião, após uma intervenção que tinha tido no Instituto Politécnico ainda no período do Governo do Partido Socialista da legislatura anterior. O senhor vereador tinha dito que traria ali, posteriormente, considerações sobre a opinião que teria saído dessa mesma reunião e, até àquele momento, nada tinha acontecido.



Também queria recordar um artigo de opinião sobre matéria de transferências de competências, de uma vereadora do Partido Socialista, saído no jornal “O Setubalense”. Por isso, dava ao Partido Socialista as boas-vindas ao diálogo sobre essa matéria, porque, até àquele momento, o posicionamento tinha sido de uma firmeza sobre...

Intervenção ininteligível.

**Sr. Presidente** – Disse que era preciso que se pudessem ouvir uns aos outros.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que queria dar essa nota de quem se havia disponibilizado, sem prejuízo do sentido de voto. Estava de acordo, não tinha a ver com o sentido de voto, mas tinha de haver a manifestação. Era bom que olhassem os argumentos apresentados, dando nota que havia responsabilidade direta pela não aceitação das competências por parte do executivo municipal. Esse era um argumento central que tinha vindo a ser defendido pelo Partido Socialista.

Para terminar, porque achava que naquelas coisas de fazerem afirmações avulso era importante, tinha o Partido Socialista [feito afirmações], até com imagens televisivas, relativamente à questão do boletim e do jornal do município. Achava que tinham de clarificar essa situação e desafiava o Partido Socialista a trazer, numa próxima reunião, um boletim municipal de uma câmara gerida pelo Partido Socialista que desse, no espaço do boletim municipal, espaço à oposição nas suas intervenções, nas moções e nas propostas que levavam às reuniões da Câmara.

Por acaso, tinha tido curiosidade de ver 3 exemplos simples de maiorias do Partido Socialista. A Câmara Municipal de Almada, tão cara sempre às discussões deles em alguns momentos, não trazia referência absolutamente nenhuma aos eleitos da oposição, nem do Partido Social Democrata, nem da CDU, nem do Bloco de Esquerda. Mas, então, poder-se-ia dizer que, se calhar, ainda trazia os resquícios dos comunistas e, portanto, não trazia lá nada. Então, iam a uma câmara mais recente, que, entretanto, agora, se calhar, tinha adotado, por ter assumido uma nova governação da Câmara Municipal da Moita. Bom, também não via nenhuma referência da parte das propostas dos eleitos de outras forças, não era só da CDU, era de outras forças nesse boletim. Mas, então, tinha ido mais longe, uma câmara de maioria absoluta do Partido Socialista, a Câmara de Matosinhos. Também não tinha visto referência absolutamente nenhuma às intervenções dos eleitos das outras forças partidárias. Tinha eleitos do PSD, tinha eleitos de forças independentes e não via referência nenhuma.

Mas, então, os senhores do PS, que narrativa queriam construir? Tinha de ser a Câmara Municipal de Setúbal? Devia a Câmara Municipal de Setúbal? Qual era o princípio com que se baseavam para dar essa condição? Portanto, achava que, nessa matéria, deviam vir os exemplos, até para verem onde é que essa condição, de quem governava, de quem geria, de quem estava no dia-a-dia naquele trabalho, tinha essa circunstância, exatamente como os senhores do PS ali propunham, para avaliarem se eram eles que eram diferentes, de facto, das outras autarquias, embora não parecesse que fosse essa a razão.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse ao Sr. Presidente que queria fazer a defesa da sua honra.

**Sr. Presidente** – Disse ao senhor vereador que podia fazer a sua intervenção, mas que não gastasse as possibilidades todas, porque, senão, depois, podia faltar-lhe alguma vez alguma coisa.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que, enquanto vereador eleito pelo Partido Socialista, tinha de justificar a sua intervenção naquela reunião da Câmara, mas outros vereadores da Câmara Municipal faziam as intervenções sem ter que justificar em que ponto do regimento as fundamentavam.

Era, apenas, para dizer que não aceitava, da parte do Sr. Vereador Pedro Pina, nenhuma adjetivação quanto à questão de frustração. Tinha sido candidato à presidência da Câmara Municipal de Setúbal, algo que ele, se calhar, queria ser pelo seu partido, mas não teria sido escolhido pelos seus pares. Ele, felizmente, tinha sido escolhido pelos seus pares enquanto candidato à presidência da Câmara Municipal de Setúbal. Tinha sido uma eleição que tinha decorrido em democracia e em liberdade e o Sr. Presidente naquele momento em exercício, André Martins, tinha sido eleito presidente da Câmara Municipal de Setúbal.

Ele assumiria as funções de vereador e ali iria continuar até ao final do mandato. Iria continuar ali e iria continuar como deputado na Assembleia da República. Tinha sido eleito numa eleição que o senhor vereador, aí sim, deveria estar frustrado, muito frustrado, mas que tinha dado uma maioria absoluta ao Partido Socialista. Tinha dado uma maioria absoluta ao Partido Socialista numa eleição na qual ele tinha sido eleito enquanto deputado na Assembleia da República.

Iria continuar a cumprir essas duas missões, uma missão na Assembleia da República, outra missão enquanto vereador na Câmara Municipal de Setúbal, algo que o deixava orgulhoso, porque tinha sido uma escolha feita pelos portugueses, feita pelos setubalenses, mas, acima de tudo, feita, em primeira instância, previamente, pelos seus camaradas, dentro do Partido Socialista, que lhe tinham reconhecido, ao longo dos anos, a capacidade para representar não só o Partido Socialista como Setúbal e os portugueses.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que era muito rápido, era só para agradecer ao Sr. Vereador Pedro Pina o estudo que tinha feito e ter-lhes trazido ali bons exemplos de más práticas na produção de boletins municipais, ou seja, ele era absolutamente contra um mau boletim, fosse ele do Partido Socialista, do PSD ou de quem fosse. O que continuava a dizer era que deviam marcar a afirmação da democracia pela positiva, e, como tal, esses exemplos que tinha dado eram exemplos de más práticas, viessem lá de onde viessem.

**Sr. Presidente** – Disse que iam passar, então, à apreciação dos documentos que tinham sido apresentados pelos senhores vereadores.

**Sra. Vereadora Ana Vitorino** – Leu uma saudação a Micaela Narciso Castanheira, conforme documento anexo registado sob o n.º 17:

*“Saudação*

*Micaela Narciso Castanheira, Vencedora do “Student Television Awards 2022”*

*Micaela Narciso Castanheira, uma jovem setubalense de 24 anos, foi premiada, no passado dia 8 de abril, nos prémios “Student Television Awards 2022”, atribuídos pela Royal Television Society (RTS) Cymru.*

*Recebeu o prémio na categoria de “Documentário”, com o projeto “Para Reminiscência”, realizado durante o ano letivo de 2020, em plena pandemia.*

*Licenciada em Arte e Humanidades pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Micaela, partiu para o País de Gales, onde através dos seus estudos e da sua arte, enaltece com este prémio Portugal e em especial o município de Setúbal.*

*Reconhecendo a importância da arte e cultura, bem como o esforço e talento de jovens como a Micaela, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em Reunião de Câmara a 20 de abril de 2022, saúdam a jovem pelo prémio atribuído, fazendo votos de continuação do bom trabalho, agora motivado ainda mais pelo seu reconhecimento.”*

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Leu a seguinte saudação a António Oliveira, conforme documento anexo registado sob o n.º 18:

*“Saudação  
António Oliveira – Grupo Desportivo “Os Amarelos”*

*A Câmara Municipal de Setúbal saúda o atleta António Oliveira, em representação do Grupo Desportivo “Os Amarelos”, pela conquista do Campeonato Nacional de Pesca em Barco Fundeado.*

*A prova, integrada na 3.ª Divisão da Zona Centro/Sul, foi organizada pela Federação Portuguesa de Pesca Desportiva de Alto Mar na disputou-se na Nazaré.*

*O setubalense António Oliveira conquistou o ouro, resultado que vem confirmar, uma vez mais, a vocação dos atletas setubalenses na modalidade de Pesca Desportiva.*

*O atleta tem agora oportunidade de subir à 2.ª Divisão.*

*Parabéns, António Oliveira!”*

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Leu a seguinte saudação a Maria Inês Lucas Mariani, conforme documento anexo registado sob o n.º 19:

*“Saudação  
Maria Inês Lucas Mariani*

*A Câmara Municipal de Setúbal saúda a atleta Maria Inês Lucas Mariani pela conquista do título de campeã nacional neoprofissional k1, em classe B 70 kg, na modalidade de full contact, alcançado no dia 02 de abril na cidade de Leiria.*

*A este título juntam-se o de campeã regional e nacional por 12 anos consecutivos e o título de campeã do mundo k1 “ISKA” em 2019.*

*Pela importância do resultado, a Câmara Municipal saúda a atleta, o seu treinador e o clube, o Henrique Diogo Team, desejando a continuação dos excelentes resultados que tanto nos dignificam.”*

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Leu a seguinte saudação ao Instituto Politécnico de Setúbal, conforme documento anexo registado sob o n.º 20:

*“Saudação  
Instituto Politécnico de Setúbal – competências digitais para idosos*

*Realizou-se no dia de hoje uma ação de formação promovida pelo IPS, através dos seus estudantes, que visa aumentar as competências digitais dos idosos do concelho, contribuindo assim para uma maior autonomia dos nossos idosos em matéria de tecnologia da informação.*

*Os 100 formandos inscritos aprenderam a criar uma conta de email, a fazer pesquisas na internet e a realizar uma videoconferência – tão importante nos dias de hoje, onde a tecnologia muitas vezes acaba por ser a forma de estarmos mais perto de familiares e amigos.*

*Estas ações visam diminuir o impacto do isolamento na terceira idade e contribuir para um momento intergeracional - entre os nossos jovens e os nossos idosos – uma troca de experiências de salutar.*

*Uma palavra de apreço aos estudantes da licenciatura em Gestão de Sistemas de Informação, a quem coube a responsabilidade da formação.*

*Os Vereadores do PSD vêm parabenizar esta iniciativa do IPS e salutar o envolvimento que o Instituto tem demonstrado para com a população, sendo o seu envolvimento cada vez maior.”*

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que era só para se associarem à saudação e dizer que a Câmara Municipal tinha sido parte integrante desse projeto, tendo, também, não só transportado a grande maioria desses seniores que se tinham dirigido para esse processo de digitalização, como, também, na componente mais logística, nomeadamente a refeição, através do Grupo EnvelheSeres e de todas as instituições que nele participavam.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que também era para complementar a informação, dizer que esse projeto iria continuar e já estava prevista uma ação complementar específica, para o Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, para os idosos dos nossos bairros, e que era um de entre as dezenas de projetos que tinham naquele momento em parceria com o IPS, na relação do IPS com a comunidade.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Leu a seguinte moção sobre o 25 de Abril, conforme documento anexo registado sob o n.º 21:

*“Moção  
48 anos do 25 de abril de 1974*

*Na próxima segunda-feira comemoramos um dos dias mais importantes da nossa História coletiva – o 25 de abril de 1974.*

*A Revolução de 1974 começou por ser um Golpe de Estado militar; afirmou-se como uma Revolução Democrática em 74; mas tentou transformar-se, em 1975, numa Revolução económico-social, que visava colocar o País “rumo ao socialismo”. Foi um período difícil, de quase ano e meio. Mas no fim, venceu a Democracia.*

*Os 48 anos de democracia que comemoramos, é um período bastante curto, quando comparado com os 900 anos que levamos de História e de Nação, mas ainda assim suficientes para termos alcançado significativos avanços e progressos no domínio dos direitos fundamentais e das liberdades individuais, no domínio social e económico e, não menos relevante, no domínio político.*

*Quando olhamos para as infraestruturas que foram feitas nas últimas décadas – na habitação social, na eletrificação, no abastecimento de água e do saneamento, nos acessos rodoviários, na modernização da Administração pública -, quando recordamos a criação do Sistema Nacional de Saúde e da Segurança Social, quando olhamos para a evolução do parque escolar, da escolarização dos portugueses e da sua formação, para a evolução das empresas e dos territórios, para as conquistas da ciência portuguesa – só nos podemos sentir orgulhosos destes tão poucos anos de Democracia. Ainda temos muito a fazer, mas já fizemos um caminho determinante para a nossa evolução enquanto País.*

*A Vereação do PSD, quer hoje, prestar homenagem a todos os Homens – de todos os quadrantes políticos – que arriscaram as suas vidas para se libertarem e nos libertarem a todos nós – colocando em prática o plano operacional militar que derrubou o regime autoritário e anti-parlamentar de Salazar/Caetano e que criou as condições para que em Portugal se instaurasse um Regime Democrático e Pluralista.*

*Celebrar o 25 de Abril, é também celebrar o Poder Local Democrático. Que saibamos honrar sempre a Liberdade e os valores da Democracia.*

*A liberdade não tem lado, não tem esquerda nem direita - a liberdade é de todos aqueles que defendem a Democracia porque como diria Churchill “a Democracia é o pior dos regimes, à exceção de todos os outros”.*

*Viva a Liberdade, Viva a Democracia!*

*Viva o 25 de abril!*

*Viva Setúbal, Viva Portugal!”*

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Leu a seguinte saudação ao 25 de Abril, conforme documento anexo registado sob o n.º 22:

*“Saudação – 25 de Abril  
48 anos de Democracia e Liberdade*

*A matemática dos dias trouxe-nos, atingidos recentemente os 17 500 dias vividos em Democracia, para além dos tempos de ditadura, da mesma forma que nos aproxima, agora,*

da comemoração dos 48 anos passados sobre essa madrugada que, tal como a poetisa Sophia, tantas e tantos esperavam, “esse dia inicial, inteiro e limpo, de onde emergimos da noite e do silêncio”, o dia 25 de Abril de 1974, o dia da Revolução dos Cravos.

Saudamos o momento histórico, mas, sobretudo, as gentes que antes lutaram por esse dia e o Movimento das Forças Armadas que, na ação corajosa e consequente, abriram portas para que Portugal fosse território de Humanidade e Paz.

Fazemos hoje o caminho da Democracia e da Liberdade, conscientes de que só é livre quem tem ao seu alcance o essencial para, com dignidade, percorrer outros e outros tantos dias para além do dia da Revolução de Abril.

Saudamos por isso, também, aqueles que fazem pela concretização do desenvolvimento de Portugal, um dos desígnios de abril, no exercício da sua Cidadania Ativa, na Intervenção Solidária, na Educação, na Saúde, nas Artes, na Segurança e na Justiça, no Sindicalismo, nas Empresas, no Associativismo, nas Autarquias Locais, na Assembleia da República, no Governo de Portugal, na Presidência da República.

Saudamos, igualmente, aqueles que combatem os populismos emergentes, com coragem e frontalidade, sem cedências, não pactuando com a atribuição coletiva de culpas, com a discriminação, não abdicando do paradigma social e político que defendemos e afirmamos como ideais Republicanos.

Em tempo de guerra a leste, recordando o menino colocando o cravo na espingarda do soldado de abril, saudamos aqueles que pela sua ação, acolhem em Portugal quem precisa e nos procura, dando prova do humanismo das nossas gentes, e todos os que contribuem, pela palavra e pela ação, ao nível nacional e internacional, para a Paz, na Ucrânia, como é justo, mas também, porque é igualmente justo, em todas as dezenas de outros palcos de guerra, em diferentes países, em diferentes continentes.

Abril somos nós!

Viva o 25 de Abril!

Viva Setúbal!

Viva Portugal!”

**Sra. Vice-Presidente** – Leu a seguinte saudação ao 25 de Abril, conforme documento anexo registado sob o n.º 23:

“Saudação  
48 anos da Revolução de Abril

Os portugueses continuam a comemorar, 48 anos depois, com alegria e orgulho a madrugada libertadora de Abril de 1974. Alegria e orgulho que transparecem, a cada ano, na forma como, nas ruas, se faz a festa da revolução.

A alegria de ostentar o Cravo na lapela, símbolo maior de uma revolução pacífica que pôs fim a 48 anos de fascismo.

O orgulho de sabermos que, coletivamente, fomos capazes de pôr fim a um fascismo que existiu mesmo; a um fascismo que, por muito que haja quem o negue, o povo português sentiu na pele com a miséria visível no pé descalço, na falta da liberdade riscada a azul pelo lápis da censura quotidiana, um fascismo que se mostrava e sentia nas prisões políticas ou nas perseguições de uma polícia que queria cortar a raiz ao pensamento.

Comemorar a Revolução de Abril é não esquecer os enormes passos que se deram na melhoria das condições de vida de um povo e de um país.

Comemorar Abril é celebrar o enorme trabalho do povo português para construir um país melhor, mais justo, mais fraterno e solidário.

Recordar o momento fundador da moderna democracia portuguesa é, porém, e em particular nos tempos que vivemos, muito mais do que a invocação da melhoria da vida dos portugueses nos últimos 48 anos. É, acima de tudo, invocar os valores que presidiram à ação dos que acreditaram e acreditam que é possível construir uma sociedade mais justa, mais equilibrada, sem as desigualdades que todos conhecemos. Que acreditam que é possível



*construir uma “cidade sem muros nem ameias” com “gente igual por dentro, gente igual por fora”, como cantava José Afonso; um país em que haja liberdade a sério, porque “só há liberdade a sério quando houver liberdade de mudar e decidir, quando pertencer ao povo o que o povo produzir”, como, logo a seguir ao dia de Cravos Vermelhos, entoava Sérgio Godinho.*

*Festejar Abril continua a ser a manifestação da procura de uma sociedade em que quem trabalha veja o seu valor reconhecido, em que os valores sociais e da solidariedade sejam os princípios verdadeiramente orientadores das políticas praticadas. Não se trata apenas de um exercício de nostalgia nem rastilho de memórias para quem não o viveu; celebrar a revolução é, acima de tudo, afirmar que a esperança que fez nascer em todos os portugueses está sempre na ordem do dia, nasce mais forte em cada 25 de Abril.*

*Afirmamos neste dia a esperança numa vida melhor e a disponibilidade para dar reforçado contributo à construção de novas vias para que se reafirmem e reforcem os valores da Revolução de 1974.*

*Ao querermos comemorar a passagem que se aproxima dos 50 anos do 25 de Abril em Setúbal, não podíamos, assim, ficar por mais um ano de evocação, como aconteceu em tantos outros.*

*Nesse sentido, foram lançados, no passado dia 18 de março, com a primeira reunião da comissão de honra das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, os fundamentos para umas comemorações que valorizem a importância deste meio século da revolução.*

*Está, assim, em construção o projeto que designamos “Venham Mais Vinte e Cincos”, uma celebração dos 50 anos do 25 de Abril que se estende entre 2022 e 2025 e a que decidimos associar a figura, também setubalense, que simboliza o espírito da Liberdade e da participação cívica da Revolução dos Cravos: o cantautor José Afonso.*

*Neste âmbito, será desenhada uma programação que integre um conjunto de iniciativas que promova a imagem de Setúbal no plano nacional, mobilize a participação dos cidadãos e a difusão dos valores humanistas da Liberdade, da Democracia e da Paz.*

*“Venham Mais Vinte e Cincos” deverá também deixar obra para o futuro, não se limitando a ser uma compilação avulsa de eventos culturais ou desportivos, de palestras, debates ou conferências, devendo procurar criar novas dinâmicas que enriqueçam social, política e culturalmente Setúbal.*

*25 de Abril sempre!”*

**Sra. Vereadora Ana Vitorino** - Leu a seguinte saudação ao 1.º de Maio, conforme documento anexo registado sob o n.º 24:

*“Saudação – 1.º de Maio  
Por um Futuro mais Igual*

*Desde 1891, no congresso operário internacional em França, que, anualmente por todo o mundo, se presta homenagem aos trabalhadores de Chicago que, três anos antes, morriam nas ruas em luta pelo trabalho digno. Importa referi-lo porque o simbolismo dos eventos que desde então se organizam pelo mundo fora, têm sempre o mesmo propósito, lutar pelo trabalho digno. Foram os factos históricos que transformaram o 1º de Maio no Dia do Trabalhador, como também é histórico e longo o caminho para a igualdade entre homens e mulheres trabalhadores.*

*Em Portugal, as mulheres trabalhadoras continuam a ganhar menos de remuneração base, do que os homens trabalhadores. A taxa de emprego a tempo completo das mulheres é inferior à dos homens. A taxa de emprego a tempo parcial das mulheres é superior à dos homens trabalhadores. Em média, as mulheres dedicam mais 04h23m, por dia ao trabalho não pago, às tarefas domésticas e ao trabalho de cuidados. O número de homens que receberam o subsídio de licença parental obrigatória tem vindo a aumentar, assim como os que receberam o subsídio por licença parental facultativa de uso exclusivo do pai. O número de homens que partilharam a licença parental também aumentou.*

*As batalhas travadas em prol da Igualdade de Oportunidades, da Igualdade de Género, pela Liberdade Sindical, por um Trabalho com direitos e condições e por uma vida mais digna para todos, que conduziram o país a um Código promotor da Igualdade entre mulheres e homens (da qual é exemplo a lei da Parentalidade) tem de ser mantida viva diariamente.*

*Assim, o 1.º de Maio de 2022, deve honrar a memória daqueles que lutaram para que as atuais gerações pudessem viver de forma condigna, como também manter a centralidade da temática da Igualdade do Género no mundo do trabalho.*

*Os estudos apontam que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no universo laboral deverá passar pela, divulgação das boas práticas para o equilíbrio entre mulheres e homens em lugares de decisão, apoiando o acesso das mulheres a essas funções através das suas competências individuais e atuando ao nível dos processos de recrutamento e de desenvolvimento de carreiras, incluindo políticas de remuneração mais igualitárias; eliminação da segregação vertical e horizontal entre mulheres e homens, evitando disparidades remuneratórias e enviesamentos discriminatórios, de modo a garantir a paridade ao nível da representação e da tomada de decisão; promoção de políticas e de boas práticas de conciliação nos vários domínios da vida das trabalhadoras e dos trabalhadores, permitindo uma melhor gestão dos tempos e formas de organização do trabalho pago e do trabalho não pago; sensibilização dos trabalhadores e das trabalhadoras para o exercício dos direitos parentais e partilha mais igualitária das tarefas domésticas e de cuidados, e de outras responsabilidades familiares; aplicação de medidas e ações de prevenção de combate ao assédio moral e sexual e de reparação de danos ou prejuízos causados no clima organizacional; adoção de planos para a igualdade e de códigos de ética e de conduta, que assegurem a eliminação das desigualdades entre homens e mulheres no trabalho.*

*Por um Portugal mais igual, em que ninguém fique para trás é fundamental dar resposta a questões como a conciliação da vida profissional e familiar; o direito a desligar, a qualificação profissional; a sustentabilidade ambiental, a expectativa de carreira e o salário digno.*

*Face ao exposto, a Câmara Municipal de Setúbal, reunida a 20 de Abril de 2022, saúda o 1.º de Maio, não apenas como um dia de comemoração e homenagem, mas também como um momento de importante reflexão sobre os desafios para o mundo do trabalho, nomeadamente a igualdade e não discriminação entre mulheres e homens no trabalho e no emprego, em compromisso e diálogo social, de forma a se construírem os necessários consensos para a resolução efetiva dos problemas.”*

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Leu a seguinte moção sobre o 1.º de Maio, conforme documento anexo registado sob o n.º 25:

*“Moção  
1.º de Maio*

*A Câmara Municipal de Setúbal Municipal de Setúbal saúda, por ocasião da celebração do Dia dos Trabalhadores, todos os que se empenham na luta e exigência por mais e melhores direitos laborais, por mais e melhor justiça no trabalho e na repartição das mais-valias que gera.*

*Sem a luta responsável e consequente dos trabalhadores, sem a persistência daqueles que sabem que podemos construir um mundo melhor, a vida das pessoas seria hoje bastante pior. É a luta pacífica, criadora e progressista dos trabalhadores a principal responsável pelos enormes avanços civilizacionais que se operaram desde 1886, quando, em Chicago, os trabalhadores iniciaram ações de luta para exigir a jornada de trabalho diária com a duração de oito horas.*

*Neste 1.º de Maio em que se comemoram os ideais que permitiram que trabalhadores de todo o mundo assegurassem direitos como as férias pagas ou a proteção social na doença e na velhice, é fundamental que se recorde que estes mesmos direitos não podem ser postos em causa e que é sempre necessário continuar atento a todas as tentativas de os limitar.*

*A Câmara Municipal de Setúbal apela, pois, a que todos os trabalhadores participem nas comemorações do 1.º de Maio, como forma de continuarem a valorizar os direitos conquistados em muitas e árduas lutas laborais e sociais.”*

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Leu a seguinte moção sobre os 162 Anos da Elevação de Setúbal a Cidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 26:

*“Moção  
162 Anos da Elevação de Setúbal a Cidade*

*Situada a sul do rio Tejo, Setúbal é uma cidade privilegiada, nasceu de entre valores imensuráveis que são a serra, o rio e o mar.*

*A cidade de Setúbal tem atrativos difíceis de igualar, a natureza, a história, a localização e a gastronomia. Quem cá vive e quem nos visita não fica indiferente à sua beleza e às suas gentes.*

*No passado dia 19 de abril comemorou-se 162 anos da Elevação de Setúbal a Cidade. Fruto do desenvolvimento económico da Vila de então e do aumento significativo da sua população, a 14 de abril de 1858, em carta assinada pelos membros da Câmara sadina, foi formulado o pedido para a elevação de Setúbal a cidade, reinava D. Pedro V.*

*É indiscutível que Setúbal tem um potencial inigualável. Somos uma cidade e um concelho com as maiores potencialidades de crescimento no País.*

*Das tradições à logística, do porto à indústria, das praias à mais bela Baía da Europa, da serra ao mar, da gastronomia aos sabores, da educação à formação, da história à cultura, de Luísa Todi, a Bocage e Sebastião da Gama, de Azeitão à Gâmbia, das Praias do Sado à Arrábida – Setúbal é tradição e modernidade.*

*Celebrar a História, viver o presente e preparar o futuro é a melhor forma de celebrar a nossa cidade.*

*Os Vereadores do PSD saúdam todos os setubalenses pela celebração de mais um ano de História da nossa cidade.”*

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a bancada do Partido Socialista se associava, naturalmente, à moção apresentada pelos vereadores do PSD, referindo, apenas, que Setúbal estava situada a norte do Sado e não a sul do Tejo, mas, enfim, era uma questão geográfica que era particularmente relevante para quem tinha nascido a olhar para esse rio. Era, apenas, uma pequena nota.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Leu a seguinte saudação ao 162.º Aniversário da Elevação de Setúbal a Cidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 27:

*“Saudação  
162.º Aniversário da Elevação de Setúbal a Cidade*

*Celebrou-se, no dia 19 de abril, a elevação de Setúbal a cidade.*

*Somos cidade há 162 anos, no que foi um ato de absoluta justiça perante o crescente desenvolvimento da que era então uma das maiores vilas do reino, em população e em crescimento económico.*

*Setúbal, passados 162 anos, continua a crescer e a reforçar a sua importância, com a plena consciência de que será sempre uma das mais importantes cidades europeias.*

*Somos importantes pelo que somos, pelo que produzimos, pela riqueza que geramos como um dos concelhos mais desenvolvidos do país.*

*Somos importantes pelas indústrias que aqui laboram e pelas que nos continuam a escolher para aqui se instalarem; somos importantes pelas atividades económicas que nascem, crescem e se multiplicam. Mas somos também importantes pela rica atividade cultural que aqui floresce, pelo património histórico que albergamos e preservamos. Somos importantes,*

*acima de tudo, por causa de todos os que fazem desta grande cidade a sua cidade, nascidos ou não à beira do Sado.*

*Os setubalenses e azeitonenses são o nosso maior ativo. São eles que constroem a cidade todos os dias; são eles que, onde quer que estejam, recordam o que é Setúbal.*

*Nestes 162 anos da nossa cidade, saudamos todos os que, por todo o concelho, da Gâmbia a Azeitão, sempre se empenharam no engrandecimento de Setúbal e no seu constante desenvolvimento enquanto grande território coeso e portador de uma identidade marcante.”*

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Projeto de ata da reunião extraordinária da Câmara de 09 de dezembro de 2021**

O Sr. Presidente colocou o projeto da ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

### **2. Deliberação n.º 1310/2022 – Proposta n.º 11/2022 – GAP – Aceitação de doação de apoio da APSS à divulgação da Cultura Marinha**

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 28, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **3. Deliberação n.º 1311/2022 – Proposta n.º 02/2022 – GADSEA – Candidatura do Município de Setúbal ao Galardão ECOXXI 2022**

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **4. Deliberação n.º 1312/2022 – Proposta n.º 1/2022 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Sadoport - Terminal Marítimo do Sado SA”**

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 30 e 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberação n.º 1313/2022 – Proposta n.º 965/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Reversão do lote de terreno n.º 147 do loteamento municipal do Bairro do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 32 e 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**6. Deliberação n.º 1314/2022 – Proposta n.º 966/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Carvalho, n.º 11 - 2º B, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 34.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que as deliberações seguintes tinham todas a ver com a manifestação prévia da intenção de exercer ou não o direito de preferência, e, sendo todas idênticas e todas no sentido da não preferência, propunham que fossem votadas em bloco, se assim concordassem, com exceção dos pontos 54 e 56, porque tinham uma questão que era parecer ser o mesmo imóvel com a mesma morada, mas eram duas propostas diferentes e não se percebia.

Eram as deliberações 1362/2022, que era o ponto 54, e o ponto 56, a proposta de deliberação 1364/2022. As propostas eram diferentes, mas, aparentemente, a morada era a mesma, com valores diferentes, naturalmente. Não sabia se era um lapso ou se eram mesmo duas vendas sucessivas.

Intervenção ininteligível.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – *“OK. Pronto, portanto, são duas vendas diferentes, mas do mesmo espaço, em momentos diferentes. É isso?”*

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que, relativamente àquelas propostas, elas também lhes tinham suscitado a mesma dúvida que ao Sr. Vereador Paulo Calado e, por aquilo que tinham percebido das propostas em si, efetivamente o número do anúncio era diferente, portanto seriam transmissões diferentes.

Aquilo que lhes parecia era que, se existia um edifício multifamiliar e, portanto, com diversas frações, nas propostas não era indicado qual era o piso ou qual era a loja, nem numa nem na outra e, portanto, não sabiam se dizia respeito exatamente à mesma venda ou se eram, realmente, vendas distintas e não duas vendas da mesma fração, mas tinham identificado, efetivamente, dois números de anúncio diferentes e, portanto, tinham considerado que seriam duas transmissões autónomas.

**Sr. Presidente** – Disse que, segundo o tinham informado, já não era a primeira vez que isso acontecia e, portanto, também não tinha consequências para a decisão. Era, apenas, votarem as propostas, se os senhores vereadores estivessem de acordo. Os senhores vereadores do Partido Socialista tinham alguma questão relativamente a isso? Não havendo, iria submeter à votação as propostas desde o ponto 6 da ordem de trabalhos, proposta de deliberação 1314, até ao ponto 113, proposta de deliberação 1421.

O Sr. Presidente submeteu a votação as propostas desde o ponto 6 da ordem de trabalhos (proposta de deliberação 1314) até ao ponto 113 (proposta de deliberação 1421), tendo as mesmas sido aprovadas, por unanimidade e em minuta.

**7. Deliberação n.º 1315/2022 – Proposta n.º 967/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 9 – 2.º D, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**8. Deliberação n.º 1316/2022 – Proposta n.º 968/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Brancanes, n.º 21 (antigo n.º 43) – C/V Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 36, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**9. Deliberação n.º 1317/2022 – Proposta n.º 969/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olival da Varzinha, n.º 42 – 2.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**10. Deliberação n.º 1318/2022 – Proposta n.º 970/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Poçoilos - Arruamento de acesso ao apeadeiro do caminho de ferro de Algeruz, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**11. Deliberação n.º 1319/2022 – Proposta n.º 971/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta do Hilário e do Centeio, Beco do Sino Pequeno, n.ºs 2 e 2-A, 3 e 3-A, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**12. Deliberação n.º 1320/2022 – Proposta n.º 972/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Senhor Jesus dos Aflitos, n.º 27, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**13. Deliberação n.º 1321/2022 – Proposta n.º 973/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Manuel Nunes de Almeida, n.º 32 – 8.º D, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**14. Deliberação n.º 1322/2022 – Proposta n.º 974/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei Agostinho da Cruz, n.º 55, em Azeitão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**15. Deliberação n.º 1323/2022 – Proposta n.º 975/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 – 5.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**16. Deliberação n.º 1324/2022 – Proposta n.º 976/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Celestino Alves, n.º 10 – 6.º Dto., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**17. Deliberação n.º 1325/2022 – Proposta n.º 977/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Sociedade Arqueológica Lusitânia, Lote 12 – 5.º D, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**18. Deliberação n.º 1326/2022 – Proposta n.º 978/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Jaime Cortesão, n.º 42 – 2.º Dto., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**19. Deliberação n.º 1327/2022 – Proposta n.º 979/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Graça, n.º 176 - R/C, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**20. Deliberação n.º 1328/2022 – Proposta n.º 980/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Engenheiro Paulo Barros, n.º 7 -1.º A, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**21. Deliberação n.º 1329/2022 – Proposta n.º 981/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua São Joaquim – Quinta das Amoreiras, n.º 25, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**22. Deliberação n.º 1330/2022 – Proposta n.º 982/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Manuel Seabra Carqueijeiro, n.º 3, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**23. Deliberação n.º 1331/2022 – Proposta n.º 983/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 5 de Outubro, n.ºs 39-41, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**24. Deliberação n.º 1332/2022 – Proposta n.º 984/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Vontade, n.ºs 27 e 29, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**25. Deliberação n.º 1333/2022 – Proposta n.º 985/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 4, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**26. Deliberação n.º 1334/2022 – Proposta n.º 986/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernando Lopes Graça, Lote 108, em Azeitão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**27. Deliberação n.º 1335/2022 – Proposta n.º 987/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Engenheiro Ferreira Dias, n.º 6 - R/C Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 55, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**28. Deliberação n.º 1336/2022 – Proposta n.º 988/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jerónimo Osório de Castro, n.º 2 - R/C Frt., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**29. Deliberação n.º 1337/2022 – Proposta n.º 989/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Poeta Bocage, n.º 12 – 3.º Esq., em Azeitão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**30. Deliberação n.º 1338/2022 – Proposta n.º 990/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jerónimo Osório de Castro, n.º 2 - R/C Frt., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**31. Deliberação n.º 1339/2022 – Proposta n.º 991/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada de Palmela, n.º 38 – 1.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 59, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**32. Deliberação n.º 1340/2022 – Proposta n.º 992/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Amélia Rey Colaço, Lote 36, em Azeitão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**33. Deliberação n.º 1341/2022 – Proposta n.º 993/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Diogo Cão, n.º 18 – 3.º Dto. Frt., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**34. Deliberação n.º 1342/2022 – Proposta n.º 994/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Capitão Tenente Carvalho Araújo, n.ºs 54, 56 e 58, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**35. Deliberação n.º 1343/2022 – Proposta n.º 995/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Julião Rocha, n.º 18, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 63, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**36. Deliberação n.º 1344/2022 – Proposta n.º 996/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.º 12 – 1.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 64, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**37. Deliberação n.º 1345/2022 – Proposta n.º 997/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Carlos da Costa Frescata, n.º 8 – 4.º D, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 65, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**38. Deliberação n.º 1346/2022 – Proposta n.º 998/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Raul Rego, n.º 4, em Azeitão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 66, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**39. Deliberação n.º 1347/2022 – Proposta n.º 999/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Oliveira Martins, n.º 6 – 4.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 67, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**40. Deliberação n.º 1348/2022 – Proposta n.º 1000/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Esperança, n.º 139 – 5.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 68, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**41. Deliberação n.º 1349/2022 – Proposta n.º 1001/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Afonso Braz de Albuquerque, n.º 26, em Azeitão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 69, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**42. Deliberação n.º 1350/2022 – Proposta n.º 1002/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua da Luz, n.º 7 – 3.º A, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 70, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**43. Deliberação n.º 1351/2022 – Proposta n.º 1003/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Monte da Vinha, Aldeia de Irmãos, em Azeitão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 71, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**44. Deliberação n.º 1352/2022 – Proposta n.º 1004/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Praceta José Maria da Silva, n.º 6 – 2.º Dto., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**45. Deliberação n.º 1353/2022 – Proposta n.º 1005/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua José Groot Pombo, n.º 4 – 8.º D, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 73, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**46. Deliberação n.º 1354/2022 – Proposta n.º 1006/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Praceta Ilha da Madeira, n.º 4 – 5.º E, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 74, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**47. Deliberação n.º 1355/2022 – Proposta n.º 1007/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Gonçalves Zarco, n.º 4 – 8.º Frt., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 75, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**48. Deliberação n.º 1356/2022 – Proposta n.º 1008/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Hermínia Silva, n.º 11 – 3.º Dto., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 76, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**49. Deliberação n.º 1357/2022 – Proposta n.º 1009/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 1 – 3.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 77, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**50. Deliberação n.º 1358/2022 – Proposta n.º 1010/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua da Fé, n.º 17 – 1.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 78, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**51. Deliberação n.º 1359/2022 – Proposta n.º 1011/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 9 – 3.º C, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 79, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**52. Deliberação n.º 1360/2022 – Proposta n.º 1012/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 22 de dezembro, n.º 21 E - Loja 25, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 80, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**53. Deliberação n.º 1361/2022 – Proposta n.º 1013/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Monte Belo, n.º 12 – 3.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 81, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**54. Deliberação n.º 1362/2022 – Proposta n.º 1014/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Dr. António Rodrigues Manito, n.ºs 97, 97-A e 97-B, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 82, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**55. Deliberação n.º 1363/2022 – Proposta n.º 1015/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Álvaro Luz, n.º 15 - R/C, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 83, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**56. Deliberação n.º 1364/2022 – Proposta n.º 1016/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Av. Dr. António Rodrigues Manito, n.ºs 97, 97A e 97B, em  
Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 84, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**57. Deliberação n.º 1365/2022 – Proposta n.º 1017/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Celestino Alves, n.º 2 – 4.º C, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 85, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**58. Deliberação n.º 1366/2022 – Proposta n.º 1018/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua São Sebastião, n.º 4, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 86, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**59. Deliberação n.º 1367/2022 – Proposta n.º 1019/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Tomaz Ribeiro, n.ºs 34 e 36, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 87, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**60. Deliberação n.º 1368/2022 – Proposta n.º 1020/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Estrada dos Ciprestes, n.º 29 - Frt., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 88, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**61. Deliberação n.º 1369/2022 – Proposta n.º 1021/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Estrada do Alentejo, n.º 6, tornejando para a Rua Fernão  
Lopes, n.º 19, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 89, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**62. Deliberação n.º 1370/2022 – Proposta n.º 1022/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Álvaro Luz, n.º 22, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 90, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**63. Deliberação n.º 1371/2022 – Proposta n.º 1023/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Avenida Manuel Maria Portela, n.º 51, tornejando para a Rua  
Gama Braga, n.º 1, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 91, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**64. Deliberação n.º 1372/2022 – Proposta n.º 1024/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Aristides de Sousa Mendes, n.º 4 – 6.º Dto., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 92, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**65. Deliberação n.º 1373/2022 – Proposta n.º 1025/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Praceta Doutor José Romão dos Santos Ferro, n.º 29 – 3.º D,  
em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 93, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**66. Deliberação n.º 1374/2022 – Proposta n.º 1026/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua dos 4 Caminhos, n.º 9 – 3.º B, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 94, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**67. Deliberação n.º 1375/2022 – Proposta n.º 1027/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Praceta Carlos da Costa Frescata, n.º 4 – 4.º B, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 95, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**68. Deliberação n.º 1376/2022 – Proposta n.º 1028/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Praceta Manuel Nunes de Almeida, n.º 32 – 8.º D, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 96, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**69. Deliberação n.º 1377/2022 – Proposta n.º 1029/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Av. Mestre Lima de Freitas, n.º 27 – 4.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 97, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**70. Deliberação n.º 1378/2022 – Proposta n.º 1030/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua dos Salgueiros, Bairro da Liberdade, n.º 27, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 98, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**71. Deliberação n.º 1379/2022 – Proposta n.º 1031/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 75 – 10.º C, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 99, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**72. Deliberação n.º 1380/2022 – Proposta n.º 1032/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Nossa Senhora do Carmo, n.ºs 18 e 18A – 3.º Esq., em  
Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 100, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**73. Deliberação n.º 1381/2022 – Proposta n.º 1033/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.º 32 – 5.º Esq.,  
em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 101, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**74. Deliberação n.º 1382/2022 – Proposta n.º 1034/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua General Daniel de Sousa, n.º 97, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 102, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**75. Deliberação n.º 1383/2022 – Proposta n.º 1035/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Sítio das Casas Amarelas, Lote 157 – Vale de Mulatas, em  
Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 103, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**76. Deliberação n.º 1384/2022 – Proposta n.º 1036/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Frei Mariano Veloso, n.ºs 5 e 5A (antigo Lote 163), em  
Azeitão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 104, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**77. Deliberação n.º 1385/2022 – Proposta n.º 1037/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Frei Mariano Veloso, n.ºs 3 e 3A (antigo Lote 163), em  
Azeitão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 105, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**78. Deliberação n.º 1386/2022 – Proposta n.º 1038/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Praça Professora Virgínia Rau, n.º 5 – R/C A, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 106, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**79. Deliberação n.º 1387/2022 – Proposta n.º 1039/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Avenida Bento Gonçalves, n.º 3 – 7.º Dto., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 107, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**80. Deliberação n.º 1388/2022 – Proposta n.º 1040/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Padre José Maria Nunes da Silva, n.º 111 – 2.º D, em  
Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 108, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**81. Deliberação n.º 1389/2022 – Proposta n.º 1041/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Batalha Reis, n.º 2 – 1.º Dto., em Azeitão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 109, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**82. Deliberação n.º 1390/2022 – Proposta n.º 1042/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Silva Porto, n.º 13 – 1.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 110, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**83. Deliberação n.º 1391/2022 – Proposta n.º 1043/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua D. Ana de Castro Osório, n.º 4, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 111, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**84. Deliberação n.º 1392/2022 – Proposta n.º 1044/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua de Cabo Verde, n.º 27 A – 6.º C, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 112, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**85. Deliberação n.º 1393/2022 – Proposta n.º 1045/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Travessa do Abacaxi, n.º 6, em Azeitão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 113, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**86. Deliberação n.º 1394/2022 – Proposta n.º 1046/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Roberto Ivens, n.º 10 – 3.º Dto., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 114, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**87. Deliberação n.º 1395/2022 – Proposta n.º 1047/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 42 – 3.º Dto., em  
Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 115, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**88. Deliberação n.º 1396/2022 – Proposta n.º 1048/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Av. Luísa Todi, n.ºs 291 a 297, tornejando para a Rua do Gaz,  
n.ºs 1 a 9 e Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.ºs 2 a 10 – 1.º Dto., em  
Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 116, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**89. Deliberação n.º 1397/2022 – Proposta n.º 1049/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.º 130 – 5.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 117, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**90. Deliberação n.º 1398/2022 – Proposta n.º 1050/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Estrada do Alentejo, n.º 6 – 12.º Frt., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 118, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**91. Deliberação n.º 1399/2022 – Proposta n.º 1051/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Av. Joaquim Campos, Lote 1 – Bloco H, R/C Frt., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 119, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**92. Deliberação n.º 1400/2022 – Proposta n.º 1052/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Ariovisto José Valério, n.º 27C – R/C, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 120, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**93. Deliberação n.º 1401/2022 – Proposta n.º 1053/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Estrada de Palmela, n.º 196, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 121, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**94. Deliberação n.º 1402/2022 – Proposta n.º 1054/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 49 – 6.º Dto., em  
Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 122, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**95. Deliberação n.º 1403/2022 – Proposta n.º 1055/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Praceta Joaquina Guerreiro, n.º 2 – 3.º Dto., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 123, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**96. Deliberação n.º 1404/2022 – Proposta n.º 1056/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Aníbal José, n.º 5 – R/C Dto., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 124, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**97. Deliberação n.º 1405/2022 – Proposta n.º 1057/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 3 – 7.º C, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 125, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**98. Deliberação n.º 1406/2022 – Proposta n.º 1058/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 22 – 5.º A, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 126, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**99. Deliberação n.º 1407/2022 – Proposta n.º 1059/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Juventude Azeitonense, Lote 140 – 1.º Dto., em Azeitão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 127, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**100. Deliberação n.º 1408/2022 – Proposta n.º 1060/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Florex – Quinta dos Cactos, em Azeitão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 128, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**101. Deliberação n.º 1409/2022 – Proposta n.º 1061/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Vale de Judeus - Gâmbia, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 129, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**102. Deliberação n.º 1410/2022 – Proposta n.º 1062/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Largo Valentim Adolfo João, n.º 1 e Rua Mário Sacramento,  
n.º 44 – 2.ºA, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 130, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**103. Deliberação n.º 1411/2022 – Proposta n.º 1063/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua José Cândido Godinho, n.º 14, em Azeitão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 131, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**104. Deliberação n.º 1412/2022 – Proposta n.º 1064/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Avenida São Francisco Xavier, Lote 1 – 1.º, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 132, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**105. Deliberação n.º 1413/2022 – Proposta n.º 1065/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Luís Gonzaga do Nascimento, n.º 16 – 3.º Esq., em  
Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 133, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.



**106. Deliberação n.º 1414/2022 – Proposta n.º 1066/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua da Fé, Lote 27 – 5.º REC., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 134, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**107. Deliberação n.º 1415/2022 – Proposta n.º 1067/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Avenida Mariano de Carvalho, n.º 29 – 2.º B, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 135, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**108. Deliberação n.º 1416/2022 – Proposta n.º 1068/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Dr. José Leite Vasconcelos, n.º 11 – 3.º, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 136, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**109. Deliberação n.º 1417/2022 – Proposta n.º 1069/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, Lote 95, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 137, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**110. Deliberação n.º 1418/2022 – Proposta n.º 1070/2022 – DAF/DICONT/SERGE P  
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de  
preferência – Rua Dr. Henrique Constantino, Lote 60 – 1.º Dto., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 138, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**111. Deliberação n.º 1419/2022 – Proposta n.º 1071/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Henrique Constantino, Lote 60 – R/C Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 139, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**112. Deliberação n.º 1420/2022 – Proposta n.º 1072/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Concelho, n.ºs 8 e 10, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 140, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**113. Deliberação n.º 1421/2022 – Proposta n.º 1073/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Quinta da Amizade, n.ºs 32 e 32-A – R/C Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 141, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 6.

**114. Deliberação n.º 1422/2022 – Proposta n.º 1074/2022 – DAF/DICONT/DICOR – Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao exercício de 2021**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 142 a 145.

**Sr. Presidente** – Disse que sobre aquela proposta era importante dizer o seguinte [conforme documento anexo registado sob o n.º 146]:

*“No momento da apresentação da prestação de contas de 2021 importa destacar os elementos mais importantes deste documento central de toda a atividade da Câmara Municipal de Setúbal.*

*Destaco, assim, os números relativos à receita total em 2021, que se cifrou em 102 milhões de euros, correspondente a um aumento percentual de nove por cento em relação ao ano anterior. Os impostos diretos, ou seja, o IMI, o IMT, o IUC e a derrama totalizaram 45,7 milhões de euros, mais dez por cento do que em 2020. Já as transferências subiram 3,8 milhões de euros, resultado que equivale a um crescimento de vinte por cento, e as taxas, multas e outras penalidades registam outro acréscimo de 21 por cento correspondente a 4,6 milhões de euros.*

*Este é o contexto em que se deve realçar que a realização de muitos projetos só é possível graças ao recurso a receitas provenientes dos impostos diretos, das taxas cobradas no âmbito do normal funcionamento dos serviços, dos rendimentos de propriedade, do recurso a empréstimos de médio e longo prazo e também a verbas de candidaturas a diferentes*

*programas, tais como POSEUR, POISE, LISBOA 2020, Fundo Ambiental, PROMUSEUS, Turismo de Portugal ou PRR, entre outros.*

*A receita da atividade atingiu o montante de 15,7 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 21 por cento face a 2020, embora a receita referente à venda de bens e serviços tenha registado uma quebra. No caso da receita patrimonial, que contabiliza a receita de rendas de habitação, rendimentos de propriedade relativos às rendas de concessão e venda de bens de investimento, inscreve-se nesta prestação de contas um valor de 6,9 milhões de euros, menos sete por cento em relação à receita de 2020.*

*No que diz respeito à despesa, as despesas correntes são claramente o agregado com maior peso. Representam 69 por cento da despesa total e nela se incluem todas as despesas decorrentes do normal funcionamento do município, enquanto as despesas de capital têm um peso de 31 por cento.*

*As despesas correntes tiveram uma variação positiva de quatro por cento motivada por rubricas como as despesas com pessoal, aquisições de bens e serviços e transferências correntes. Quanto às despesas de capital, ocorreu uma variação de 13 por cento em resultado do acréscimo das aquisições de bens de capital, transferências de capital e ativos financeiros.*

*Torna-se, assim, relevante salientar que foi paga despesa num montante global de 99,6 milhões de euros, pagamento que representa uma variação de mais sete por cento e uma taxa de execução da despesa corrente de setenta por cento.*

*Os compromissos assumidos mantiveram-se superiores a 100 milhões de euros, as transferências aumentaram em 1,6 milhões, o que significa um crescimento de 19 por cento.*

*Para enquadrar estes números é absolutamente relevante destacar a elevada dinâmica na política de investimentos, que, em 2021 aumentaram em 4,7 milhões de euros, o que representa um crescimento de 34 por cento em relação ao ano anterior.*

*Alguns exemplos destes investimentos são a requalificação das avenidas dos Combatentes e 22 de Dezembro, a obra do novo Terminal Interface de Setúbal, a terceira fase da reabilitação do Convento de Jesus, a construção de raiz da nova Unidade de Saúde Familiar de Azeitão, a reabilitação da rua dos Arcos e de vários espaços públicos, intervenções da Praia de Galapos para melhor acesso à zona balnear ou ainda a aquisição de duas viaturas pesadas especiais para a recolha de resíduos sólidos urbanos e cerca de 4400 contentores.*

*Conclui-se desta prestação de contas que, após a contração económica do período anterior e ainda em contexto do COVID-19 na primeira metade do ano, se verifica uma execução orçamental mais elevada.*

*No que respeita à dívida bancária, verificou-se um acréscimo do capital em dívida em resultado do aumento de financiamento por via de locações financeiras, essencialmente resultante da aquisição do IMAPARK.*

*Em matéria de serviço da dívida de médio e longo prazo, contando amortizações e juros, apesar de se registar uma redução de oito por cento do valor apurado, nos encargos com juros houve um aumento de 11 por cento, o que decorre da inclusão de novos empréstimos de médio e longo prazo. Nestes montantes incluem-se os empréstimos relativos ao financiamento de projetos de eficiência energética na habitação pública municipal no Bairro das Manteigadas e de um conjunto de projetos incluídos no empréstimo denominado “Despesas de Financiamento 2020”. A referida redução de oito por cento deve-se ao fim do prazo de alguns empréstimos e ao facto de os novos se encontrarem no período de carência de capital.*

*Nos pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2021 regista-se o montante de 3.416.813,73 euros. Este valor representa uma redução de 11 por cento dos compromissos assumidos e não pagos, o que permitiu que fosse cumprida a meta definida para o envidamento, pois, de acordo com o n.º 1 do artigo 112.º da Lei n.º 75-B/2020, as autarquias devem reduzir, no mínimo, em dez por cento os seus pagamentos em atraso à data de 30 de setembro*

*No balanço, importa igualmente destacar algumas notas.*

O ativo não corrente de médio e longo prazo cifrou-se em 329 milhões de euros. Os clientes, contribuintes e utentes registados nesta parte do balanço, no que respeita ao prazo de exigibilidade da dívida, reduziram-se em 0,74 por cento face ao período homólogo. O ativo corrente de curto prazo atingiu os 59,6 milhões de euros. Importa salientar que na conta “Outras Contas a Receber” consta, no ano de 2021, um valor nulo que é justificado pela contabilização de dívida por receber das Águas do Sado.

O passivo não corrente de médio e longo prazo situou-se nos 46 milhões de euros, tendo os gastos com fornecedores registado uma variação positiva face ao exercício de 2020. Ocorreu, igualmente, uma redução nas provisões e fica inscrito nesta prestação de contas um valor significativo nos diferimentos.

Quanto ao passivo corrente, está nos 37 milhões de euros, com a rubrica das “Outras Contas” a aumentar 33 por cento, num total de cerca de 2,9 milhões de euros. Nos montantes dos fornecedores regista-se um acréscimo de um por cento em relação a 2020.

No apuramento de resultados, e no que aos resultados operacionais diz respeito, fica inscrita nesta prestação de contas um total de 4,5 milhões de euros, o que significa um crescimento acentuado em relação a 2020. Resulta este valor do aumento dos rendimentos com origem em impostos, contribuições, taxas e transferências e subsídios correntes obtidos, aliado a uma diminuição nos gastos/reversões de depreciação e amortização do exercício.

No que se refere aos resultados financeiros, há um decréscimo associado ao aumento dos juros suportados pelo município com os empréstimos contratados, que têm vindo a apresentar uma trajetória crescente.

O resultado líquido do exercício apurado cifra-se em 3.283.293 euros e expressa um esforço da autarquia no sentido de gerar rendimentos para fazer face aos seus gastos e criar margem para continuar a consolidar o investimento e os restantes programas municipais.

No quadro das transferências, elas são predominantemente correntes. São estas transferências que asseguram financeiramente a cooperação entre o município e as diferentes instituições. Regista-se, neste setor, um aumento de 14 por cento em relação a 2020. Aqui, é da maior importância destacar o aumento constante desde 2018 das transferências para as freguesias, que saltaram de 4,04 milhões em 2018 para 5,6 milhões em 2021. Crescimento exponencial foi o das transferências para a AML e associações de municípios, que crescem, em 2018, de pouco mais de 246 mil euros para 2,3 milhões de euros em 2021, valores que evidenciam o esforço financeiro feito pela Câmara Municipal de Setúbal para financiar o Passe Navegante e o novo sistema de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa.

Em suma, apesar de em 2021 ainda nos encontrarmos em contexto do COVID-19 e sujeitos à conseqüente crise, de estarmos em fim de ciclo do quadro plurianual de financiamento comunitário, o Município manteve uma trajetória de ligeira recuperação das contas municipais sem comprometer a capacidade de investimento e de prestação de serviço público às populações que cá residem, que cá trabalham, que nos visitam ou que cá investem.

O recente anúncio pelo consórcio GALP-Northvolt do investimento de mais de 700 milhões de euros para a instalação de uma refinaria de lítio em Setúbal, a par de outros investimentos em outras atividades económicas de elevado valor e conteúdo tecnológico são a demonstração da atratividade e procura de Setúbal para investir, viver e visitar, resultado da ação das autarquias, município e freguesias e dos agentes económicos na contínua valorização do território”.

Disse que ficava assim apresentada, de forma clara, no que era essencial a Prestação de Contas do ano de 2021, relativa à atividade da Câmara Municipal de Setúbal.

Propunham assim que se aprovasse o relatório de Gestão e a Demonstração Financeira do Município de Setúbal, relativos ao ano de 2021 e que o mesmo fosse submetido a apreciação da Assembleia Municipal.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Começou por dizer que tinham sido chamados a analisar o relatório de Prestação de Contas, e efetivamente deviam fazer uma apreciação política do documento, e daquele que tinha sido o trajeto que tinha levado à obtenção daqueles

resultados, e não uma análise meramente contabilística. Do ponto de vista contabilístico, do ponto de vista puramente técnico, não tinham vislumbrado qualquer irregularidade, mas do ponto de vista político, discordavam profundamente do modelo de gestão pública que aquele documento espelhava.

A apreciação de eventuais irregularidades era feita pela Certificação Legal de Contas, que só há pouco lhes tinha sido entregue, e que por aquilo que tinham podido observar, naquele *draft*, que tinham em cima da mesa de trabalho, quando chegaram, no início da reunião, por aquilo que tinham podido observar, aquela Certificação Legal de Contas, era acompanhada de 5 reservas. Reservas, entre as quais, se contavam divergências face aos valores contabilísticos registados.

Em primeiro lugar, seria relevante que aqueles documentos, que o parecer sobre as contas, pudesse ser entregue de uma forma mais atempada e não apenas no início da reunião, de forma que pudesse ser analisado, com calma e atenção que o documento merecia.

Para além do parecer sobre as contas e as reservas que o mesmo continha, também tinham sido confrontados com uma errata da prestação de contas de 2021. Uma errata de 29 páginas, de um documento que tinha 329, estavam a falar de perto de 9%. Portanto, uma errata de 9%, entregue 10 minutos antes da reunião, como o senhor Presidente bem compreendia, não permitia que a análise que tinha sido feita, antecipadamente, ao documento que tinha sido entregue, pudesse ser eventualmente o reflexo daquilo que depois constava da errata que lhes tinha sido apresentada. A verdade era que, assim que a abriram, depararam-se com um quadro, o quadro 19, que visava substituir o quadro 19 que constava da página 41 do documento que inicialmente lhes tinha sido entregue, que se referia aos compromissos entre 2018 e 2021, e que tinha, desde logo, diferenças significativas. Eram diferenças que consideravam que estando a errata correta, naturalmente, eram diferenças que transmitiam um melhor resultado, do que aquele que constava no documento que lhes tinha sido inicialmente apresentado, em que tinham um crescimento dos compromissos na ordem dos 40%, e tinham uma redução significativa naquilo que eram os compromissos pagos no ano “n”. Tiveram de analisar a errata no decorrer da reunião, porque só a tinham podido analisar a partir do momento em que ela, efetivamente, lhes tinha sido entregue. Tinham conseguido perceber que havia diferenças significativas, face àquilo que lhes tinha sido inicialmente apresentado.

Como tinham falado de errata, havia um quadro que não constava na errata, mas também tinha valores errados, que era o quadro 20, que estava na página 43. Era um quadro que tinha os dados sobre as grandes opções do Plano, quer a dotação, quer a execução. E a dotação que constava naquele quadro para 2021, era uma dotação que não correspondia à realidade, porque era exatamente igual à dotação do ano de 2020. Portanto, para eventual entrega do documento à Assembleia Municipal, considerava que poderia ser útil, que houvesse uma segunda errata, que viesse a acrescentar à primeira a correção de elementos que ali constavam.

A verdade era que, estavam perante um documento que apresentava uma capacidade significativa de cobrança de receita. 2021 tinha sido um ano de particular sucesso, no que respeitava à arrecadação de receita, apesar de conter algumas excecionalidades, sabiam que tinha havido um recebimento de quase 4 milhões de euros, pela renda base do contrato de concessão do estacionamento tarifado, mas ainda assim, tinham uma taxa de execução na ordem dos 70% que era significativo face àquilo que vinha sendo histórico.

Os impostos diretos tinham tido, também, um crescimento de quase 4 milhões, como o senhor Presidente tinha tido oportunidade de referir, aliás, na receita tudo tinha subido. Tinham subido os impostos diretos, as transferências, as taxas, multas e outras penalidades. Quando olhavam para aquilo que era o resultado dos impostos diretos tinham um crescimento de perto de 4 milhões de euros, passando uma receita de 41, 8 milhões de 2020, para uma receita de 45,8 milhões. Se contabilizassem, também, a participação variável do IRS, que tinha crescido de 7.6 para 8.2, verificavam que a receita de origem puramente fiscal, tinham aumentado, sensivelmente 4,6 milhões de euros entre 2020 e 2021. Portanto, caía por terra aquilo que era o argumento que a CDU tinha tentado utilizar, a retórica que a CDU tem



tentado utilizar de que a redução fiscal aprovada pela Câmara Municipal, por proposta do Partido Socialista, e também acompanhada por propostas do Partido Social Democrata, e pela sua votação, quer por via da redução de IMI, por via da redução da participação variável no IRS, e cujo impacto se estimava em 2022, na execução de 2022, em cerca de 3,8 milhões, quando comparavam com o acréscimo de receita de 2020 para 2021, de 4.6, o impacto da redução que tinha sido aprovada era inferior àquilo que era o aumento da receita, no ano transato e, portanto, caía por terra a retórica de que a redução da receita impedia o investimento, a redução da receita impedia o apoio ao movimento associativo e cultural, a redução da receita impedia o apoio social.

Ficava provado que era possível baixar impostos, e que era possível continuar naquele caminho de redução fiscal, de redução da carga fiscal, e que seria possível, até ao final do mandato trilhar o caminho de redução do IMI, até à sua taxa mínima, e de redução da participação variável do IRS até 3%. Pesasse embora aquela elevada taxa de execução da receita, era fundamental que houvesse um critério significativo naquilo que era tomar a decisão no que respeitava à despesa.

Em 2021, a Câmara Municipal aumentou os compromissos assumidos para exercícios futuros em 9%, num movimento que vinha crescendo ao longo dos últimos anos. Mesmo o aumento dos compromissos assumidos, por exercícios futuros, podia justificar aquilo que era o aumento das dívidas a fornecedores, naquilo que tinha sido aquele exercício.

As dívidas a fornecedores tinham aumentado, totalizando entre o passivo corrente e não corrente mais de 4 milhões de euros do que em 2020. Esse valor representava um acréscimo de 25% nas dívidas a fornecedores, face ao ano anterior, e quase todo o aumento era feito por via do reconhecimento de cedências de créditos a empresas de *factoring*, que tinha contribuído, naturalmente, para a redução dos juros de mora nas dívidas a fornecedores, mas ainda assim resultava da dilação dos prazos de pagamentos e traduzia-se em encargos suplementares quer para fornecedores, quer para o Município. Sendo certo que, o último ano de mandato podia sempre propiciar alguns devaneios de gestão, e sabiam que tinham existido, não era menos verdade que à anterior presidente eram imputados  $\frac{3}{4}$  do ano de 2021, mas ao senhor Presidente, e ao executivo que o acompanhava, tinha acabado por transitar quase na totalidade face ao executivo do mandato anterior, existia  $\frac{1}{4}$  de responsabilidade, existiam 3 meses de gestão do município no ano 2021. O período restante era da inteira responsabilidade do atual executivo, e não apenas aos devaneios de gestão do mandato anterior se poderia imputar aquele aumento de dívidas a fornecedores.

Aquela era a análise principal que se podia fazer em termos políticos do documento que lhes tinha sido apresentado. Era um acréscimo das dívidas a fornecedores, era um acréscimo naquilo que eram os compromissos assumidos para os exercícios seguintes. Acresciam quase 36% em 2 anos, o que era um valor significativo, e era, naturalmente, um reflexo de uma cobrança de receita que era superior à dos anos anteriores, era um aumento daquilo que tinha sido a execução na receita nos anos anteriores, mas que acabava por não ter reflexo naquilo que era a gestão das dívidas a fornecedores. Sabiam perfeitamente que as dívidas a fornecedores, estavam a falar de uma parte significativa, em pequenas e médias empresas, acabavam por estrangular a sua tesouraria, por terem na Câmara um cliente de referência, um cliente com peso significativo, naquilo que eram as suas vendas ou a sua prestação de serviços, e que, a não serem pagos atempadamente acabavam por ver, e já tinham abordado situações concretas em reuniões anteriores, a sua tesouraria e a sua facilidade de gestão absolutamente estrangulada.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que a execução do orçamento do ano 2021, tinha ficado muito aquém daquilo que tinha sido o expectável. Nas receitas tinham uma execução que não ia além de 70% e nas despesas de 68%, daquilo que tinha sido orçamentado.

Onde essa execução tinha sido bem-sucedida, tinha sido na receita corrente, destacando-se nessas receitas com impostos diretos, nomeadamente o IMT onde tinha havido um aumento de 4 milhões de euros, relativamente ao ano de 2020. Também na componente da despesa tinha-se verificado uma fraca execução. Onde tinha havido, de facto, o maior crescimento

tinha sido nas despesas com pessoal em 4% relativamente ao ano anterior, pesando essas despesas, as despesas com pessoal, 32% do total da despesa e os encargos financeiros em cerca de 11%, correspondente a 12 milhões de euros.

O endividamento municipal tinha crescido, cerca de mais de 4,5 milhões, devido aos contratos de locação financeira, como aquele que tinha decorrido da aquisição do IMAPARK ou do edifício Setúbal Parque, como era designado, num valor de aproximadamente 3.700.000 euros. Tendo o serviço da dívida sido incrementado com mais 11% em termos de juros, pelo que os empréstimos de médio e longo prazo, e os contratos de locação financeira foram responsáveis por cerca de 42% do passivo, no ano de 2021. Apesar da lei dos compromissos ter sido cumprida no limite, havia à data de 31 de dezembro de 2021, pagamentos em atraso no montante de cerca de 3,5 milhões de euros, sendo que essa rubrica, correspondente a fornecedores, durante todo o ano, era no montante de 13 milhões de euros, aproximadamente.

Atenta demonstração dos fluxos de caixa verificava-se que o valor gerado, na atividade operacional, tinha gerado um valor de 14.288.000 euros, que acabava por ser consumido pela atividade de investimento no montante de 15.815.000 euros e em fluxos de financiamento de 3.238.000 euros. Isso para não falar do valor que estava provisionado em processos judiciais em curso que, no limite, se a câmara os perdesse todos seria um valor correspondente a quase 3.700.000 euros. Para não falar também, conforme já tinha sido mencionado, nas reservas que o próprio Revisor Oficial de Contas plasmava no seu parecer e que também lamentavam que apenas tivesse sido distribuído no início da reunião, pelo que a atividade da Câmara, sustentava no caso do ano 2021 com uma subida acima de tudo nas transações, relativamente àquilo que era o IMT, necessitando a Câmara na realidade de recorrer a empréstimos para fazer face aos investimentos, muitos deles não reprodutivos, como era o caso da aquisição do IMAPARK e também suportado num financiamento indireto, que era nas dívidas a fornecedores. Pelo que consideravam que aquela execução orçamental tinha ficado muito à aquém, num ano que tinha sido de forte investimento, por ser um ano eleitoral. Obviamente, que o voto deles não podia deixar de ser um voto contra.

**Sr. Presidente** – Disse que lamentava, não era que aquele dia fosse o dia das lamentações, mas lamentava, também, que o Revisor Oficial de Contas apenas tivesse entregue o seu parecer à hora do início da reunião e, portanto, era uma questão que teria de ser, melhor avaliada, porque tinham de avaliar aquilo que lhes era apresentado, e tinham que ter um mínimo de tempo para isso.

Relativamente à questão da errata, aquilo que lhe tinha sido dito era que, no fundamental, os dados que tinham sido inicialmente apresentados não tinham alteração significativa. Tratava-se apenas de erros da passagem para o sistema informático, de uma mudança de um sistema para o outro e, portanto, como se poderia ver os mapas que inicialmente tinham sido distribuídos, para o Excel, não tinham aqueles registos, e também alguns erros, pequenas diferenças mínimas em percentagens. Mas que em termos de resultado global, não havia alteração. Tinha sido isso que lhe tinha sido transmitido, e era isso que lhes poderia transmitir. Como sabiam, nos municípios e nas freguesias, o caso da Câmara de Setúbal não era diferente, estavam a fazer a adaptação às novas regras do sistema contabilístico. A Câmara de Setúbal estava também a fazer essas alterações e essas adaptações. Por esse motivo, havia transparência naquilo que tinha tido oportunidade de ver, no parecer do Revisor Oficial de Contas, a chamada de atenção para essa questão, em alguns aspetos, mas isso não era significativo naquilo que era o essencial, em que se dizia que as contas estavam apresentadas e, no essencial tinham um parecer favorável, condicionado às questões que lá estavam identificadas. Mas isso é que era o fundamental do parecer técnico, que estava ali em causa. A apreciação que cada um deles fazia sobre as contas, cabia-lhes a eles fazer, como os senhores Vereadores tinham ali feito.

Ao longo daqueles 20 anos, Setúbal, cidade, município, tinha-se transformado profundamente, e isso tinha a ver com uma opção e uma gestão que estava devidamente identificada, e que tinha dado aqueles resultados de transformação positiva, da qualidade de

vida, do bem-estar, da dinamização económica, e era isso que fazia com que mais gente viesse a Setúbal, que a dinamização económica aumentasse, e que houvesse cada vez mais investidores a querer ter os seus investimentos em Setúbal, em diferentes áreas, em variadas áreas. Era esse o trabalho deles, era essa a forma que tinham de olhar para o futuro, e era nesse sentido que continuavam a trabalhar. Mas para se seguir esse caminho, ao contrário do que o senhor Vereador Joel Marques tinha referido, cortar na receita, naturalmente, que tinha consequências no investimento, e na forma como geriam a Câmara Municipal. Não havia outra forma de dizer isso. Quando o senhor Vereador dizia, no seu dizer, *“podemos continuar a baixar os impostos porque ainda há muito para baixar”*, isso era uma contradição quando a seguir dizia que não havia pagamento a fornecedores e que os investimentos podiam ser diferentes e ter outros efeitos.

Era claro, bastava olhar para as contas, na Câmara Municipal, ao longo dos anos, não era para o ano de 2021, que estavam a analisar, da frágil estrutura financeira da Câmara Municipal de Setúbal. Era baseada, fundamentalmente, nos impostos diretos, era a partir daí e porque tinham, de facto sido favoráveis, e que tinha a ver com a dinâmica que se tinha criado na sociedade setubalense, e no território de Setúbal, que aqueles impostos diretos tinham vindo a atingir esses níveis. Tinham atingido aquele nível maior em 2021, mas já em 2022 ou 2023 poderiam baixar significativamente, como bem sabiam e, portanto, estar a dizer à partida que: *“é preciso baixar impostos, ainda podemos baixar mais”*, era não ter a noção da responsabilidade do que se estava a afirmar. Era muito claro, para terem a dinâmica transformação positiva da sociedade setubalense e da qualificação do território do Município de Setúbal, para que fosse atrativo ao investimento, era necessário, naturalmente, que a Câmara Municipal continuasse a ter capacidade para fazer esse investimento, para fazer essa qualificação do território, para criar as condições para que se vivesse melhor em Setúbal. Isso era fundamental. Quando estavam a falar, como bem sabiam, dos impostos diretos, em dois ou três anos podia-se alterar significativamente essa situação. Mas aqueles impostos indiretos e a receita fundamental através dos impostos indiretos, tinha ainda a ver com uma outra questão que era uma oportunidade que se ia perdendo, era a oportunidade e o aproveitamento, muito positivo, que a gestão daquela Câmara Municipal, ao longo daqueles anos tinha garantido, de capacidade de atração de investimento público, por iniciativa da Câmara Municipal, não por iniciativa de qualquer outro, por iniciativa da Câmara Municipal ter a capacidade de ter projetos e ter candidaturas capazes de captar fundos comunitários, para o investimento naquele território. Se fosse retirada essa capacidade financeira, que vinha fundamentalmente através dos impostos diretos, naturalmente, que esses fundos comunitários, essa comparticipação financeira, não vinha para Setúbal. Era preciso ter aquela visão de futuro, e porque, como todos sabiam, os fundos comunitários iam-se reduzindo, em valor, em diversidade, mas também na comparticipação desses mesmos financiamentos, como acontecia no atual programa 2030 que já era conhecido para a Área Metropolitana de Lisboa em que Setúbal estava inserido. Para além de baixarem quase 50% do valor global da disponibilidade dos fundos, ainda reduziam a comparticipação para apenas 40%. Naturalmente, que a capacidade que a Câmara Municipal de Setúbal tinha, em alguns casos pela iniciativa, pela dinâmica, pela capacidade e reconhecimento de outros municípios, dessa capacidade que Setúbal tinha, é que Setúbal tinha tido comparticipações em algumas candidaturas na ordem dos 60%, 70%. Era aquela visão, era aquela dinâmica, era aquela capacidade, que apelava aos senhores vereadores para reconhecerem da importância de se manterem aqueles níveis de receita, que era fundamentalmente feita através da captação dos impostos diretos.

E era aquilo que estava ali em causa, as contradições que eram evidentes, quando os senhores vereadores diziam que era preciso continuar a baixar os impostos, e depois diziam que não havia capacidade para pagar aos fornecedores, e que também por aquele caminho iam baixando os investimentos, o investimento público, naturalmente que era uma contradição insanável, numa visão que não tinha sentido, porque para eles era muito importante olharem para a realidade e ver aquilo que existia, como é que acontecia, como o povo costumava

dizer “as coisas não caem do céu” era preciso que houvesse capacidade, que houvesse visão, os resultados estavam à vista.

Portanto, pensava que se mantinha aquela situação, a fragilidade da estrutura financeira da Câmara Municipal de Setúbal, era verdade, e mantendo essa lógica da redução da receita, que naturalmente havia estrangimentos àquela dinâmica e àquela capacidade de atratividade que Setúbal tinha.

A responsabilidade cada um assumia, mas quem decidia em último lugar eram os setubalenses e os azeitonenses. Achava que isso todos deveriam ter em conta.

Portanto, pensava que o caminho tinha sido traçado, a situação como os senhores vereadores tinham referido, não era uma situação de grande conforto, do ponto de vista da estabilidade financeira estava equilibrada, como era reconhecido por todos, mas era preciso ter algum acompanhamento e algum cuidado na forma de trabalharem aquelas questões financeiras, para que não viesse a acontecer aquilo que tinha acontecido há anos atrás, e que não ia ali falar, porque naturalmente estavam empenhados em olhar para o futuro e criar as melhores condições para que esse futuro fosse cada vez mais risonho, para aqueles que ali viviam, para aqueles que ali tinham nascido, para aqueles que tinham escolhido ali viver, para aqueles que continuavam a escolher, em grande número, visitar Setúbal e também para aqueles que procuravam as melhores condições para investir naquele território.

Essa era a determinação que tinham, era esse o caminho deles. Pensava que estavam naquele caminho se não houvesse contradições tão grandes, como algumas que tinham sido anunciadas.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Deixou 4 notas muito breves.

A primeira nota dizia respeito ao comentário que o senhor Presidente tinha feito, relativamente aos revisores oficiais de contas e que o senhor Assessor Ricardo Oliveira também já tinha tido oportunidade de partilhar com ele. Relembrou que os revisores oficiais de contas que tinham sido escolhidos, tinham sido escolhidos por adjudicação direta, e por proposta do senhor Presidente, com um histórico já de pelo menos 3 anos de trabalho com aquela empresa e, portanto, os estrangimentos de trabalho que existiam, no presente ano, eram do perfeito conhecimento do executivo. Portanto, se não tinha sido uma boa escolha, os senhores melhor do que ele o poderiam afirmar, mas tinha sido uma escolha deles, tinha sido uma escolha por adjudicação direta, e pensava que tal deveria ser assumido de forma bastante clara.

Disse que o quadro 20 não constava da errata como tinha referido, tinham percebido alguns erros de simpatia, até porque a construção daqueles relatórios, naturalmente que tinham uma base, a base normalmente era o ano anterior, e, portanto, havia a utilização de tabelas e substituição de valores, e eles tinham percebido sem qualquer tipo de problema. Agora, dizer que os valores que constavam da errata, não eram substancialmente diferentes daquilo que tinha sido o documento que lhes tinha sido inicialmente apresentado também não correspondia exatamente à realidade.

Referiu que no quadro 19, que era o quadro dos compromissos, o documento que originalmente lhes tinha sido apresentado, e ao qual o senhor Presidente também tinha tido acesso, tinham como compromissos assumidos no ano “n” 103 milhões, em 2020, e para 2021 compromisso assumido 136 milhões, ou seja, tinham um aumento de 33 milhões de compromissos assumidos. Compromissos pagos, em 2020, tinham tido 93 milhões, em 2021 75 milhões, ou seja, menos de 18 milhões sensivelmente, do que no ano anterior. Isso era substancialmente diferente do que os valores que lhes tinham sido apresentados na errata, com compromissos assumidos não de 136 milhões, mas de 101 milhões e com compromissos pagos não de 75 milhões, mas de 99 milhões. Portanto, como o senhor Presidente compreendia essas diferenças não eram diferenças de somenos importância, eram diferenças que impactavam, naturalmente, naquilo que era a análise que podia ser feita do documento.

Na sua intervenção anterior, por lapso, não tinha colocado uma questão que era relevante e para a qual gostaria de obter uma resposta e que dizia respeito às previsões, que eram

apresentadas naquele relatório. Havia um decréscimo significativo nas previsões face àquilo que estava inicialmente escriturado, portanto, face aos valores que transitavam do ano anterior, tinham 16.462.000 euros dos quais quase 13 milhões associados a outras provisões, e 3.465.000 euros associados a processos judiciais em curso. O relatório remetia para o anexo numa explicação para aquilo que seria aquele movimento previsões e essa alteração, no entanto, essa explicação referia-se apenas àquilo que eram as previsões associadas aos processos judiciais em curso.

A verdade era que das outras provisões desapareciam 12.600.000 euros, grosso modo, e era um valor significativo, muito mais significativo do que as alterações que se registavam nos processos judiciais em curso, e para aqueles 12.600.000 euros não havia uma palavra no relatório. Não estando no relatório, gostaria que pudesse ser esclarecido qual o motivo que levava àquela alteração tão substancial.

Numa última nota, notar uma contradição, e essa contradição advinha sobretudo do discurso do senhor Presidente, porque o senhor Presidente tinha referido que o corte na receita resultante daquilo que era a redução da carga fiscal que ali tinha sido aprovada com os votos do PS e do PSD, era sinónimo de menor investimento, mas que a cidade tinha sofrido uma transformação nos últimos 20 anos. Não conhecia nenhum município, ou conhecia poucos, municípios do país que em 20 anos não se tivessem transformado significativamente, e era bom que assim fosse, porque estar ali só a fazer gestão corrente, também não servia de nada, poderiam discordar, e discordavam certamente de muitas opções de gestão, de alguma da transformação que tinha sido feita, que entendiam que mais do que transformar se tinha limitado a embelezar, e a política de *botox* acabava por se extinguir no plástico, naquilo que era acessório e não ia ao essencial. Considerava que a obra que o Partido Socialista tinha deixado era obra essencial, nomeadamente naquilo que tinha sido o plano de erradicação de barracas, naquilo que tinham sido intervenções, podiam concordar com elas ou não, e com a sua localização, nomeadamente aquilo que era o viaduto das Fontainhas ou o túnel do Quebedo, mas que eram obras que tinham transformado também a cidade, e que quem circulava na cidade, antes de elas serem executadas, conhecia perfeitamente e sabia perfeitamente, - nessa altura, circulavam no banco de trás, não em cadeirinha que não era obrigatória na altura -, mas recordava-se daquilo que eram os constrangimentos de trânsito, que existiam na cidade, e que tinham deixado de existir por via de alterações significativas que tinham sido feitas, entre muitos outros investimentos não valia a pena estar a elencar.

A transformação naturalmente era progressiva e era sucessiva, e era assim que tinha que ser. A transformação tinha sido feita com aquilo que que eram as receitas da autarquia. Há 20 anos a receita fiscal da autarquia devia rondar 13% a 15% daquilo que era a receita fiscal atual, e essa receita foi crescendo e, portanto, aquilo que o senhor Presidente tinha dito de que um corte da receita, nos montantes que tinham sido ali decididos significava necessariamente menos investimento, recordou que esse corte da receita significava que em termos de receita, iam ter valores equivalentes a 2020. Portanto, havia efetivamente uma contradição no discurso do senhor Presidente, quando afirmava a transformação da cidade ao longo dos últimos 20 anos, e os investimentos sucessivos feitos na cidade ao longo dos últimos 20 anos, mas dizia que a receita, que tinha sido suficiente para fazer esses investimentos, e que foi sendo crescente, não seria suficiente no futuro. Essa é que era a verdadeira contradição.

**Sr. Presidente** – Disse que era verdade, que o senhor Vereador tinha toda a razão, só que se tinha esquecido de um pequeno pormenor, é que eles, com aquela gestão, não deixavam milhões e milhões de euros de dívida, numa situação que deixava financeiramente a Câmara Municipal de rastos. Com aquela gestão não faziam isso, não chegavam a isso, e transformavam profundamente e em sentido positivo a sociedade setubalense, o território setubalense, dando melhores condições para a qualidade de vida das pessoas que ali escolhiam viver, para haver mais emprego e para que Setúbal continuasse uma cidade do futuro, uma cidade onde havia muita gente a querer fazer investimento.

Isso era um caminho que estava traçado, e que tinha a ver com aquela gestão. E como muito bem, o senhor Vereador sabia, e porque tinha sido o senhor Vereador que tinha chamado à atenção para isso, quando eles chegaram ali em 2001, os setubalenses estavam com a autoestima muito em baixo e ficava por ali. Era um pequeno pormenor que o senhor Vereador se tinha esquecido de considerar.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que ia deixar uma ou duas notas sobre as questões colocadas.

Agradeceu ao senhor Vereador Joel Marques ter reconhecido, finalmente, que aquele município se tinha desenvolvido, não tinha dito muito, mas tinha dito que se tinha desenvolvido, aquele município tinha se desenvolvido muito e ter desenvolvido a teoria do desenvolvimento natural, como se as coisas evoluíssem... era natural. O problema era que tinham encontrado o município, quando o PS tinha saído, a involuir, - involuir é andar para trás -, e esse andar para trás tinha feito com que a CDU tivesse no primeiro mandato muitas dificuldades em gerir, porque não havia dinheiro, andava-se à procura e a “pedinchar” dinheiro para pagar aos trabalhadores, e tinha sido preciso fazer um contrato de reequilíbrio financeiro, e isso ainda na presente data estavam a pagar, acabava em 2023 ou 2024, essa dívida. Era importante dizer isso, já que o senhor Vereador tinha falado nos sucessos do Partido Socialista, tinham deixado a situação muito complicada. Não queria ir por ali, mas só tinha ido porque o senhor Vereador tinha ido.

Agradeceu também, a intervenção política que o senhor Vereador tinha feito, se fosse técnica não sabia como é que seria, na prática só tinha referido números e números, mas de qualquer maneira quis deixar duas notas breves, que tinha a ver com a receita.

A receita não era uma evolução natural, a receita resultava de uma intervenção estrutural, da gestão CDU, no território de Setúbal que tinha gerado condições de fazer essa receita. Setúbal precisava de uma receita muito mais elevada do que aquela, para se manter sustentável. Precisava de 120 milhões pelo menos, porque era uma capital de distrito, porque tinha necessidades objetivas de intervenção e de qualificação, portanto, precisava de uma receita muito maior, para poder responder às necessidades.

O problema não era só investir e fazer coisas, era mantê-las. Perguntou ao senhor Vereador se tinha alguma ideia de quanto é que tinha custado o Fórum? Tinha custado 5 milhões a construir, e quanto custava gerir?

Uma vez tinha falado com o senhor Vereador e ele queria fazer uma piscina. A piscina custava 1,5 ou 2 milhões para fazer e custava mais de meio milhão de manutenção anual e, o senhor tinha dito que afinal já não queria uma piscina, não tinha ideia nenhuma de quanto custava a manutenção e o uso de uma piscina.

Manter a cidade qualificada tinha um custo próprio. Portanto, quando o senhor dizia vamos manter, apesar da redução, o nível de receita de 2020 - logo estamos bem – não era exatamente bem assim, porque tinham que continuar a investir, e tinham que manter os investimentos que faziam, os edifícios, as ruas, as infraestruturas, tinham que as manter. Isso era muito dinheiro. Quanto mais qualificada, estava uma cidade, ou um município, mais exigente do ponto de vista financeiro era mantê-la qualificada. Se não tudo caía, tudo se degradava, tudo se estragava, tudo se sujava, tudo ficava pior.

Quando se pensava no dinheiro, não se podia pensar só em investimentos e fazer coisas, e fazer coisas, era manter aquilo que tinha sido feito, e mantê-lo com qualidade. As escolas com qualidade, os espaços culturais com qualidade, as ruas com qualidade, tudo com qualidade.

Depois tinha uma matéria que os senhores não aceitavam muito bem, mas era a vida. Tinham um atraso em infraestruturas por razões diversas. Tinham acabado de fazer, à dois ou três anos, infraestruturas que tinham sido feitas há 30 anos noutros municípios, e tinham vindo a fazê-las paulatinamente, porque há 30 anos, tinha havido milhares de milhões, para infraestruturas, sobretudo, saneamento básico, e outras estruturas daquele tipo, e nunca mais tinha havido isso, e nessa altura, Setúbal não se apetrechou, como todos os municípios à volta e toda a região de Lisboa. Então tinham vindo a fazer paulatinamente, aquilo que era

possível fazer, com os recursos próprios, com a renda das águas, etc., mas, nunca com aquele *élan* dos milhares de milhões dos anos 80 e 90, sobretudo 90. Esse é que era o grande problema que tinham em Setúbal. Tinham um *handicap*, um *gap* de intervenção e infraestruturas, em relação aos outros municípios que tinham de apanhar. Isso implicava que tivessem de fazer um esforço grande de receita, para poder investir. E investir nos dois sentidos, em qualificação, em dotação de mais infraestruturas, mais meios, mais equipamentos, mais escolas, mais espaços culturais mais ruas, mais tudo, e manter isso. Qualquer ideia de que as coisas estavam feitas e se aguentavam por si próprias era uma ideia profundamente errada.

Por outro lado, quando iam ver a questão da despesa, tinham um peso muito grande do pessoal. Pois era, era a situação de qualificação do pessoal. Eram os custos com pessoal, o aumento de pessoal, para gerir as coisas, para fazer as coisas. Os senhores não tinham a ideia exata, não sabiam, talvez por falha deles em termos informativos, mas tinham um trabalho de administração direta muito poderoso, e queriam aumentá-lo, porque faziam, por administração direta certo tipo de trabalhos, mais barato, mais barato 1, 2, 3, 4 e 5 vezes do que por empreitada, e então havia um custo pessoal acrescentado que depois era poupado em investimento, através da intervenção dos nossos recursos humanos.

Portanto, era importante, também, ter essa noção que havia ali uma carga de recursos humanos, que tinha a ver com aquela opção estratégica, de manter um elevado nível de intervenção de administração direta, que lhes permitia fazer mais barato, tão bem ou melhor do que o privado. Depois havia coisas que tinham que ser de empreitadas, não tinham capacidade, nem faria sentido, dotarem-se de meios e recursos para fazer isso.

Portanto, pensava que aquela questão do pessoal, era uma questão importante. Era importante perceber que havia uma estratégia de consolidação da capacidade que tinham de administração direta, e do valor que isso tinha em termos de resposta à comunidade, de uma forma rápida, célere e eficaz, junto das pessoas.

Outra questão tinha a ver com os empréstimos, a dívida, etc. Era evidente que ter dívida não era bom, mas não sabia, ali na sala, as pessoas que tinham comprado casa como tinham feito. Ele tinha feito um empréstimo. Comprou uma casa com um empréstimo a pagar a 25 anos, e era uma dívida grande, mas uma dívida sustentável com aquilo que ganhava. A questão do município era a mesma coisa. O Município podia e devia fazer empréstimos, para exercer as suas funções e dar resposta mais rápida e mais eficiente, às necessidades da população e aos fornecedores também, tinham empréstimos para pagar rapidamente aos fornecedores, e fazerem mecanismos financeiros para pagar rapidamente aos fornecedores, podia e devia fazer isso desde que fosse sustentável. O que tinham era uma dívida, com uma dimensão relativa, não demasiado grande para eles e sustentável. E isso fazia com que pudessem ir adiantando caminho em relação à capacidade financeira, era o normal, fazia parte da gestão financeira em qualquer parte do mundo, em qualquer município, e em qualquer instituição.

Deixou aquelas notas, porque não podiam falar de uma forma ligeira de devaneios, gastos financeiros, onde é que estavam os devaneios?

Tinham uma gestão financeira relativamente equilibrada, onde é que estavam os devaneios? Poderia ter-se uma opinião diferente de fazer “isto ou aquilo”, mas então os senhores vereadores que fossem percorrer o país inteiro para ver o que eram devaneios e desatinos.

Em Setúbal, por aquilo que era possível avaliar, e as contas estavam ali para mostrar tinham uma vida económica, não folgada, como alguns municípios que tinham dinheiro em banco, o dinheiro em banco, num município fazia-lhe uma grande confusão, achava que o dinheiro que entrava num município era para sair em obra pública, em resposta aos munícipes, não era para ficar em banco, e havia municípios que faziam isso, guardavam o dinheiro, faziam questão de ter dinheiro em banco. Eles não faziam isso, cada euro que entrava pediam mais um e faziam obra, e trabalhavam e trabalhavam e trabalhavam, e não paravam, era essa a forma de estar deles, e acreditava que tinha tido resultados no município, tinha sido reconhecida pelos munícipes, e tinha qualificado esse município a um nível sem precedentes, e não era por gestão natural, não era por obra do Espírito Santo, era mesmo pelo trabalho

intenso da CDU, dos trabalhadores daquela câmara, que eram absolutamente fantásticos no trabalho que faziam em função da comunidade, e era também do envolvimento de muitos munícipes do nosso concelho, e de todo o tecido económico do nosso concelho, dos trabalhadores daquele concelho, que construíam aquele concelho de uma forma diferente, de uma forma mais elevada e mais qualificada. Portanto, era isso que a prestação de contas, de certa forma procurava sustentar para poderem continuar a fazer esse trabalho de qualificação, e melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que tinha colocado uma questão relativamente a uma diferença de 12.600.000 euros em provisões e gostaria de ter uma resposta por parte do executivo.

**Sr. Presidente** – Pediu à Dra. Sílvia Barbeiro para dar uma explicação sobre a questão colocada.

**Dra. Sílvia Barbeiro** – Disse que no ano anterior, nessa conta de provisões tinham ido uma parte das rendas das Águas do Sado, do valor que achavam que a Câmara tinha de receber, tinha ido para ali, indevidamente. Portanto, no corrente ano tinham corrigido e tiraram dali para as imparidades, para a conta de imparidades no ativo.

**Sr. Joel Marques** – Disse que talvez a Dra. Sílvia Barbeiro também pudesse esclarecer a próxima questão que ia colocar.  
Colocando o valor em imparidades estavam a assumir que era um valor incobrável? Ou que andaria perto disso.

**Sr. Presidente** – Disse que eram decisões técnicas, que achava que tinham de respeitar relativamente ao andamento daqueles processos. Eles estavam a correr, como o senhor Vereador sabia, e, portanto, iam vendo o que é que ia acontecer.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido rejeitada, por maioria e em minuta, com 6 votos contra, 4 do PS e 2 do PPD/PSD, e 5 votos a favor, da CDU.

O senhor Vereador Paulo Calado fez a seguinte declaração de voto:

*“É só para fazer declaração de voto remetendo para a declaração que fiz durante a discussão da proposta (conforme documento anexo registado sobre o n.º 147):*

*“A execução orçamental do ano 2021 ficou muito aquém do Orçamento apresentado e votado.*

*Nas receitas temos uma execução que não vai além de 70% e nas despesas de 68%.*

*Onde essa execução foi mais bem-sucedida foi na receita corrente, destacando-se nesta, as receitas com impostos diretos em que foram arrecadados mais de 4 milhões de euros, grande parte na base das receitas de IMT.*

*Também na despesa verifica-se fraca execução, onde o maior crescimento é na componente despesa com pessoal com um crescimento de 4%, relativamente ao ano de 2020, passando estas despesas a ser 32% do total da despesa e os encargos financeiros 11%, no montante de 12 milhões de euros.*

*O endividamento municipal cresceu cerca de 4,5 milhões devido aos contratos de locação financeira, para suportar em grande parte a aquisição do IMA Park.*

*O serviço da dívida foi incrementado com mais 11% de juros.*

*Pelo que, os empréstimos de médio e longo prazo e os contratos de locação financeira são responsáveis por cerca de 42% do passivo.*

*Apesar da lei dos compromissos ter sido cumprida, no limite, havia pagamentos em atraso, no montante de cerca de 3,5 milhões de euros, a 31/12/2021, sendo que a rubrica correspondente a fornecedores foi de cerca de 13,2 milhões de euros.*

*Atenta Demonstração dos Fluxos de Caixa verifica-se que o valor gerado na atividade operacional gerou um valor de 14,3 milhões de euros, que acaba por ser consumido pelo investimento, no montante de 15,8 milhões de euros e em fluxos de financiamento de 3.238.364.*

*De realçar ainda que o valor provisionado para processos judiciais em curso cerca de 3,7 milhões de euros.*

*Pelo que, a atividade da Câmara esmaga os contribuintes com impostos e taxas, necessitando a mesma de recorrer a empréstimos para fazer face a investimentos não reprodutivos como a aquisição do IMA Park.*

*Assim, consideramos que a prestação de contas revela o falhanço da execução orçamental, com forte investimento em ano eleitoral!*

*Sem prejuízo, é de realçar que foi entregue no início da reunião uma designada “Errata”, que alterou em muito o conteúdo da própria prestação de contas, bem como o Parecer sobre as Contas elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, que tem reservas substanciais às contas, o qual muito provavelmente não teve sequer acesso à referida “Errata”.*

*Por todo o exposto, os vereadores eleitos pelo PSD não poderiam deixar de fazer uma censura negativa e de votar contra a referida proposta de Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao exercício de 2021”.*

O senhor Vereador Joel Marques fez a seguinte declaração de voto:

*“Também para fazer declaração de voto, remetendo para aquilo que foi a intervenção que fizemos, no decorrer na discussão, mas apresentaremos o documento da declaração de voto por escrito para que possa ser junto à ata (conforme documento anexo registado sobre o n.º 148):*

*“O ano de 2020 ficará indelevelmente marcado na História pela pandemia de COVID-19 e pelos constrangimentos sanitários, sociais e económicos que esta acarretou. Mas se 2020 foi um ano de medo e contenção, 2021 trouxe-nos a retoma económica e a readaptação das nossas vidas a uma nova normalidade que se quer cada vez mais próxima da antiga.*

*A análise da Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao exercício de 2021 é, desde logo, condicionada pelo draft da certificação legal de contas, que nos remete para um conjunto de reservas identificadas pelos auditores. Se, por um lado, o draft apresentado reflete preocupações com procedimentos às quais não podemos deixar de nos associar, por outro, a entrega deste documento apenas no início da Reunião de Câmara torna complexa a sua correta avaliação.*

*Do ponto de vista meramente contabilístico, 2021 foi um ano de particular sucesso no que concerne à arrecadação de receita por parte da Câmara Municipal de Setúbal. Pesem embora algumas excecionalidades, como o recebimento de quase 4M€ pela renda base do contrato de concessão de estacionamento tarifado, o Município logrou arrecadar quase 103M€, com uma taxa de execução de 70% do orçamento de receita, o que compara com 94,5M€ e uma execução 67% em 2020.*

*Os impostos diretos tiveram um crescimento de quase 4M€, tendo passado de uma receita de 41,8M€ em 2020 para 45,8M€ em 2021. Se contabilizarmos também a participação variável no IRS, que cresceu de 7,6M€ para 8,2M€, verificamos que a receita de origem puramente fiscal aumentou 4,6M€ entre 2020 e 2021. Cai, assim, por terra a retórica de que a redução da receita fiscal por via da redução da taxa de IMI e da participação variável no IRS, aprovada por proposta do Partido Socialista e cujo impacto global se estima em perto de 3,8M€, impede a concretização de investimentos, o apoio ao movimento cultural e associativo, ou o apoio social. Fica provado que é possível baixar impostos sem comprometer o nível de receita; fica provado que há margem para continuar a trilhar o caminho da redução da carga fiscal ao longo do mandato, reduzindo o IMI até à taxa mínima e a participação variável no IRS até 3% no decorrer dos próximos 3 anos.*

*Pese embora a elevada taxa de execução da receita, é fundamental que o Município seja cada vez mais criterioso na tomada de decisão no que respeita à despesa. Em 2021, a Câmara Municipal de Setúbal aumentou os compromissos assumidos para exercícios futuros*

em 9%, num movimento que tem vindo em crescendo ao longo dos últimos anos. Também as dívidas a fornecedores aumentaram, totalizando (entre passivo corrente e não corrente) mais 4M€ do que em 2020. Este valor representa um acréscimo de 25% de dívidas a fornecedores face a 2020. Acresce que quase todo o aumento é feito por via do reconhecimento da cedência de créditos por parte de fornecedores a empresas de factoring, o que resulta da dilação de pagamentos e se traduz em encargos suplementares quer para os fornecedores, quer para o Município. Sendo certo que o último ano de mandato pode propiciar devaneios de gestão, não é menos verdade que apenas  $\frac{3}{4}$  deste exercício poderão ser imputados à anterior Presidente. O período restante é da responsabilidade exclusiva do atual executivo, pese embora a sua composição seja largamente coincidente com a do executivo anterior.

Impõe-se, pois, uma alteração ao atual modelo de gestão. Urge reduzir o passivo e aumentar o investimento reprodutivo, por contrapartida da necessária redução de despesas sem utilidade prática. Não é moral nem politicamente aceitável que um ano de excepcional capacidade de arrecadação de receita seja também um ano de excepcional aumento de dívidas a fornecedores, asfixiando a tesouraria de muitas pequenas empresas que têm no Município o seu maior cliente e, simultaneamente, o seu principal devedor. Não é aceitável que os compromissos assumidos para os exercícios seguintes cresçam quase 36% em dois anos, sem que tal se reflita em investimento reprodutivo ou socialmente relevante. Não é aceitável a prossecução de uma política de botox que inaugura estaleiros de obra, mas que deixa obras por pagar.

Face ao exposto, os Vereadores do Partido Socialista votaram contra a proposta de prestação de contas e relatório de gestão relativos ao exercício de 2021”.

#### **115. Deliberação n.º 1423/2022 – Proposta n.º 1075/2022 – DAF/DICONT – 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 3.ª ao Orçamento da Despesa, 2.ª Alteração do Plano de Atividades Municipais e 2.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 149 a 153, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

#### **116. Deliberação n.º 1424/2022 – Proposta n.º 1076/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Supera Setúbal Unipessoal, Lda. – Hipoteca do Direito de Concessão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 154 a 161.

**Sr. Presidente** – Disse que aquela proposta ia ali pela segunda vez, relativamente a um pedido de hipoteca do direito de concessão apresentado pela empresa Supera Setúbal Unipessoal Lda.

Os senhores vereadores tinham conhecimento daquela proposta, tinha sido retirada, pensava que na última reunião de câmara, porque era necessário vir acompanhada de um parecer jurídico, na altura estavam as partes mais significativas incluídas no próprio texto da proposta, mas os senhores vereadores tinham entendido que deveria vir o parecer jurídico.

O parecer jurídico foi junto, e no essencial havia que dizer que aquele pedido da empresa, em Setúbal, já tinha acontecido de forma idêntica num investimento que a empresa tinha feito em Lisboa, e que tinha sido concedida aquela autorização.

O que se tratava era da hipoteca do direito da concessão da utilização do bem público, e não do bem público em si mesmo, ou seja, tratava-se do contrato de concessão.

Resumidamente, no parecer jurídico que estava anexo, o que dizia era que na possibilidade da empresa fazer aquela hipoteca do direito da concessão, que se mantinham os termos, e o quadro contratualizado com a empresa, e que, portanto, o seu não cumprimento, naturalmente que levava, nos termos da lei à reversão do bem e, portanto, à gestão pela Câmara Municipal a partir dessa situação, daquele bem.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que na primeira reunião em que aquela proposta tinha sido apresentada tinham sido colocadas, por parte da bancada do Partido Socialista, duas questões. Uma de ordem jurídica, suportada pelo parecer jurídico apresentado, e outra maturidade da hipoteca, para a qual não tinham recebido resposta. Porque haviam diferenças, risco entre ter uma concessão, ou qualquer outro bem ou direito hipotecado por um período de um, dois ou três anos ou ter pelos 40 anos ou pelos 39 que faltavam da totalidade da concessão.

A verdade era que a possibilidade legal de hipotecar a concessão, encerrava em si mesma duas visões distintas daquilo que devia ser um serviço público. Uma visão que defendia que aquele podia ser concessionado e onerado livremente, enfim, a legislação previa, e outra que aceitava a concessão, mas que entendia que a sua oneração colocava em risco a prestação do serviço público.

A visão que os vereadores do Partido Socialista defendiam era precisamente a de salvaguarda da concessão, sem que essa fosse de qualquer forma onerada. Uma hipoteca sobre concessão acarretava um risco, que era um risco que consideravam desnecessário, de quebra de prestação num serviço público, que tinha um elevado valor social. Em caso de incumprimento por parte Supera Setúbal, junto dos seus credores, a execução de hipoteca poderia conduzir à resolução do contrato de concessão, o que não garantia a continuidade da prestação do serviço público.

Eles entendiam que essa continuidade deveria ser defendida a todo o custo. Por isso, a concessão tinha uma duração de 40 anos, e não um período mais curto, até porque permitia durante esse período, a rentabilização do investimento feito.

Por outro lado, consideravam também, que a solvabilidade do concessionário teria sido devidamente validada pelo município, pelo menos acreditavam que assim tivesse sido, antes da assinatura da concessão por 40 anos, quer a solvabilidade do concessionário original que era o Supera Areeiro, quer a solvabilidade do concessionário a quem tinha sido cedida a posição contratual, que era o Supera Setúbal. Portanto, tendo tudo isso em consideração e, estando cientes daquilo que foram as diligências, certamente tomadas pelo município, na garantia da solvabilidade do concessionário para garantir a manutenção da concessão, durante 40 anos, sem que disso, dependesse qualquer oneração para essa mesma concessão, sabendo que essa oneração dependeria sempre de uma aprovação, por todo o executivo, os vereadores do Partido Socialista votariam contra esta proposta.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que eles também, pensava que não tinha sido na última, tinha sido na penúltima reunião, tinham exigido que aquela proposta viesse acompanhada de um parecer jurídico, ou seja, da fundamentação que permitia propor aquilo que era ali, naquele momento, objeto de votação, que era a hipoteca de um direito de concessão, e à luz do parecer jurídico, que lhes tinha sido apresentado e que estava junto ao processo, pensava que ficavam mais tranquilos, quanto àquilo que era proposto. Pensava que era uma boa prática, o que se tinha feito, que era fundamentar melhor as propostas, que eram apresentadas, nomeadamente, quando haviam dúvidas, ou propostas que não eram muito comuns, ou habituais, virem àquelas reuniões da câmara. No entanto, iriam abster-se naquela proposta, uma vez que não queriam obstaculizar àquilo que era a atividade do mundo empresarial, e era essa a filosofia do Partido Social Democrata. Só tinha levantado a questão jurídica, porque queriam ter a certeza de que estavam respaldados pela lei, e que poderiam, de facto, aprovar, nem que fosse através da abstenção, viabilizar aquela proposta, mas

sempre no pressuposto de que, e isso era importante que ficasse em ata, que devia ser acautelada a compatibilidade daquela operação, com o normal desenvolvimento das atividades concedidas, nos termos do artigo 419.º, n.º 3 do Código dos Contratos Públicos, tendo isso como pressuposto, nada mais tinham a dizer.

**Sr. Presidente** – Disse que o que tinha referido, relativamente ao parecer jurídico era bem claro. Aquela situação estava prevista na lei e, portanto, o que para eles poderia ser um obstáculo, era se de facto, com aquela hipoteca, do direito da concessão, a um terceiro, que houvesse complicação para os para a prestação do serviço público. Como estava expresso, no parecer jurídico, que não se cumprindo aquilo que era o contrato, que o contrato podia reverter diretamente para o município a gestão daquele equipamento, portanto, naturalmente que respeitavam o enquadramento legal e, por isso, votariam favoravelmente aquela proposta.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, 4 votos contra, do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

**117. Deliberação n.º 1425/2022 – Proposta n.º 02/2022 – DCTUR/DITUR – Renovação de protocolo e de atribuição de apoio financeiro para o projeto na área do Turismo Acessível nas praias de Albarquel e Figueirinha – Projeto “Praias de Setúbal para Todos”**

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 162 e 163, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**118. Deliberação n.º 1426/2022 – Proposta n.º 37/2022 – DCDJ/DISOC – Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal e a Cáritas Diocesana de Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 164 e 165, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**119. Deliberação n.º 1427/2022 – Proposta n.º 38/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação de Setúbal de Dança Desportiva (ASDD)**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 166 a 169, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**120. Deliberação n.º 1428/2022 – Proposta n.º 39/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Setúbal Voz**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 170 a 173.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que os vereadores do Partido Socialista iriam acompanhar aquela proposta, votando favoravelmente, tal como tinham feito nas propostas anteriores. Os vereadores do Partido Socialista tinham acompanhado o excelente trabalho desenvolvido, pela Associação Setúbal Voz, e aproveitavam para saudar nas pessoas da sua Presidente Manuela Palma Rodrigues e do Maestro Jorge Salgueiro, ali presentes, o excelente trabalho que tinham vindo a desenvolver, contribuindo para a participação da nossa cultura e fazendo ainda mais e melhor.

Recordavam que, para além daquele apoio, era preciso, e isso tinha sido um compromisso assumido pelo senhor Presidente, reforçar aquelas associações, aquelas instituições das devidas instalações. Instalações condignas para que pudessem desenvolver a sua atividade. Acompanhavam, obviamente aquele apoio, mas também a preocupação por aquela ser uma das associações que ainda necessitava de ter instalações próprias para continuar a desempenhar ainda mais e melhor a sua atividade.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**121. Deliberação n.º 1429/2022 – Proposta n.º 238/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de obras de edificação e obras de demolição em área não abrangida por operação de loteamento urbano**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 174.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que do ponto 121 ao ponto 150, da deliberação 1429/2022 à deliberação 1458/2022, do ponto de vista deles, já as tinham analisado e não havia nenhuma questão a colocar, iam votá-las na mesma forma. Sugeriu que as votassem em bloco, se assim concordassem.

**Sr. Presidente** – Questionou os senhores vereadores do Partido Socialista se estavam de acordo sobre aquela questão.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Propôs que a deliberação 1455/2022 fosse apresentada.

**Sr. Presidente** – Disse que passariam à apresentação dessa proposta.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**122. Deliberação n.º 1430/2022 – Proposta n.º 239/2022 – DURB/DIGU – Licença para legalização de alterações de fachada da fração autónoma G do prédio em P.H.**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 175, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**123. Deliberação n.º 1431/2022 – Proposta n.º 240/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria e concessão da autorização de utilização**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 176 e 177, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**124. Deliberação n.º 1432/2022 – Proposta n.º 241/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 178, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**125. Deliberação n.º 1433/2022 – Proposta n.º 242/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura e concessão da licença, com dispensa de emissão de alvará de construção, por se tratar de uma legalização**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 179, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**126. Deliberação n.º 1434/2022 – Proposta n.º 243/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura e concessão da licença, com dispensa de emissão de alvará de construção, por se tratar de uma legalização**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 180, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**127. Deliberação n.º 1435/2022 – Proposta n.º 244/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 181, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**128. Deliberação n.º 1436/2022 – Proposta n.º 245/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de alteração e ampliação de moradia e construção de pérgula destinada a abrigo automóvel**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 182, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**129. Deliberação n.º 1437/2022 – Proposta n.º 246/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção para obras de alteração de edifício de habitação**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 183, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**130. Deliberação n.º 1438/2022 – Proposta n.º 247/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura – obras de construção**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 184, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**131. Deliberação n.º 1439/2022 – Proposta n.º 248/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de vedação e portões**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 185, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**132. Deliberação n.º 1440/2022 – Proposta n.º 249/2022 – DURB/DIGU –  
Aprovação de projeto de arquitetura de instalação de painéis fotovoltaicos  
em cobertura**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 186, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**133. Deliberação n.º 1441/2022 – Proposta n.º 250/2022 – DURB/DIGU –  
Concessão da licença de construção**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 187, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**134. Deliberação n.º 1442/2022 – Proposta n.º 251/2022 – DURB/DIGU –  
Legalização de moradia e concessão da licença de construção para  
alteração de muro de vedação confinante com a via pública**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 188, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**135. Deliberação n.º 1443/2022 – Proposta n.º 252/2022 – DURB/DIGU –  
Aprovação do projeto de arquitetura – obras de alteração e construção de  
uma piscina**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 189, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**136. Deliberação n.º 1444/2022 – Proposta n.º 253/2022 – DURB/DIGU –  
Aprovação do projeto de arquitetura – obras de alteração**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 190, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**137. Deliberação n.º 1445/2022 – Proposta n.º 254/2022 – DURB/DIGU –  
Aprovação do projeto de arquitetura e faseamento das obras de edificação:  
construção de duas edificações e piscina**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 191, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**138. Deliberação n.º 1446/2022 – Proposta n.º 255/2022 – DURB/DIGU –  
Aprovação do projeto de arquitetura: Obras de reconstrução e alteração  
em área abrangida por servidão administrativa**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 192, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**139. Deliberação n.º 1447/2022 – Proposta n.º 256/2022 – DURB/DIGU –  
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de moradia**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 193, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**140. Deliberação n.º 1448/2022 – Proposta n.º 257/2022 – DURB/DIGU –  
Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio,  
introduzidas no decorrer da obra**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 194, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150

**141. Deliberação n.º 1449/2022 – Proposta n.º 258/2022 – DURB/DIGU –  
Caducidade do procedimento e concessão da licença especial para obras  
inacabadas**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 195, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**142. Deliberação n.º 1450/2022 – Proposta n.º 259/2022 – DURB/DIGU –  
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de moradia**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 196, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**143. Deliberação n.º 1451/2022 – Proposta n.º 260/2022 – DURB/DIGU –  
Homologação do auto de vistoria realizado ao abrigo do art.º 90.º do RJUE**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 197 e 198, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**144. Deliberação n.º 1452/2022 – Proposta n.º 261/2022 – DURB/GAPRU –  
Concessão da licença de construção de reconstrução, alteração de edifício  
habitacional**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 199, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**145. Deliberação n.º 1453/2022 – Proposta n.º 262/2022 – DURB/GAPRU –  
Caducidade do alvará de construção n.º 94/20**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 200, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**146. Deliberação n.º 1454/2022 – Proposta n.º 263/2022 – DURB/GAPRU –  
Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração e ampliação**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 201, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**147. Deliberação n.º 1455/2022 – Proposta n.º 264/2022 – DURB/DIMOT – Acordo  
de mutação dominial da estrada EN10-4 entre o km 15,255 e o km 21,072**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 202 e 203.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que tinha feito questão de fazer a apresentação daquela proposta porque estava em causa um investimento considerável na Estrada Nacional 10-4, como estava referido na proposta, era o importante acesso ao Porto de Setúbal e à área Industrial da Mitrena, e mais uma vez, como estava expresso na proposta, e já tinha sido argumentado da primeira vez que tinha trazido a proposta do acordo, a Câmara estava a assumir a execução de uma obra que cabia ao governo central, naquele caso caberia ao IP a concretização daquela obra, aliás, as obras só podiam ser desclassificadas e feita a transferência de dominialidade, garantindo a execução das intervenções. Naquele caso, a intervenção à presente data tinha um custo de 3.000.300 euros, sabiam que expectavelmente aquela intervenção ia subir e, portanto, assumindo esse acordo resultava para a Câmara, um investimento de imediato na ordem dos 600 milhões de euros. Para além disso, a Câmara assumia, tal como já tinha assumido em outras situações, os custos, não quantificáveis, relativamente aos procedimentos burocráticos de lançamento da empreitada, e do concurso para a concretização daquela intervenção. Portanto, pensava que pela diferença que tinha relativamente a todas as outras propostas, não descurando a relevância das mesmas, pensava que merecia uma apresentação, específica da mesma.

**Sr. Presidente** – Disse que queria deixar bem claro que só aceitavam aquele acordo de mutação dominial, porque se não o fizessem, provavelmente, iriam perder os 2 milhões de euros do PRR, que tinham sido afetos àquele projeto.

Aquilo era, mais uma vez, a Câmara Municipal a substituir-se à administração central.

Todos os que eram dali, que viviam ali, que tinham conhecimento daquela realidade, sabiam que aquela estrada era utilizada fundamentalmente para o desenvolvimento económico do país, ou seja, situavam-se ali e isso ia aumentar, com aquele investimento que estava previsto, e que já tinha sido referenciado, situavam-se ali as maiores empresas do nosso país. Portanto, deveria ser garantido o acesso àquele complexo industrial, naturalmente por estradas, por via rodoviária, com as condições para circular ali os camiões todos os dias.

Há uns dias, numa reunião que tinham tido ali com as empresas, um responsável da empresa da Navigator, tinha-lhes dito que presentemente circulavam por dia 400 camiões, só para aquela empresa, e que a tendência era para aumentar. Isso significava que se tratava de uma estrada de interesse nacional, não era uma estrada de interesse municipal. Mas em função disso, e porque o que estava em causa era a fixação, era a garantia de melhores condições de atividade naquela área industrial e, estando em risco essa possibilidade de até perderem os 2 milhões de euros, e continuar a estrada a degradar-se, já se encontrava num estado avançado de degradação, naturalmente que a Câmara Municipal de uma forma responsável assumia esse compromisso. A diferença que ali estava era na ordem dos 600 mil euros, relativamente ao projeto, como bem sabiam, o custo do preço dos materiais, quando fosse aberto o concurso, avançaria para cerca de 1 milhão e meio de diferença, que a Câmara Municipal iria ter de suportar. Era isso que estava em causa.

Era importante que ficasse ali declarado que a câmara só aceitava aquilo porque, de facto, a aquela estrada estava num processo avançado de degradação, porque as empresas tinham pago o projeto, porque lhes tinha sido garantido que havia um financiamento para aquela obra, e depois, numa primeira fase dizer que havia 2 milhões de euros por parte das Infraestruturas de Portugal, ter sido retirado os 2 milhões de euros, porque tinham dito que os 2 milhões vinham do PRR, quando tinham pedido, ao senhor Secretário de Estado para que visse, para além do investimento do IP de 2 milhões de euros, se havia uma outra contrapartida financeira, um complemento financeiro, da parte do PRR, para fazer face ao investimento que ali estava em causa. O senhor Secretário de Estado, nem sequer viabilizou esse primeiro acordo, e agora tinham sido confrontados com aquela situação. Tinha sido necessário pedir reuniões às Infraestruturas de Portugal, e colocar a questão de que só estariam disponíveis para assinar aquele acordo se as Infraestruturas de Portugal se comprometessem financeiramente com aquela obra. Aquilo que lhes tinha sido dito tinha sido que não poderiam ir além dos 732 milhões de euros, achava que era isso.

O que estava ali em causa era que, quando fosse lançado o concurso, a Câmara Municipal iria ter, quase a certeza, de suportar um valor próximo de um milhão e quinhentos mil euros, por uma estrada que era do interesse municipal, era do interesse do nosso município, mas era fundamentalmente do interesse nacional, e em que o Governo, os institutos públicos, deveriam assumir essa responsabilidade.

Mais uma vez, como tem acontecido, como tinha acontecido na criação do Centro de Saúde em Azeitão, mais uma vez, a Câmara Municipal ia assumir responsabilidades que não eram suas, mas que valia a pena continuar aquele caminho da defesa dos interesses de Setúbal e dos setubalenses.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**148. Deliberação n.º 1456/2022 – Proposta n.º 265/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 204, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**149. Deliberação n.º 1457/2022 – Proposta n.º 266/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 205, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme referido no ponto 150.

**150. Deliberação n.º 1458/2022 – Proposta n.º 267/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar, abrigo automóvel, piscina e muro de vedação**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 206, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Uma vez que, com o acordo de todas as bancadas, faltava ainda aprovar as propostas do ponto 121 ao ponto 150, com exceção do ponto 147, o senhor Presidente colocou as mesmas à aprovação, tendo sido aprovadas por unanimidade e em minuta.

**151. Deliberação n.º 1459/2022 – Proposta n.º 1/2022 – GAVPS/GAVPSD – Aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude no Município de Setúbal**

A Sra. Vereadora Sónia Martins leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 207 e 208.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que aquela era uma proposta conjunta da bancada do PSD com a bancada do PS, no seguimento da reunião da câmara do passado dia 16 de março de 2022, onde tinham aprovado a criação do Conselho Municipal da Juventude, no Município de Setúbal. Os regulamentos que ambas as bancadas traziam eram muito semelhantes e, portanto, conversaram e chegaram a um consenso entre as 2 bancadas, e traziam, naquele dia, a apresentação de um regulamento único. O que queriam, o que pretendiam, naquela reunião, era aprovar o Regulamento do Conselho Municipal, e consequentemente enviá-lo à Assembleia Municipal. E passou a palavra à bancada do Partido Socialista, caso quisessem acrescentar alguma coisa.

**Sra. Vereadora Ana Vitorino** – Disse que não tinham muito mais a acrescentar ao que a senhora vereadora do PSD tinha referido. Aquela era uma proposta conjunta, sendo que tinham chegado à consensualização de que o Conselho Municipal da Juventude era algo necessário para o nosso município e para os jovens do nosso município. Sendo um órgão extremamente importante, não só de consulta para propostas e projetos que tinha em conta as realidades dos jovens, mas também era uma importante ferramenta de incentivo à participação cívica e aproximação do poder local à comunidade.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que se impunha que sobre aquela proposta se fizesse referência que tinha havido, da parte da bancada do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, disponibilidade para fazer uma abordagem, no sentido de tentar encontrar algumas convergências que, entretanto, à luz de uma análise jurídica aprofundada não tinha sido possível convergir. De qualquer modo, saudou a disponibilidade quer da parte da Vereadora Ana Vitorino, que tinha tido oportunidade de reunir com eles, quer também da parte da Vereadora Sónia Martins, que posteriormente, através do contacto, também tinham conversado.

Iriam remeter para uma declaração de voto a posição deles, sobre aquela matéria sem prejuízo de deixar registado que o entendimento que a bancada da CDU tinha sobre aquela matéria era claro, mantinham e consideravam que, de facto, sem prejuízo daquilo que estava inscrito na legislação, no que dizia respeito ao Conselho Municipal de Juventude, ficava aquém daquilo que eram as objetivas e reais necessidades das organizações juvenis. Entendiam que era tempo e era momento, e continuavam a defender que era urgente que se revisse a legislação, no que dizia respeito à constituição dos Conselhos Municipais de Juventude, por via a poder considerar os demais organismos, organizações, associações que sem prejuízo daquilo que a própria legislação, naquele momento já considerava, não permitia uma participação efetiva e formal dessas mesmas instituições, mas de qualquer modo, estavam como não poderia deixar de ser, em respeito àquilo que seria a decisão e o respeito pela lei e, portanto, era esta a questão que também queriam deixar claro, relativamente às propostas, mas, do ponto de vista da declaração de voto, depois diriam mais uma coisa.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 6 votos a favor, 4 do PS e 2 do PPD/PSD e 6 abstenções, da CDU.

O Sr. Vereador Pedro Pina fez a seguinte declaração de voto:

*“Os eleitos da CDU, na Câmara Municipal de Setúbal, face à proposta apresentada ponto 151 da ordem de trabalhos desta reunião da Câmara Municipal do dia 20 de abril de 2022, consideram que face ao descrito na proposta de regulamento do Conselho Municipal de Juventude agora apresentado somente, aceita a inscrição e o registo nacional do associativismo jovem, ou seja, da RNAJ. Poderão participar neste concelho, de uma forma efetiva e objetivamente participada, com direito a voto, sendo todas as outras consideradas observadoras, portanto, sem direito a voto.*”

*Ponto 2 - Tal facto, cria constrangimentos, nomeadamente na participação de algumas associações juvenis, no caso de Setúbal a sua maioria, e grupos de carácter informal do nosso concelho, que desenvolvem projetos com ações concretas para a juventude.*

*Ponto 3 - Considerando que existe no nosso concelho um Fórum Municipal de Juventude, estrutura mais abrangente no que concerne às associações de carácter juvenil, formais, e não formais, dando assim oportunidade a todos os grupos de participar, integrar, desenvolver, e discutirem as políticas, e projetos relacionados com a juventude do nosso concelho.*

*Ponto 4 - A participação juvenil está muito para além dos conselhos municipais, temos todos a responsabilidade enquanto eleitos desta autarquia de encontrar estratégias que visem uma aproximação da vida pública, da vida cívica, da vida social, de todos os jovens do nosso concelho, que não se podem escutar em modelos que, em nosso entender, estão passados naquilo que é a sua condição.*

*Assim e considerando o exposto anteriormente, a bancada da CDU não pode acompanhar favoravelmente a proposta apresentada, não deixando de assumir as responsabilidades que decorrem da lei, e no que diz respeito à legislação ao Conselho Municipal de Juventude”.*

### **152. Deliberação n.º 1460/2022 – Proposta n.º 10/2022 – DRH/DIGAT – Designação de chefe de equipa multidisciplinar**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 209.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que se tinham passado 5 horas desde que tinha começado aquela reunião, havia crianças no público, e da parte deles não tinham nada a acrescentar, relativamente às propostas da senhora Vice-Presidente, e se todos concordassem estavam dispostos a votá-las em bloco.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que da sua parte não havia nenhum inconveniente.

**Sr. Presidente** – Questionou se estavam todos de acordo que se votassem aquelas propostas em bloco, as propostas das deliberações 1460/2022, 1461/2022, 1462/2022 e 1463/2022.

O Sr. Presidente colocou à votação as propostas do ponto 152 ao ponto 155 da ordem de trabalhos, tendo as mesmas sido aprovadas, por unanimidade e em minuta.

### **153. Deliberação n.º 1461/2022 – Proposta n.º 11/2022 – DRH/DIGAT – Designação de chefe de equipa multidisciplinar**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 210.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade conforme referido no ponto 152.

### **154. Deliberação n.º 1462/2022 – Proposta n.º 06/2022 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído – DASU/GAGIP – Março de 2022**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 211.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade conforme referido no ponto 152.

**155. Deliberação n.º 1463/2022 – Proposta n.º 12/2022 – DEB/DIGEPE – Protocolo de colaboração no âmbito da componente de apoio à família no 1.º ciclo do Ensino Básico na Escola Básica de Vila Nogueira de Azeitão**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 212 e 213.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade conforme referido no ponto 152.

**C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Sr. Jorge Salgueiro** – Disse que era o diretor artístico da Associação Setúbal Voz, instituição com 3 estruturas em atividade permanente. O Coro Setúbal Voz, o Ateliê de Ópera de Setúbal e a Companhia de Ópera de Setúbal. Começou por sublinhar que a Associação Setúbal Voz, só era o que era, graças ao apoio reiterado do Município de Setúbal, quer no que dizia respeito aos valores estabelecidos em protocolo, quer no apoio logístico, quer no apoio a nível de instalações. Eram reconhecidos e gratos.

A 21 de março, escreveu uma carta para todos, enviada por e-mail. Continha os relatórios de atividade da Associação Setúbal Voz de 2020 e 2021. Alguns esclarecimentos relativos às atividades desenvolvidas na associação, e parte da sua visão, sobre o papel das Artes e da Cultura na cidade de Setúbal. Tinha acompanhado as reuniões públicas da Câmara Municipal de Setúbal, via *youtube*, e disse que não menosprezava nenhum dos assuntos que ali tinham sido trazidos. Não podia, no entanto, deixar de notar o caráter imediatista de todos aqueles apoios de mil, cinco mil, dez mil e quinze mil euros. Um apoio, como o que a Associação Setúbal Voz recebia, no valor de 12 mil euros, não chegava para assumir um funcionário, com um ordenado mínimo que, como sabiam custava treze mil quinhentos e sessenta e cinco euros anuais, entre vencimentos, Segurança Social e outras taxas obrigatórias.

Para se ter uma noção de grandeza, 12 mil euros, era aquilo que alguns municípios iam pagar para a Associação Setúbal Voz fazer uma récita única, da sua produção da Ópera Carmen, ou seja, aquilo que lhes era dado por um ano de atividade com 70 pessoas da cidade, 9 profissionais e cerca de 20 espetáculos por ano.

Compreendia, também, que a Câmara Municipal de Setúbal não era das mais ricas, e tinha consciência que a situação económica global era desfavorável. No entanto, estava ao alcance de todos pensarem, e delinearem uma estratégia clara, para a política de apoio às artes e à cultura na cidade.

Não era possível acorrer a todos os apoios necessários e solicitados e, por isso, era necessária uma política cultural, que pressupunha a tomada de posição, sobre aquilo que era a linha orientadora da Administração Pública, para cada um dos setores das nossas vidas. Se os recursos fossem infinitos, não precisávamos de políticos, e era por isso que a nobilíssima função deles era tão importante, e por isso delegavam neles essa responsabilidade, através do voto.

Considerava, de extrema importância identificar as instituições que eram estruturantes, para as artes e cultura da cidade, e estabelecer com essas instituições um apoio de médio prazo, que não devia ser inferior a 4 anos. Naturalmente, deveriam ser sujeitos a relatórios, e avaliações anuais, mas se queriam realmente, modernizar, transformar mentalidades, criar



inteligência, estimular a criatividade, a inovação, mudar a imagem da cidade, então tinham que ter apostas claras de médio, longo prazo.

Aqueles apoios anuais, com aquela ordem de valores, transformava-os a todos em eternos pedintes, para algo que, afinal, eram bens e necessidades comuns, o desenvolvimento e a felicidade.

Um dos aspetos que considerava fundamental era fazer a diferença entre cultura e arte.

De uma forma simplista a cultura era tudo aquilo que os distinguiu como grupo, fosse um bairro, cidade ou país. A forma como se vestiam, comiam, falavam, a forma como pensavam, os seus valores, a produção artística do passado e do presente, o património material e imaterial.

A arte relacionava-se, essencialmente, com o futuro, a partir do conhecimento do passado, e da ação no presente. A arte era transformadora, construía as cidades do futuro, moldava o pensamento do futuro. Era por isso, que era preciso um tecido artístico forte, diversificado, profissional, especializado, autónomo e livre.

Setúbal tinha poucos recursos humanos na área artística e os equipamentos eram escassos. O único espaço onde podiam desenvolver espetáculos profissionais era no Fórum.

Sentia que a mensagem que das reuniões tinha imanado, não era inspiradora, nem para os profissionais das artes, nem para os jovens setubalenses que estudavam dança, música, pintura, teatro ou cinema.

Precisavam de projetos de médio e longo prazo, verdadeiramente apoiados com verbas de peso. Precisavam sonhar e lutar em conjunto por esses sonhos.

Reparassem nas condições em que trabalham algumas das mais importantes instituições artísticas ou de educação artística da cidade. O Conservatório Regional de Música, o Teatro Estúdio Fontenova, a Academia de Dança Contemporânea, a Associação Setúbal Voz, etc. Nenhum deles conseguia fazer programação própria, não conseguiam ter um mínimo de autonomia. A cidade tinha apenas um teatro para produções profissionais, comparece com Lisboa onde tinham o CCB, a Culturgest, o Teatro Nacional Dona Maria II, o Teatro Nacional São Carlos, o São Luiz, o Trindade, o Camões, etc., etc., nunca mais acabava.

Não podiam sonhar com um CCB em Setúbal? Podiam e deviam sonhar juntos. Reunir uma equipa entre todos, conceberem a ideia, o projeto, apresentarem ao poder central, e concorrerem a apoios comunitários.

Em Setúbal, não tinham uma sala equipada com piano. No atelier de ópera, andavam há um ano a fazer recitais, num dos espaços mais nobres da cidade, com um piano de plástico. Precisavam, também, de 2 salas de pequena e média dimensão, porque nem tudo precisava de ser realizado em salas com dimensão do Fórum, nem devia. Precisavam, essencialmente, de um grande projeto que continuasse a dar fruto durante séculos, que pudesse albergar várias instituições da cidade, que trouxesse turistas, profissionais, públicos, congressos, que estimulasse a criação, que inspirasse e que dignificasse aquela cidade no país e no estrangeiro.

Porque não tinha Setúbal um pólo universitário na área da música, da dança, do teatro, das artes? Porque não sonhavam com uma companhia de dança em Setúbal? Uma orquestra? Uma companhia de ópera?

Se fosse político, ao ver nascer aquele projeto da Companhia de Ópera de Setúbal, que em 2 anos, de estado de emergência, tinha levado à cena 4 produções de ópera, praticamente sem recursos, e no segundo ano de existência, conseguia um apoio estatal de 50 mil euros, agarrava imediatamente nesse projeto, e dava-lhe garantias de apoio continuado, e consistente. Esse projeto não estava no papel, ele já se tinha consubstanciado em 11 recitais de lotação plena, Igreja do Convento de Jesus, num convite para um festival de ópera em Guimarães, em dezembro próximo, e outro para uma cidade do Algarve, na mobilização e estímulo de profissionais e estudantes de canto, da cidade e fora dela, na constituição de trabalho remunerado de 9 profissionais, um maestro, um pianista, uma coreógrafa, 4 professores de canto, 1 repetidora e um produtor. Tudo aquilo feito com 12 mil euros de apoio.

Da vossa nobre função fazia parte defender os mais desprotegidos, mas também garantir que os seus melhores tivessem condições para desenvolver o trabalho de excelência e charneira que alavancava o pensamento, a produção e o desenvolvimento do país. Mas para conseguirem fazer um CCB em Setúbal, tinham de se colocar todos de acordo. Esquecer as eleições, esquecer as pequenas discussões de mil ou dez mil euros, e chegarem a um acordo para um, ou vários projetos de grandes, de médio e longo prazo, para a cidade de Setúbal. Que não estivessem dependentes de quem ganhasse as eleições, mas sim da importância que todos davam às artes na nossa cidade.

O trabalho que a Associação Setúbal Voz tinha realizado, tinha demonstrado que eram capazes de estimular o conhecimento, o turismo, de qualificar recursos humanos, de captar investimento e de produzir espetáculos de elevado nível artístico.

Depois da carta que lhes tinha escrito, e da sua presença ali, considerava que tudo tinha feito para os alertar, para as questões que considerava importantes, para o contributo que as artes podiam dar ao desenvolvimento da cidade. A partir daquele momento, sentia que estaria a tentar convencê-los. Como diria José Saramago, que passou a citar: *“aprendi a não tentar convencer ninguém, o trabalho de convencer era uma falta de respeito, e uma tentativa de colonização do outro fim”*.

Aquela tinha sido a cidade onde tinha nascido Luísa Todi. Ficava muito feliz que a casa onde Luísa Todi tinha nascido estivesse em processo de recuperação, tal como defendia, desde há 4 anos, porque acreditava que ela era mesmo uma figura ímpar na história de Portugal, sim, da história de Portugal, não apenas da história da música portuguesa. Conheciam outra figura portuguesa, que antes das comunicações mudarem radicalmente, tivesse, em vida sido reconhecida em todo o mundo? Luísa Todi, apesar de ter cantado em Lisboa, Paris, Londres, Berlim, São Petersburgo, Moscovo, etc., etc., nunca tinha cantado no Teatro Nacional de São Carlos, muito triste, mas aquelas coisas continuavam a acontecer, e iriam continuar, se não estivessem atentos aos nossos melhores.

Lembrou uma conversa que tinha tido com um vizinho, que dizia que: *“essas coisas da cultura só são importantes depois de eu deixar de lixo acumulado nos contentores do lixo à minha porta”*. Lembrou a esse senhor que as artes podiam deixar um tal rasto e exigência estética e cultural num povo, que isso jamais aconteceria, fosse pela sensibilidade do poder, fosse pela própria ação dos cidadãos em cuidar da sua rua, da sua cidade.

**Sr. Presidente** – Disse que naturalmente que estavam muito agradecidos, por estar a fazer aquilo que fazia, e por manter aquela comunicação com eles, insistindo ainda, indo naquele dia ali, de viva-voz, transmitindo-lhes propostas concretas, até se percebia melhor, o que tinha conseguido fazer de uma associação, como o Setúbal Voz, percebia-se melhor, com aquela dinâmica, com aquelas iniciativas.

O que podia dizer, enquanto Presidente da Câmara, era que o sonho comandava a vida, e que se considerava nesse caminho. Portanto, se era necessário continuarem a sonhar para fazer o caminho, fazia parte desse grupo.

Naturalmente, que para tudo aquilo tinham de ser criadas condições, todas as condições, ou pelo menos as condições essenciais. Havia uma condição que achava que estava criada, que era o trabalho deles, o projeto que estava à vista de todos, e que, portanto, esse estava vivo, existia. Da parte deles era necessário que também fizessem o caminho deles, para que chegassem ali e conseguissem encontrar essa conjugação de esforços, para construir alguns dos projetos que tinha referido, de forma que o Setúbal Voz, e outras coletividades, associações, pudessem continuar a trabalhar em Setúbal, e fazer de Setúbal mais do que Setúbal atualmente era conhecida e reconhecida.

Já andava por ali há muitos anos, mas estava na Câmara Municipal com um pequeno interregno, há 20 anos. Lembrava-se que havia algumas associações que eram de referência, eram tradicionais, e todos lhes reconheciam mérito, mas, de facto, naqueles últimos 10, 15 anos, tinham proliferado em Setúbal, um conjunto de iniciativas, e as iniciativas, naturalmente só existiam se existissem pessoas para as promover, para as criar, para lhes dar vida, e naqueles últimos anos, de facto, tinham proliferado essas pessoas, que se organizavam e que

tinham projeto e proposta. Tinham de encontrar um caminho, de forma que, não desperdiçassem o empenho e esforço, de todos os dias, dessas pessoas para tornar uma cidade e um concelho mais cultural e com uma perspetiva artística, que era importante existir. Aquele era um caminho que tinham de fazer. Enquanto Presidente da Câmara, o que podia dizer era que podiam contar com ele. Não podia falar por todos, mas achava que estavam todos empenhados em fazer esse projeto em Setúbal. Tinham que ver era como é que seriam capazes de criar as condições para que isso acontecesse, o mais rápido possível.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que era Vereador naquela Câmara desde 2009, e a intervenção que o maestro Jorge Salgueiro tinha feito, tinha sido, se não a melhor, uma das melhores intervenções que já tinha ouvido fazer no período destinado ao público.

A intervenção feita, trazia-lhes uma reflexão, uma reflexão que tinham vindo ali a fazer, a algum tempo, eles tinham identificado e tinham vindo a identificar há muito tempo, que tinham identificado durante a campanha eleitoral, o senhor Presidente também tinha identificado, e de forma inteligente, tinha criado um gabinete, um gabinete de apoio ao movimento associativo, que estava na alçada do senhor Presidente. Esperavam que aquela lacuna, que se ia densificando no concelho de Setúbal, e que tinha a ver com a falta de espaços, fosse efetivamente um objetivo que viesse a ser concretizado, naquele mandato, ou seja, a resposta à falta de espaço, não só para o Setúbal Voz, mas também para outras instituições. Sabia que havia muito que os dividia, mas naquilo os vereadores do Partido Socialista, estavam unidos, naquele objetivo comum, de encontrar espaços. E acreditavam, o senhor Presidente tinha anunciado isso, ali publicamente que, em breve, a Academia de Dança Contemporânea iria ter novas instalações e, portanto, um compromisso assumido, senão durante um mês, dois meses, portanto estavam prestes a celebrar essa resolução, mas existiam outras instituições, que tinham essa carência, uma carência que se vinha a arrastar durante muitos anos, e sem que até ao momento tivesse sido dado essa resposta.

Portanto, estavam juntos naquele objetivo comum, de encontrar essas instalações e de olhar de forma diferente, porque tinha sido também um compromisso, ali assumido pelo senhor Presidente, olhar de forma diferente, a forma como se apoiava a cultura e o desporto, no concelho de Setúbal. Esse compromisso tinha sido assumido, e bem e, obviamente, acreditava que dependia do senhor Presidente, e desse gabinete que bem tinha criado, e que estava sobre a sua alçada.

**Sr. Presidente** – Disse que era importante dizerem aquelas coisas, estavam sempre em movimento e o futuro, naturalmente, que passava muito pelas nossas mãos, pelo nosso querer, pela nossa forma de seguir os caminhos. Era nisso que acreditavam, era para isso que ali estavam.

**Sra. Maria Amália Rocha Moisés** – Disse que continuava à espera de uma habitação, porque não podia estar no “contentor da favela”, onde nem se podia colocar um termoacumulador.

Podia convidar o senhor Presidente a ir visitar a sua casa, para ver as condições que tinha. Continuava à espera de uma habitação condigna, porque não tinha condições para estar a pagar o valor que pagava, nem tinha dinheiro para isso.

**Sr. Presidente** – Disse que a senhora ia ali, às reuniões da câmara, para que não se esquecessem. Podia garantir que não se esqueciam.

**Sra. Maria Amália Rocha Moisés** – Disse que quem não aparecia era esquecido e estava à espera há mais de 3 anos.

**Sr. Presidente** – Disse que iam insistindo.

**Sra. Maria Amália Rocha Moisés** – Disse que ia insistindo e com força, porque se não teria de acampar ali em baixo, na Câmara.

**Sr. Célio Ramos** – Disse que estava a viver na casa dos seus pais, por necessidade. Estavam 7 pessoas a viver num T2. Ele, a sua filha de 5 meses e a sua mulher. Estavam a viver na sala, estavam a dormir no chão da sala. Os outros dois filhos estavam a dormir no quarto, noutra quarto dormiam os seus pais.

Tinha um filho com 5 anos que estava a fazer fisioterapia.

A sua mãe era muito doente, sofria de ansiedade, precisava de descanso e repouso. Quando tinha as crises de ansiedade tinham de a levar ao hospital, não era fácil, saber que ela precisava de descanso. Pediu para imaginarem 4 adultos e 3 crianças, na mesma casa, a sua mãe a precisar de descanso. Qual era a pessoa que conseguia ter descanso naquela situação. Além disso gostaria de ter alguma privacidade e não conseguia.

Estava difícil, já tinha tentado procurar casa, mas não conseguia achar, ou não lhe queriam alugar.

Tinha sido a primeira vez que ali tinha ido pedir ajuda ao senhor Presidente e aos senhores vereadores.

**Sr. Presidente** – Perguntou o senhor Célio se estava inscrito na habitação.

**Sr. Célio Ramos** – Disse que sim.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que o senhor Célio tinha uma situação bastante difícil, e tinha sido feita uma reavaliação da família, no dia seguinte iria despachar essa reavaliação. Com essa reavaliação iria ficar entre o oitavo e o décimo lugar, na lista para acesso a uma habitação T3.

Essa era a situação que tinha para dizer, naquele momento, tendo em conta que tinha sido feita uma reavaliação. Estava numa situação difícil, a vida do senhor Célio tinha-se agravado, e tinha sido feita essa reavaliação. Tinha que aguardar que aparecessem entre 8 a 10 casas, de T3, para poderem ter acesso à habitação, já tinham estado, bastante, mais longe, mas com a lista imensa que tinham, era o quadro que tinham atualmente.

**Sr. Mário da Conceição Barros** – Disse que no prédio social, na Rua do Mormugão, há quase 8 dias que não tinham elevador.

Esse prédio era habitado, na sua maioria, por pessoas com uma certa idade, e tinham dificuldade em sair de casa por não terem elevador.

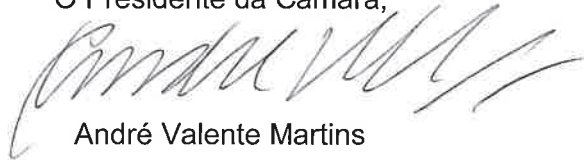
**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que estavam a acompanhar essa situação, tinha sido preciso pedir um orçamento à *THYSSEN*. Finalmente tinham enviado orçamento, já tinham aprovado o orçamento, tinha sido feita uma requisição, e no dia seguinte seria feita a nota de encomenda. Mal tivessem a nota de encomenda eles iam ao prédio. Portanto, entre o dia seguinte e depois a empresa iria reparar o elevador.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e duas horas e nove minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 12 de outubro, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 99 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:  
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Paulo Hortênsio